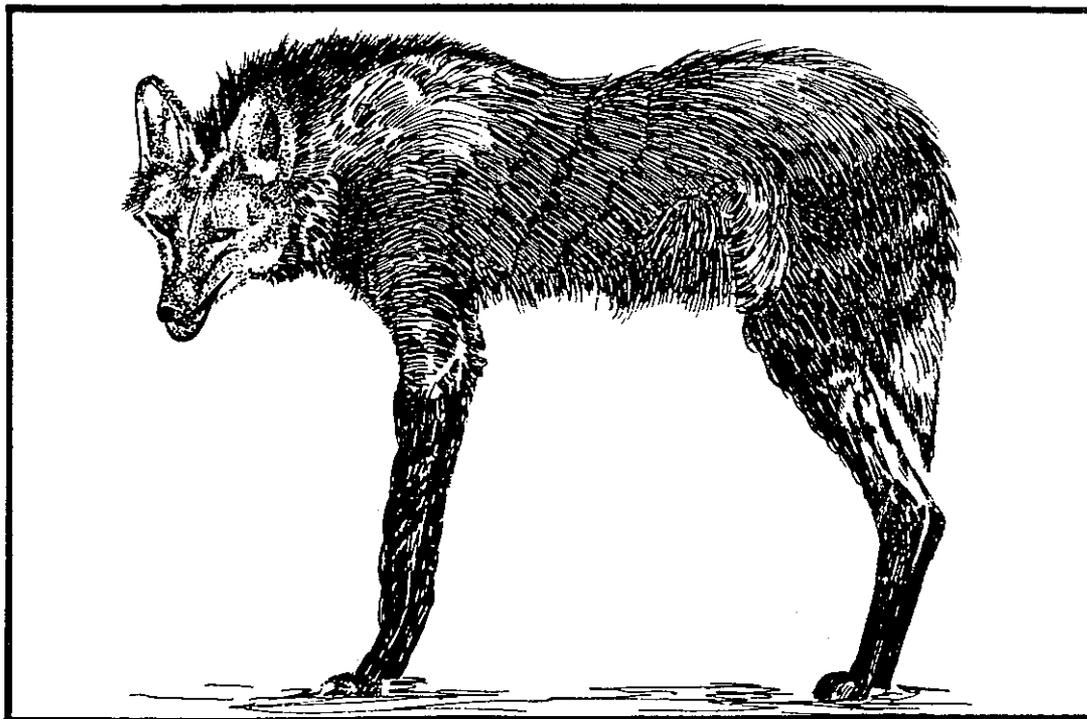


PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS - GO



PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL

Ministério do Meio Ambiente, dos
Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis

Diretoria de Ecossistemas
Departamento de Unidades
de Conservação
Divisão de Gerenciamento de
Unidades de Conservação

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL

Gustavo Krause, Ministro

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Raul Belens Jungmann Pinto, Presidente

DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Alison José Coutinho, Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA- GO

Péricles Antunes Barreira, Superintendente

DEPARTAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Fábio de Jesus, Chefe

DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

José Lázaro de Araújo Filho, Coordenador

PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Adílio Valadão de Miranda, Chefe

COORDENAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO EMERGENCIAL

Edilene Menezes, Coordenadora

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Margarene Maria Lima Beserra

Maria Madalena Pereira de Aguiar

Ivaldo Moreira de Carvalho

José Esmeraldino Oliveira Correa

ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL

Maria Luiza Nogueira Paes

Programa Nacional do Meio Ambiente -PNMA

Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit -GTZ

Kreditanstalt für Wiederaufbau -KfW

SIGLAS E CONVENÇÕES

AC	Administração Central do IBAMA
ACM	Associação dos Cavaleiros de Maitreya
ACVCV	Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros
AMOR	Associação de Motivação de Oportunidades de Redenção
ASFLO	Associação dos Colheitadores de Flores
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CV	Centro de Visitantes
DEUC	Departamento de Unidades de Conservação do IBAMA
DIGER	Divisão de Gerenciamento de Unidades de Conservação do IBAMA
DIREC	Diretoria de Ecossistemas do IBAMA
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FURNAS	FURNAS Centrais Elétricas S/A.
GAMA	Grupo de Apoio ao Meio Ambiente
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
ONG	Organização Não-Governamental
PARNA	Parque Nacional
PAE	Plano de Ação Emergencial
PM	Plano de Manejo
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
POA	Plano Operativo Anual
SANEAGO	Saneamento do Estado de Goiás
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUPES	Superintendência Estadual do IBAMA
TELEBRASÍLIA	Telecomunicações de Brasília S/A
UC	Unidade de Conservação
ZOPP	Ziel Orientierte Projekt Planung (Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos)

PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL

APRESENTAÇÃO

O Plano de Ação Emergencial (PAE) é um instrumento de planejamento e gestão das unidades de conservação de uso indireto, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Este estabelece ações emergenciais e prioritárias, objetivando a resolução, no prazo de dois anos, de situações críticas existentes de modo a assegurar a proteção de seus recursos naturais e o manejo da unidade.

Não pretende sobrepor ou substituir o Plano de Manejo, considerado o instrumento mais completo e adequado aos objetivos da categoria de unidade de conservação de uso indireto, o qual envolve grande concentração de recursos financeiros e humanos em sua preparação, que é complexa e requer um mínimo de quatorze meses para sua elaboração.

Os Parques Nacionais foram criados com base no Código Florestal Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e na Lei de nº 5.197 (Proteção à Fauna) de 3 de janeiro de 1967 e foram definidos como unidades de uso indireto pelo Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979 (Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros). Assim são considerados enquanto áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos excepcionais para garantir a proteção integral da flora e fauna silvestres, dos solos, das águas e das belezas cênicas, com objetivos científicos, educacionais, recreativos e culturais.

A metodologia de elaboração do Plano de Ação Emergencial consta de três passos dos quais o primeiro cognominado de "Documento de Informações Básicas", apresenta as características ambientais da unidade, as principais ameaças aos ecossistemas e as dificuldades na gestão da unidade, conforme pesquisa bibliográfica e levantamento de informações em campo sobre a unidade e sua região, através de observações, entrevistas e reuniões com os principais agentes envolvidos.

O segundo passo trata da realização de um Seminário de Planejamento Participativo, de acordo com a metodologia ZOPP (Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos) e para tal, conta-se com a presença de representantes das comunidades locais ou da área de influência do Parque além de técnicos desta instituição e de outras de interesse. Objetiva-se com isso subsidiar o PAE, levantando-se os problemas e buscando-se soluções e alternativas mais viáveis e econômicas no prazo previsto.

O terceiro passo, ou seja, o O PAE propriamente dito, é apresentado como um documento que incorpora as informações anteriores e as contribuições do Seminário, com os ajustes necessários feitos na instituição. Visa o estabelecimento das ações de proteção, infra-estrutura, administração, pesquisa, uso público e educação ambiental, de forma a orientar no manejo da unidade.

Este Plano, por decisão da direção da DIREC, está sendo elaborado pelo seu corpo técnico para dirigir as atividades do Parque, alcançando em tempo hábil a proposta do Programa Nacional do Meio Ambiente e atendendo ao Convênio n. 10.843/94 com Furnas Centrais Elétricas S.A.

SUMÁRIO

	página
<i>Apresentação</i>	04
I. Documento de Informações Básicas	07
1- Aspectos Gerais do Parque	07
1.1- Localização, Limites e Acessos	07
1.2- Histórico e Antecedentes Legais	10
2- Caracterização Biofísica da U.C.	12
2.1 Climatologia	12
2.2. Fundamentos de Geomorfologia e de Geologia	13
2.3- Solos	15
2.4- Hidrografia/Hidrologia	16
2.5- Vegetação	17
2.6- Fauna	20
3- Ocorrências de Fogo	21
4- Características Sócio-Econômicas e Culturais	25
4.1- Aspectos Culturais e Históricos da Região	25
4.2- Situação Fundiária da U.C	26
4.3- Uso da Área da U.C	27
4.3.1- Uso Público	27
4.3.2- Educação Ambiental	30
4.3.3- Controle e Vigilância	31
4.3.4- Administração da U.C.	33
4.3.5- Pesquisa	33
4.3.6- Usos Conflitantes	34
5-Área de Influência da U.C.	36
5.1- Cidade de Alto Paraíso de Goiás	38
5.1.1- Vila de São Jorge	42
5.2- Cidade de Cavalcante	44
5.3- Cidade de Terezina de Goiás	46
5.4- Cidade de Colinas do Sul	47
5.5- Cidade de São João d'Aliança	49
6- Aspectos Institucionais	50
6.1- Infra-estrutura	50
6.2- Equipamentos	54
6.3- Pessoal	57
6.4- Esquema Administrativo	59
6.5- Apoio Institucional	61

7- Avaliação das Orientações Básicas ao Manejo	63
II. Síntese da Situação do Parque	71
III. Estratégia de Ação	72
IV. Proposta de Ação	73
R.1- Melhoramento da Capacidade Administrativa	74
A. Ações de Administração	75
B. Ações de Infra-estrutura e Equipamentos	78
C. Ações de Manutenção	83
R.2- Consolidação das Medidas de Proteção	83
D. Ações de Proteção	84
R.3- Efetivação da Regularização Fundiária	86
E. Ações de Regularização Fundiária	86
R.4- Consolidação da Integração da U.C. com seu Entorno	87
F. Ações de Integração com o entorno	89
G. Ações de Uso Público	90
H. Ações de Educação Ambiental	92
R.5- Implementação da Pesquisa Científica no Parque	94
I. Ações de Pesquisa	94
J. Ações de Monitoramento	95
V. Cronograma Físico	96
VI. Cronograma Financeiro	105
VII. Referência Bibliográfica	111
Anexo I: Delimitação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	114
Anexo II: Apresentação das Unidades de Conservação do Entorno ao PNCV	117
Anexo III: Apresentação da Listagem Preliminar das aves do PNCV	119
Anexo IV: Apresentação do Seminário Participativo do PNCV	124

PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL

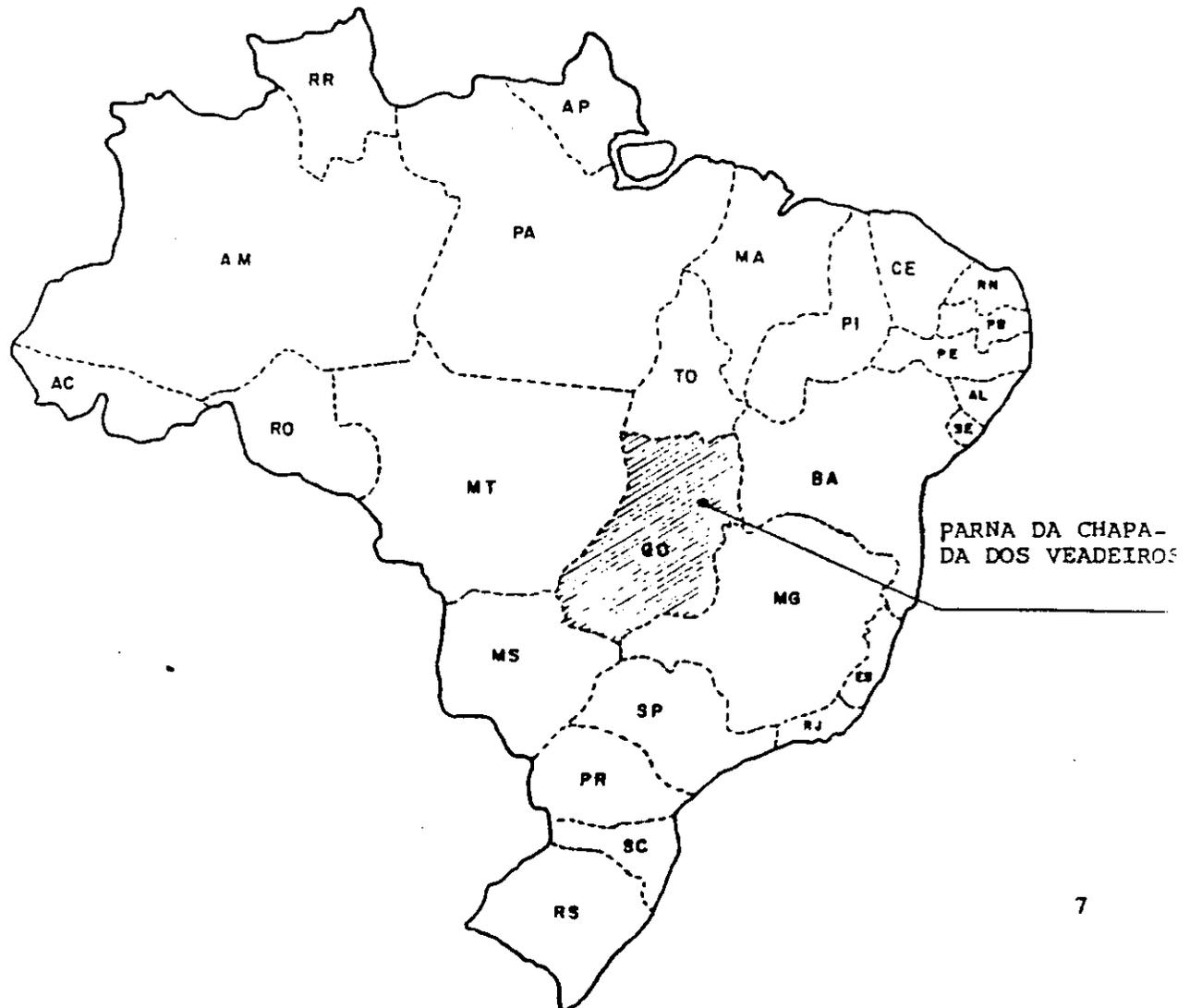
I- DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS

I. ASPECTOS GERAIS DO PARQUE

1.1. Localização, Limites e Acessos

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está localizado no Planalto Central Brasileiro, na Mesorregião do Norte Goiano e Região da chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás. Possui terras nos Municípios de Alto Paraiso de Goiás, tomado aqui como ponto central de referência, Cavalcante e Terezina de Goiás (ao norte) e Colinas do Sul (a oeste), entre as coordenadas de 47°25'20" e 47°53'46" de Latitude Sul e 13°50' e 14°12' de Longitude a Oeste do meridiano de Greenwich (vide Fig. 01, abaixo).

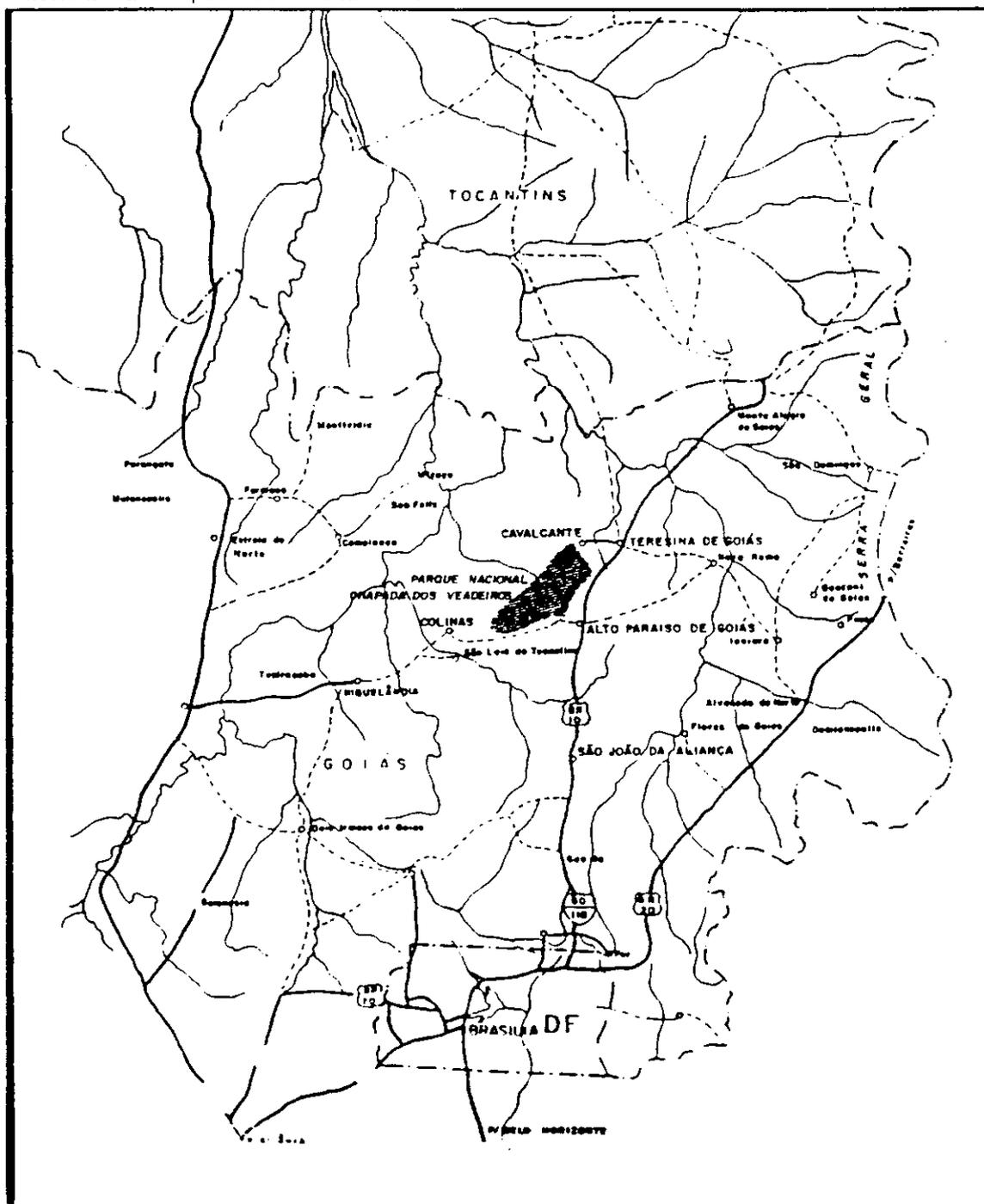
FIGURA 01: Localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros no Território Nacional.



O Parque é de fácil acesso. Partindo-se de Brasília segue-se primeiramente pela rodovia BR-020 que leva a Sobradinho, depois pela GO-118 em direção à cidade de Alto Paraíso de Goiás, a 220 km. Daí toma-se à esquerda e a Oeste da cidade, em direção à cidade de Colinas do Sul pela GO-327, rodovia de terra batida, por mais 28 km até o km 34 seguindo-se então por uma estrada à direita, também de terra batida, por mais 4 km até a Vila de S. Jorge, limreira ao Parque e perfazendo um total de 252 km de percurso de viagem.

Saindo de Goiânia, segue-se pela BR-060 em direção à Brasília de onde percorre-se o caminho descrito anteriormente, perfazendo o total de 485 km (vide a Fig.03 na página 8). Abaixo é apresentado um quadro das distâncias a serem percorridas da sede do Parque às cidades do entorno e aos principais centros urbanos mais próximos.

FIGURA 03. Mapa rodoviário ilustrativo das principais vias de acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.



QUADRO Nº 1: Distâncias das cidades de maior interesse à sede do Parque

CIDADES	DISTANCIA Km
Alto Paraíso de Goiás	34
Colinas do Sul	36
Terezina de Goiás	101
Cavalcante	123
São João d'Aliança	104
Formosa	233
Brasília	252
Goiânia	485

A entrada do público no Parque se dá pelo Portão Principal, situado à Oeste da Vila de São Jorge, onde estão localizados a Portaria Principal e o Centro de Visitantes.

Assim como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, outras unidades de conservação situadas na região do Cerrado foram criadas para a proteção e conservação do Bioma Cerrado, formação vegetal que segundo Eiten (1972), abrange aproximadamente 1,8 milhão de quilômetros quadrados, onde boa parte localiza-se em um grande platô no Brasil Central. Estas áreas formam pequenas extensões territoriais de proteção em meio as demais áreas do território que vêm sofrendo diversas ações antrópicas. Com base na proteção maior de uma faixa desse território foi encaminhada a UNESCO e aprovada em 27 de novembro de 1993, a proposta da criação da Reserva da Biosfera do Cerrado, onde constam em um primeiro momento as unidades do Distrito Federal (vide Quadro Nº1 em anexo). Há estudos para que sejam incluídas outras áreas de proteção, considerando-se como ponto central o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

1.2. Histórico e Antecedentes Legais

A criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi proposta pela Fundação Coimbra Bueno, em carta dirigida ao Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek em 04 de outubro de 1960.

Na carta, a entidade que antes lutara vitoriosamente para a fundação de Goiânia, relata entre outras coisas, sua proposta à Organização das Nações Unidas (ONU) em 26 de setembro de 1960, para localizar uma nova sede deste organismo internacional em Brasília, tendo obtido desta a resposta de que, na hipótese de surgimento em pauta do assunto, poder-se-ia estudá-lo. Prosseguindo em sua busca de valorização regional solicitou ao Sr. Presidente a criação de um parque nacional para preservar as belezas e características ímpares do Cerrado.

Dai surgiu o Parque Nacional do Tocantins através do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, com uma área de 625.000 hectares e abrangendo desde o rio Tocantzinho ao sul, subindo pela margem direita do rio Tocantins até sua confluência com o ribeirão São Félix, por onde seguia a leste até as proximidades da Cidade de Veadeiros, atual Alto Paraíso de Goiás.

As pressões que se seguiram à criação da unidade para uma nova delimitação vieram não só dos proprietários envolvidos como dos dirigentes políticos das Prefeituras Municipais de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, principalmente deste último, no sentido de que fosse o Parque redelimitado, usando-se para tal justificativas de ordem social. Alegava-se o impedimento do desenvolvimento das propriedades envolvidas e consequente aumento da miséria na região. Além disso houve uma demora por parte do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em dar início à regularização fundiária com o correspondente procedimento indenizatório.

Assim, as modificações feitas à proposta original foram apresentadas no Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972, o qual inclusive deu nova denominação a unidade de conservação, passando esta a se chamar Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, diminuiu sua superfície para 171.924,54 hectares e excluiu o ponto culminante de Goiás, ou seja a serra do Pouso Alto com 1.676 metros de altitude. Os novos limites não alcançaram mais o rio Tocantins e se restringiram às terras da chapada dos Veadeiros, entre as cotas 600 a 1.650 metros, incluindo-se a parcela do vão do rio Preto, na cota 800 metros e situada a noroeste da Chapada, limitada pelas quebradas das serras de Santana e do Ministro e a confluência dos rios Claro e Preto.

Continuaram as pressões, o que levou a uma nova alteração dos limites, através do Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981, o qual foi retificado devido a erros de impressão pelo Decreto de nº 86.596 de 17 de novembro de 1981. Neste sim, houve uma drástica diminuição da proposta original, com perda de matas de grande significância ecológica, além da Fazenda-escola Bona Espero, ficando a área reduzida, conforme esse Decreto, a 60.000 hectares. As bases econômicas que determinaram esse fato, à época, foram devidas ao Projeto Agropecuário Alto Paraíso, apresentado pelo então governador Ary Valadão, como um instrumento que transformaria o nordeste goiano em mais um celeiro do Brasil além de polo turístico regional.

Baseado nesse projeto o governador solicitou a passagem da rodovia GO-327, cortando a bocaina formada pelas serras do Buracão e da Baleia. Tal rodovia estava destinada ao escoamento da produção gerada no Projeto.

O IBDF deu início aos procedimentos legais de aquisição de terras, declarando-as de utilidade pública para efeito de desapropriação, através do Decreto nº 87.811 de 16 de novembro de 1982. Procedeu-se à compra de algumas propriedades isoladas na área, mas somente em 1986 a instituição conseguiu liberar os recursos necessários para a regularização fundiária do restante das propriedades. Constatou-se no entanto a superposição de títulos o que fez com que se optassem por proceder a desapropriação judicial das propriedades com titulação afirmada, sem que se encontre resolvida a questão até hoje. Ao Decreto anterior de delimitação seguiu-se o Dec. nº 99.279 de 06

de junho de 1990, o qual precisou a área como sendo de 65.514, 7259 ha, para efeito de desapropriação.

Em 1991 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) elaborou o primeiro instrumento de planejamento da unidade, as “Orientações Básicas ao Manejo”, para nortear as atividades de administração e manejo, com recursos financeiros do Programa Nacional do Meio Ambiente- PNMA e do Kreditanstalt für Wiederaufbau- KfW. Tais Orientações se basearam, em grande parte, no relatório de viagem feito em 1986, por uma equipe do IBDF, que indicava medidas prévias de manejo do Parque, alertando sobre a necessidade de cercar as áreas à medida em que fossem compradas, colocando-se placas de identificação e educativas, além de solicitar a recuperação de trechos das vias de circulação e outras medidas.

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA UC

2.1. CLIMATOLOGIA

Segundo a classificação de Köppen o clima dominante na região Centro- oeste, onde se situa o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, é tropical quente, sub- úmido (AW), conforme Novaes Pinto (1990). Este é caracterizado por duas estações bem definidas com um verão chuvoso, entre os meses de outubro a abril e, um inverno seco, entre os meses de maio até o meado de outubro.

A forte estacionalidade das chuvas de verão e ausência de estacionalidade da temperatura média diária é determinada pela aproximação da Massa Tropical Atlântica ao litoral brasileiro no inverno. Esse fenômeno resulta da ação dos ventos alísios que levam o tempo seco e sem nuvens à região.

A pluviosidade média anual situa-se entre 1.500 e 1.750mm. As chuvas apresentam alta regularidade estacional com maior concentração nos três meses que caracterizam o verão, ou seja, dezembro, janeiro e fevereiro, quando ocorrem cerca de 50% da precipitação anual.

As chuvas são quase sempre muito fortes e de curta duração, com precipitações às vezes acima de 50mm/dia, acompanhadas de descargas elétricas (raios e trovoadas) frequentes, à exceção de um período de “invernada”, como é chamado na região, quando ocorre a chuva fina e contínua com duração entre duas a quatro semanas e quase sempre no mês de fevereiro. Durante o período chuvoso pode ocorrer o “veranico”, fenômeno de estiagem de curta duração e de distribuição irregular na temporada, podendo durar de uma a quatro semanas, com reflexos a nível de estresse hídrico para a vegetação herbácea. Tal fenômeno costuma ocorrer no mês de janeiro, mas tem apresentado grande irregularidade de tempo e frequência (IBGE, 1990). Na estação seca as precipitações pluviométricas são raras.

Estima-se que as temperaturas médias anuais fiquem em torno dos 24 a 26°C. As máximas térmicas ocorrem durante os meses de setembro a outubro como consequência

da baixa frequência de chuvas, maior incidência dos raios solares e baixa nebulosidade, ficando a máxima absoluta entre os 40 a 42°C, ocorrente quase sempre nas áreas mais baixas. Durante o inverno, principalmente entre os meses de junho a julho, quando ocorre um menor índice de incidência solar, verificam-se as temperaturas mais baixas, ficando a mínima absoluta entre os 4 a 8°C, principalmente nos locais acima de 1.000 metros (IBGE).

2.2. FUNDAMENTOS DE GEOMORFOLOGIA E DE GEOLOGIA

Segundo o Projeto RADAMBRASIL (1982) a chapada dos Veadeiros está localizada geomorfologicamente no Domínio de Planaltos em Estruturas Dobradas, na região do Planalto Central Goiano e no Complexo Montanhoso Veadeiros- Arai.

Os Planaltos reproduzem feições de dobramentos realçados pela erosão, entalhados por sulcos estruturais e traduzidos em escarpas, cristais assimétricos, barras justapostas truncadas por superfícies de aplainamento, situadas entre 800 e 1.400 metros. As diversidades litoestruturais, combinadas a fatores posicionais, guiaram a intensidade de dissecação. A orientação dos dobramentos é preferencialmente NE- SO e apresenta no seu prolongamento setentrional formas circulares ou semicirculares comandadas por intrusões.

A altimetria da região varia de 400 a 1676 metros, ocorrendo os pontos mais elevados na chapada dos Veadeiros (serra do Pouso Alto, 1676 metros), ressaltados por residuais das áreas aplainadas dos topos como a serra de Santana, que serve de divisor das bacias dos rios Montes Claros e das Almas. Nestes topos, onde a superfície esteja parcialmente desnudada, afloram rochas quartzíticas intensamente cisalhadas. Daí para o norte, as altitudes decrescem e o relevo cai em degraus como patamares estruturais, que correspondem à sucessão de dobras orientadas no sentido NNE.

O Planalto possui superfícies de Aplainamento Retocada Desnudada e Inumada elaboradas durante fases sucessivas de retomada de erosão, sem no entanto perder suas características de aplainamento, cujos processos geram sistemas de planos inclinados, às vezes levemente côncavos. Pode apresentar rochas pouco alteradas truncadas por processos de aplainamento que descarnam o relevo e cobertura detrítica e/ou encouraçamentos com mais de 1m de espessura, indicando remanejamentos sucessivos. Estas superfícies ocorrem em terrenos de dissecação, verificando-se como caracteres restritivos, fenômenos erosivos por escoamento concentrado torrencial, movimentos de massas localizados nas partes mais íngremes e declividades pronunciadas de até 24°, apresentando em alguns setores erosão intensa em forma de ravinamentos e como caracteres favoráveis à existência no terço inferior das encostas e alguns vales de terrenos estáveis espessos.

Trata-se de uma região que é formada, segundo Galante et alli (1991), durante e após a fragmentação do continente Gondwana, no Período Cretáceo a cerca de 135 milhões de anos atrás. O aparecimento do Grupo de rochas Arai, deve-se ao processo de formação e evolução de seqüências vulcanossedimentares, tendo sido estes sedimentos

deformados durante o soerguimento da área, pela epirogênese iniciada no Aptiano e nos períodos sucessivos, Terciário e Quaternário. Tal movimentação originou a desagregação dos filões primários de quartzo com produção de depósitos secundários coluviais, além da metamorfização de rochas com depósitos de sílica pura, nas fraturas dos quartzitos.

A região da chapada dos Veadeiros é interpretada, pelo Projeto RADAMBRASIL (1982), como sendo das Formações Traira e Arraias, do Grupo de rochas Araí, cujos sedimentos originais foram depositados durante o Pré- Cambriano B, entre 1.700 e 1.100 milhões de anos atrás. Estas rochas ocorrem como um grupo de metamórfitos que se estendem, desde as proximidades da Cidade de Alto Paraíso de Goiás e abrange as cidades de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Arraias, prolongando-se para NNE, além das margens direita do rio Paranã, nas proximidades do rio Tocantins.

Novaes Pinto (1986) assegura, além disso, que a Chapada é constituída dos Grupos Paranoá e Bambuí, e do Pré- Cambriano "A" (1.100 a 570 m.a) dos Grupos Araí e Araxá, que estão assentadas sobre rochas magmatitognáissicas e diatexiticas, do Pré- Cambriano Indiferenciado, do Complexo Basal (Almeida, 1967 em Novaes Pinto, 1986). O Grupo Paranoá é formado por quartzitos (arenitos quartzíticos) interestratificados com metassiltitos, filitos e argilitos, e conglomerado basal. O Grupo Bambuí constitui-se da Formação Paraopeba, com sedimentos pelíticos- carbonáticos com predominância de margas, calcários e argilitos, com ocorrência de quartzitos, arcóseo e conglomerado basal, e da Formação Três Marias, de arcóseos finos a médios, raramente grosseiros e calcíferos, siltitos e argilitos.

As rochas do Grupo Araí constituem a Formação Arraias, com quartzitos médios a grosseiros, metassiltitos, filitos, arcóseos e muscovita- xistos, e a Formação Trairas, com quartzitos finos a grosseiros, metassiltitos, filitos, calco- xistos e calcários. Essas rochas originaram um empilhamento de camadas metamórficas, apresentando-se como uma área bastante acidentada, nas cotas de 300 a 1.300 metros. É o que se verifica na parte setentrional da "Chapada", ao longo do seu bordo oriental, e nas serras onde nascem os rios Preto, Claro, das Almas, Santo Antônio e das Pedras. O contato do Grupo Araí com o Grupo Paranoá faz-se com os metassiltitos, muitas vezes discordantemente. O mais expressivo contato ocorre na margem direita do ribeirão São Miguel, afluente do rio Tocantzinho, da bacia do rio Maranhão, onde há um conglomerado basal com espessura local de até 1.000 metros. Em Alto Paraíso de Goiás, margas e calcários, da Formação Paraopeba, estão diretamente em contato transgressivo com as rochas do Grupo Araí, geralmente com um conglomerado basal (DNPM, 1981 conforme RADAMBRASIL, 1982).

O Domínio de Planaltos tem a feição dos dobramentos resultantes do processo de soerguimento da área. A morfologia da Chapada dos Veadeiros evidencia-se por extensas superfícies escalonadas, ou extensos pediplanos, de acordo com a geologia e, segundo Braun (1971) citado por Novaes Pinto (1986), algumas altas elevações seriam "inselberge" subsistentes de relevo Pós- Gonduano, já muito rebaixados nos pediplanos sul-americanos. As maiores extensões desse pediplano se encontram no trecho sul da cidade de Alto Paraíso de Goiás, ao longo do "espinhaço Brasília- Veadeiros" (Novaes Pinto, 1986). Este atua como um centro dispersor de drenagem e divisor das águas dos

rios Tocantins ao norte, o Paraná ao sul e o São Francisco ao leste que são componentes das três grandes bacias brasileiras (Amazônia, Prata e São Francisco).

Aprofundando seus estudos, Novaes Pinto (1986), identifica, na chapada dos Veadeiros, quatro residuais de superfície de aplainamento, mostrando a configuração do relevo atual e explicando sua morfogênese.

O Parque se caracteriza por uma larga superfície intermontana, onde se destacam os “inselberge”- formações residuais elevadas mais resistentes às erosões. Um falhamento bastante significativo na região fez com que surgisse o vão do rio Preto, que se constitui em uma área mais rebaixada, à noroeste da chapada dos Veadeiros com vertentes abruptas de rara beleza, as quais podem ser vistas desde a estrada que liga Colinas a Cavalcante, ao norte da unidade (Galante, op. cit.). O rio Preto corre adaptado a fraturamentos e, de certo modo, paralelo ao Vão e formando, ao longo de seu percurso, duas gargantas, cognominadas de Canyons I e II, além de corredeiras e cachoeiras que vão marcando sua descida na Chapada.

O maior desnível ocorre na parte oeste, onde o rio deixa a unidade de conservação, formando cachoeiras cognominadas do rio Preto e Salto ou como são popularmente conhecidas, Saltos I e II. Daí este passa a correr em vales com ondulações mais suaves nas proximidades de Colinas do Sul.

O rio Preto, que desce da serra do Pouso Alto, desenvolve-se ao longo da planície, em parte dentro do Parque, canalizando em seu curso pequenos córregos tributários, enquanto outros pequenos vales transversais, correspondentes às mais altas cabeceiras de drenagem, descem das serranias mais elevadas como a Serra de Santana, também esta situada no trecho norte dentro do Parque.

2.3. SOLOS

Conforme o Levantamento dos Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL, encontram-se na área do Parque, solos Litólicos Álicos Concrecionários e Não-concrecionários, entre moderado e fraco, de textura arenosa média em relevo plano com gradientes suave ondulado e ondulado. Observados principalmente em áreas de relevo forte ondulado, montanhoso e escarpado, como a serra de Santana e morro da Baleia, apresentam pedregosidade, cascalhos e concreções associados também aos afloramentos rochosos. Estão relacionados aos arenitos, filitos e siltitos das diversas formações geológicas da área. São solos pouco desenvolvidos, rasos, apresentando seqüência de horizontes A e C ou somente horizonte A sobre a rocha matriz.

Também observa-se a presença de Latossolo Vermelho- Amarelo álico fraco e moderado, com textura média e argilosa nas áreas de relevo plano e suave ondulado onde os solos são mais profundos, não hidromórficos com B latossólico apresentando seqüência de horizontes A, B e C. São solos muito porosos, com alto grau de floculação, fortemente bem drenados e morfologicamente ocupam os relevos com declives pouco acentuados. A interação solo- relevo confere-lhes alta resistência à erosão.

2.4. HIDROGRAFIA/HIDROLOGIA

A rede hidrográfica do Parque é formada pelas micro- bacias dos rios Preto e dos Couros, além de uma centena de nascentes, oriundas das inúmeras veredas. Estas nascentes alimentam os córregos de médio e pequeno porte, os quais descem das serras do Pouso Alto, de Santana, das Cobras, da Baleia e outras. Pela declividade do terreno e o por ser este muitas vezes pedregoso, apresentam-se corredeiras, algumas cachoeiras (dentre as mais conhecidas citam-se os Saltos I e II e a das Cariocas) e quedas d'água. Por tratar-se de região de planaltos, os rios não são navegáveis.

O principal rio que drena a U.C. é o Preto, o qual nasce na serra do Pouso Alto, fora dos limites do Parque, à direita da rodovia GO-118 e desemboca no rio Claro, abaixo de seus limites. Vem descendo desde as nascentes como um córrego, o qual se junta a outros, já dentro do Parque e forma esse rio de águas escuras com seu curso no sentido Leste- Oeste da U.C. É afluente do rio Tocantins, da bacia Amazônica e tem, como principais tributários os Córregos Cara Prêta acima citado (o qual nasce fora do Parque, a menos de 500 metros das nascentes do rio Preto), Brumado, Malícia, Buriti do Trilho, Fundão, do Fel, Estiva, dos Ingleses, de Santana e inúmeros outros de menor porte. Nas áreas próximas ao rio e entre este e os “inselberge”, como o Peito de Moça, formam-se sete lagoas sucessivas de grande beleza cênica.

O rio dos Couros nasce também na Serra do Pouso Alto, abaixo do rio Preto e desemboca no rio Tocantzinho, afluente do rio Tocantins, da bacia do Amazonas, correndo no sentido Noroeste e formando um limite natural da U.C., à leste desta. A vulnerabilidade deste rio, que nasce fora do Parque, se deve a falta de uma proteção específica, além de ser topograficamente a área circundante mais próxima a Cidade de Alto Paraíso de Goiás e considerada favorável a projetos de expansão urbana, não se considerando a dimensão ambiental. A margem é composta de campo úmidos e veredas turfosas.

O regime hidrográfico local apresenta aumento do volume de água no verão, devido à concentração das chuvas entre os meses de novembro a março, sendo seus córregos, riachos e rios em grande maioria perenes. Saliente-se que ainda estão em bom estado de preservação as nascentes da região do Pouso Alto.

Essa concentração de chuvas de verão causa nos rios o fenômeno chamado de “tromba d'água”, quando uma descarga intensa de chuva ocorre nas cabeceiras dos rios. Como estes correm entre “canyons” e desfiladeiros, a massa de água se escoar concentrada e em grande velocidade, arrastando tudo em sua passagem. É precedida de um grande ruído, que se assemelha a um surdo trovão, verifica-se a turbidez das águas e às vezes, a presença nestas águas de folhas e de galhinhos de plantas, em seguida aparece um imenso volume de água, como uma parede com cerca de 2 a 3 metros de altura, de grande força destruidora. A violência das águas oferece perigo mesmo em áreas aparentemente tranquilas, onde os veios de água são de pequeno porte.

2.5. VEGETAÇÃO

As primeiras menções à flora do cerrado são datados da primeira metade do século XIX e foram referidas pelas expedições do francês Pierre August de Saint- Hilaire e do austriaco Johann Emanuel Pohl. Mas foi somente com a criação de Brasília e posteriormente com a criação de unidades de conservação, que se começou a estudar com mais profundidade o assunto (vide referências anexas).

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, fitogeograficamente, localiza-se na região do Cerrado, que abrange as áreas do Planalto Central Brasileiro.

Eiten (1990) classifica a região do Cerrado (*sensu lato*), como uma província cuja ocorrência se dá na área central do País, região Centro-oeste, ocorrendo também em pequenas extensões, como manchas nas províncias vegetacionais da Mata Atlântica, da Floresta Amazônica, da Caatinga e do Chaco. De acordo com Novaes Pinto (1990), o Cerrado é uma unidade típica de zona tropical, caracterizada por uma vegetação de fisionomia e flora próprias.

O Cerrado (*sensu lato*) é um tipo de vegetação tropical semidecídua, oligotrófica, com fisionomias variando do arbóreo denso ao gramíneo- lenhoso. É caracterizado, de modo geral, por apresentar árvores de pequeno porte, isoladas ou agrupadas sobre um tapete graminóide hemicriptico. Sua vegetação lenhosa apresenta brotos foliares bem protegidos, casca grossa rugosa (corticosa), órgãos de reserva subterrâneos, via de regra profundos (xilopódios) e folhas geralmente desenvolvidas, com estômatos comumente abertos e protegidos por pêlos, constituindo formas de vida adaptadas a solos deficientes e aluminizados (Alvim, 1954; Arens; Ferri; Coutinho, 1958; e Goodland, 1971 conforme RADAMBRASIL, 1982)

Nessas áreas a vegetação apresenta-se “em um gradiente de formas fisionômicas dependendo de três aspectos do substrato: 1) a fertilidade e o correlacionado teor de alumínio disponível (menos fertilidade, mais alumínio); 2) a profundidade; e 3) o grau e duração de saturação da camada superficial ou subsuperficial” (Eiten, 1990). Segundo este autor as queimadas raleiam a camada lenhosa do Cerrado, quando esta é mais frequente, afetando principalmente a densidade dos arbustos.

A fitofisionomia do Cerrado do Parque apresenta-se como um mosaico que se dá desde os campos rupestres, localizados nas serranias e nos afloramentos rochosos de maior altitude, seguido de vegetação tipo cerrado (*sensu stricto*), onde a encosta diminui sua declividade, seguindo um gradiente de vegetação, conforme a declividade, a fertilidade do solo e, principalmente, o grau de umidade do solo, atingindo as áreas mais baixas, fundos de vales, onde ocorrem campos úmidos e as veredas. Nas áreas de campo úmido, cuja topografia é plana, ocorrem veredas adjacentes a florestas de galeria.

A classificação das diversas fitofisionomias de cerrado, a seguir, estão baseadas no RADAMBRASIL (1982).

A Savana Arbórea Aberta sem floresta de galeria é uma formação campestre, entremeadada de arvoretas, geralmente raquíticas, com altura em torno de 5 m, esparsamente distribuídas sobre um contínuo tapete gramíneo-lenhoso. É de grande representatividade na área encontrando-se sobre o solo Latossolo Vermelho-Amarelo Álico de textura média e areias quartzosas. Apresenta significativa variação na densidade de seus indivíduos arbóreos. Sua fisionomia na área difere de outras de campo cerrado sendo constituída predominantemente por arvoretas de até 3 m de altura, notadamente do gênero *Kielmeyera* (paus-santos), bastante dispersos sobre um tapete graminóide nem sempre contínuo. São também frequentes *Anona crassiflora* (araticum), *Qualea parviflora*, *Qualea grandiflora*, *Q. multiflora*, *Pouteria* sp. (abio) e *Sclerobium* sp. (carvoeiro). São comuns o *Mouriri elliptica* (puçá), *Lafoensia pacari* (pacari), *Tabebuia ochracea* (peroba-do-campo), *Machaerium* aff., *angustifolium* (jacarandá-caviúna), *Cassia rugosa* e *C. aff. Curvifolia*, *Anacardium* sp. (caju-do-mato). Nos planaltos de cota mais elevada, verifica-se a ocorrência de *Vochysia elliptica* e *V. thyrsoide* (paus-de-tucano).

A Savana Parque é uma formação essencialmente campestre, natural ou antrópica. Quando natural, tem posição geográfica delimitada pelas áreas encharcadas das depressões, onde o tapete graminóide está sob cobertura arbórea esparsa constituída por uma ou poucas espécies, revestindo áreas pediplanadas do Grupo Araí. Quando antropizada, a Savana Parque apresenta dois estratos bem distintos: o graminiforme, viçoso e denso, e o arbóreo, bem espaçado, constituído de *Byrsonima* sp. (murici). Na chapada dos Veadeiros a Savana Parque merece destaque pela sua beleza cênica. As espécies coletadas pela equipe do Projeto Radambrasil destacou na área: *Rhynchospora consanguinea*, *Bulbostylis paradoxa*, *Dichromena* sp., *Xyris spectabilis*, *Vellozia glabra* e *V. glauca*, todas ornamentando a paisagem (as espécies florísticas são citadas em anexo). Do seu estrato arbóreo ressalta-se a *Planaltoa salviifolia*.

A Savana ou Cerrado apresenta dois estratos distintos: o arbóreo e o lenhoso, do qual fazem parte os gêneros amazônicos *Qualea*, *Vochysia*, *Caryocar* e outros; os endêmicos como *Salvertia*, *Callisthene* e *Kielmeyera* e os pantropicais *Bauhinia* e *Styrax*. Suas árvores são de pequeno e médio porte, variando entre 7 a 15 metros, com troncos tortuosos e encortiçados e de folhas coriáceas e brilhantes. Sua distribuição espacial está preferencialmente ligada a determinados tipos de solos, álicos e distróficos, em sua maioria profundos, e aos solos arenosos lixiviados e mesmo litólicos.

Na região interplanáltica das nascentes do rio Paranã, onde apresenta-se um relevo montanhoso e escarpado, com áreas com maior índice de pedregosidade representada por solos litólicos, álicos e distróficos, associados a afloramentos de quartzitos, a vegetação é rasteira e integrada por herbáceas graminóides alternando-se com árvores raquíticas e contorcidas isoladas (Alves, 1990).

A Savana Arbórea Aberta com floresta de galeria ocorre em terrenos pré-cambrianos, Formação Trairas. Integrando as florestas de galeria observam-se o *Apuleia leiocarpa* (garapeiro), *Tabebuia caraiba* (caraiba), *Tabebuia ipe* (pau-d'arco-roxo), *Copaifera grandifolia* (pau-d'óleo ou copaíba), *Hymenaea* sp. (Jitai), *Astronium urundeuva* (aroeira), *Piptadenia* aff., *gonoacantha* (angico-jacaré), *Guazuma ulmifolia* (mutamba), *Protium heptaphyllum* (almêçega), *Cabralea* sp. (catingueiro), *Andira* sp.

(angelim-coco), *Stryphnodendron* sp. (tamanqueira) e *Alibertia* sp. (marmelo-pombo). Merece destaque a ocorrência de um “pau-pombo”, espécie afim de *Tapira guanensis*, pelo aspecto do tronco e das folhas.

Nas planícies aluviais abertas em solos hidromórficos dos baixios, destacam-se comunidades de *Mauritia vinifera* (buriti) e *Orbignya* (babaçu). Essas compõem as veredas que são encontradas entremeadas por campos úmidos e matas de galeria, distribuídas ao longo da rede de drenagem e às margens dos cursos de água (conforme Eiten, 1990).

A Savana Gramíneo- Lenhosa é uma formação campestre entremeada de plantas lenhosas anãs, mas sem cobertura arbórea, a não ser a faixa da floresta de galeria. Ocorre sobre os Solos Litólicos, sendo frequentes em meio ao estrato rasteiro a palmeira *Astrocaryum* sp. (tucum) e várias espécies de *Callyandra*. Na chapada dos Veadeiros participam do estrato graminóide dessa Savana o *Paepalanthus speciosus* e várias espécies de velosiáceas, dentre as quais *Vellozia anulata*, bem como *Microlicia* sp. e *Justicia chysotrichoma*. Esta classificação para áreas de campo equivalem a descrição dada por Eiten (1990) para campo limpo de cerrado, que consiste em um tapete de ervas latifoliadas ou de gramíneas curtas, que ocorrem em altitudes mais baixas sobre uma camada de laterita ou de areia muito dura, o que dificulta a penetração das raízes das plantas.

A Savana Gramíneo- Lenhosa com floresta-de galeria ocorre em terrenos pré-cambrianos de Solo Litólico, sendo frequente a *Mauritia vinifera* (buriti) e *M. aculeata* (buritirana).

Nas áreas de altitudes acima de 800 metros, especialmente nas vertentes voltadas para o sul, sobretudo nas zonas limitrofes do Parque, município de Cavalcante, predominam os campos rupestres. Observa-se nesses a existência de uma flora bastante especializada (Felfilli, 1994), com uma endemicidade alta de espécies, especialmente nas famílias *Velloziaceae*, *Friocaulaceae* e *Melastomataceae*, bem como certos gêneros de outras famílias (EITEN, 1990). Nessas áreas de relevo montanhoso, ocorrem solos quase sempre rasos e derivados de certos tipos de rochas, usualmente metaquartzito (como itacolomita), ortoquartzito, certos tipos de minério de ferro, manganês, etc. Além das partes bem drenadas possui grandes áreas de campo úmido graminoso (brejo estacional) conforme Eiten (1990). As espécies mais representativas são das famílias *Cactaceae*, *Araceae*, *Bromeliaceae* e *Orchidaceae*, encontrando-se dentre essas as espécies endêmicas como *Bletia catemulata* var. *caerulea*, *Oncidium hydrophilum* var. *immaculatum* e *Encyclia chapadensis* e outras (conforme levantamento citado em anexo). Ocasionalmente, ocorrem arbustos e raras árvores em frestas e prateleiras, encontrando-se também musgos, líquens, além de ervas suculentas e não suculentas (Alves, 1990).

2.6 FAUNA

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros enquadra-se dentro da Província Zoogeográfica Cariri-Bororo de Melo- Leitão ou no Distrito Zoogeográfico Tropical definido por Cabrera e Yepes.

São poucos os trabalhos ou dados sobre a fauna do Parque, citando-se o levantamento de aves do Centro de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres-CEMAVE (apresentado no anexo I) e o trabalho de Yamashita e Valle sobre o *Mergus octocetaceus* e o *Tigrisoma fasciatum fasciatum* (1990). Por isso, as informações aqui constantes baseiam-se nas observações dos funcionários do PARNA e dos moradores locais, sem comprovação científica, apresentadas como uma listagem simples, não se levando em conta, as principais relações existentes entre os conjuntos faunísticos, a estrutura do habitat e os recursos alimentares disponíveis, o que deve ser estudado no Plano de Manejo.

A fauna do Cerrado está extremamente adaptada às condições locais e, conforme Barbosa (1992), em estudos do Cerrado, há um estrato gramíneo que sustenta uma fauna de herbívoros durante boa parte do ano enquanto não está seco, ocorrendo no período de seca as floradas que lhes servem de alimento e ao final deste período as chuvas com o rebrotamento dos pastos e reinício do ciclo de alimento.

Estimativas feitas por alguns moradores do entorno dizem que, pelas interferências antrópicas na área e circunvizinhanças, tem sido observada uma diminuição do número de espécies, além da redução significativa de espécimes, fato a ser comprovado. Segundo Alho (1990), analisando processos assemelhados em outras áreas de cerrado, isso tem levado ao desaparecimento ou à raridade de espécies animais que são predadores do topo da cadeia trófica, como a onça *Panthera onca* e outros predadores que ocupam grande área vital, o que ainda não se verifica na área de maneira radical, pois foram avistadas onças sendo algumas até mortas, conforme relatos de fazendeiros, devendo-se verificar se não são indivíduos vindos de longe.

Têm sido vistos, dentre os herbívoros, grupos de antas *Tapirus terrestris*, capivaras *Hydrochaerus hydrochaerus*, porcos-do-mato *Tayassu tacaju*, que são habitantes preferenciais de matas e alagados e circunstanciais de áreas abertas, além do veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus*, veado-mateiro ou capoeira *Mazama americana* e do veado-atingueiro *Mazama gouazoubira*, bastante visados pelos caçadores. São comuns a paca *Agouti paca* e a cutia *Dasyprocta* sp, que habitam as regiões de campo e o ecótono dessas áreas com vegetação florestal. Há relatos de ocorrência de lobo-guará *Chysocyon brachyurus*, tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla*, tamanduá-mirim ou colete *Cyclopes didactylus*, cachorro-do-mato *Cerdocyon thous*, coati *Nasua nasua*, tatu-canastra *Priodontes giganteus*, onça-parda *Felis concolor* e onça *Panthera onca*. Têm sido vistos, também, pequenos bandos de macaco-prego *Cebus apella* e macaco guariba-preto *Alouata caraya*, principalmente nos Canyons I e II.

Dentre as aves observadas com maior frequência citam-se a perdiz *Rhynchotus rufescens*, coruja-buraqueira *Speotyto cunicularia* e, a siriema *Cariama cristata* sempre

vista em casais e aquelas de maior porte como a ema *Rhea americana*, encontrada em menor número e distribuídas em pequenos bandos nas formações vegetais abertas do Cerrado. Encontram-se nas formações arbóreas mais densas mutum *Crax fasciolata*, jacu *Penelope superciliares*, gavião cará- cará *Polyborus plancus*, além de diversas outras aves e até diminutos passeriformes e beija-flores, citados pelo CEMAVE em anexo.

Destacam-se na região a presença de répteis dentre os quais os ofídios venenosos como: cascavel *Crotalus durissus collileneatus*, jararaca *Bothrops neuwiede goiazensis*, jararacuçu preta *Bothrops jararacussu*, jararacuçu- pico- de- jaca ou surucucu *Lachesis muta* e jararaca rabo de osso *Bothrops moogeni*. Tais espécies habitam as formações abertas, em solos pedregosos, revestidos por vegetação rasteira. Observam-se também na área a presença de lagartos tiú *Tupinambis teguxim*.

Dentre os animais em extinção verificam-se na U.C. o cervo- do- pantanal *Blastocerus dichotmus*, a onça *Panthera onca*, o gavião- real *Harpia harpyja*, o socó *Tigrisoma fasciatum fasciatum* e o pato mergulhão *Mergus octocetaceus*.

3. OCORRÊNCIAS DE FOGO

Conforme Dias (1994), o papel do fogo no Cerrado, vem sendo analisado por alguns autores, dentre estes Ferraz- Vicentini (1993) a qual registrou, conforme levantamentos paleoecológicos realizados em uma vereda próxima à Brasília- DF, que a ocorrência de fogo é natural no Cerrado. Os aspectos ecológicos do fogo abordados indicam que, pela prática cultural de limpeza de campo de pastagens, muitas espécies mostram-se tolerantes e até dependentes do fogo em áreas do Cerrado Coutinho (1990), tendo sido observado por César, (1980) o aparecimento de maior quantidade de espécies, sugerindo que o fogo atua como elemento seletivo sobre a vegetação. De acordo com Ramos (1990), para plantas lenhosas a morte causada pelo fogo a curto prazo não é significativa, embora venham a sofrer murcha e desfolha da copa aérea pela ação do fogo e, Batmanian & Haridasan (1985) e Batmanian (1983) demonstraram que ocorrem variações nos padrões de acumulação de nutrientes na biomassa da camada rasteira durante diferentes estações do ano em áreas queimadas e não queimadas de Cerrado (strictu sensu). Estes resultados não são concludentes, por isso, não podem ser generalizados, tendo em vista, que foram obtidos durante um período curto e não de longo prazo, além disso foram realizados em diferentes fitofisionomias de Cerrado.

Dias (1994) concluiu sobre os efeitos do fogo no regime térmico do solo e na produção primária de um campo limpo de Cerrado que, a este modifica drasticamente as propriedades de absorção e reflexão da radiação solar pelo solo, tendo sido observados um aumento da amplitude da temperatura do solo antes de sua queima de 10°C (de 14 a 24°C) passando para 25°C (de 10 a 35°C) depois da passagem do fogo. Observou também que a área de campo limpo estudada apresentou uma rápida recuperação de fitomassa aérea após a queima, bem como houve um rápido acúmulo de matéria morta durante o período de um ano, o que tornou a área susceptível a incidência do fogo e a modificações térmicas do solo. Concluiu que a permanência e os efeitos desse regime

dependerão da frequência das queimadas e da época do ano, ou seja, início ou final do período seco.

As ocorrências de fogo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros têm maior incidência no meses de julho a outubro, quase sempre provenientes de queimadas provocadas durante o período seco. No período chuvoso podem ocorrer incêndios provocados por raios.¹ Conforme relatórios do PREVFOGO (Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), o alastramento rápido do fogo se deve não só a limpeza do campo para o plantio, existência de macega alta, baixos índices de umidade relativa do ar, rebaixamento do lençol freático, ressecamento da vegetação pelo frio seco e as variações bruscas de temperatura com ações dos ventos muito fortes. Esses fatores isolados e, principalmente, o conjunto deles são os indicadores de risco que tornam a área mais vulnerável no período seco.

Segundo Nascimento, I.(1995) em relato, as massas de ar atuam como catalisador eletrostático, geralmente entre o final do período da seca e o período das águas, quando já existe na região uma alta taxa de energia eletrostática no ar, em função do ar seco. Quando começam a chegar as primeiras massas úmidas do período das águas, mecânicamente elas são obrigadas a se elevarem, em função da orografia. Essa elevação feita de forma abrupta e rápida faz com que a própria nuvem perca parte da sua temperatura original, sendo de 1° C a cada 100 metros de elevação. A perda rápida faz com que a nuvem se carregue com energia eletrostática, que se somará a energia anteriormente existente, causando a descarga de raios. Pode também provocar, por sublimação, as chuvas de granizo, comuns na região, com existência de raios.

O incêndio de maior proporção conhecida ocorreu no ano de 1991 entre 02 a 10 de outubro, provocado inicialmente por queimada em campo de plantio, em uma fazenda limítrofe ao Parque. Daí se distribuiu, pela ação dos ventos e outros fatores, incendiando cerca de 10.000 hectares com focos quase diários em diversos pontos do Parque. Para seu combate foram mobilizados o Corpo de Bombeiros de Brasília, a Polícia Civil do DF (helicóptero) e o Exército Brasileiro (Comando do Oeste), que colaboraram com um contingente de oitenta homens com helicóptero. Além disso, a U.C. contou com membros da comunidade do entorno, cujo auxílio vem aumentando ano a ano. Estes agiram juntamente com os funcionários do Parque e do PREVFOGO (cuja colaboração tem sido fundamental).

Incêndios de menor porte estão sempre ocorrendo na região, com baixa proporção provocados por raios e maior pelos plantadores, garimpeiros e até mesmo pelos extrativistas de flores. Este último grupo, no atendimento à alta demanda do produto no mercado, procura deixar a macega baixa empregando o fogo para, segundo as crenças, aumentar a quantidade de algumas espécies de flores no ano seguinte. Quanto ao garimpo de quartzo (cristais), e esporadicamente do ouro, também de grande procura no

¹ Segundo os termos usuais empregados (PREVFOGO, 1994)- **incêndio florestal** é todo fogo sem controle que incide sobre qualquer forma de vegetação, podendo tanto ser provocado pelo homem (intencional ou negligência), ou por fonte natural (raio). E, **queimadas** são práticas agropastoris ou florestais, onde o fogo é utilizado de forma controlada, atuando como um fator de produção.

mercado, é empregado o fogo para facilitar a visualização dos pontos de garimpagem. Tal fato rareia cada vez mais no Parque.

O uso do fogo é uma prática cultural e segundo os colheitadores de flores deve ser ateadado na "época certa", isto é, durante as chuvas, mas só de julho em diante é que se tem verificado com maior intensidade os focos de fogo/ incêndios, o que contradiz essa "prática na época certa" (Lima e Silva, 1994). Desde o início deste ciclo extrativista, famílias inteiras na região dependem da colheita de flores e ervas medicinais, além da extração de cristais e renovação da pastagem, sendo a prática de atear fogo bastante comum na limpeza de campo, o que causa uma preocupação anual aos servidores do Parque. As áreas de maior incidência de incêndios no Parque estão localizadas nos seguintes referenciais geográficos: Serras de Santana, Palha Virada e Ferro de Engomar; Morros do Chapéu, da Cara Preta, Peito de Moça e Cabeça do Veado; divisa com Cavalcante e áreas próximas ao morro da Baleia, Fazenda Bona Espero e riacho da Estiva (segundo depoimento da chefia do PARNA e os relatórios do PREVFOGO, 1994). Conforme relato de Nascimento, I. (1995), a ocorrência maior de raios nas proximidades do riacho da Estiva, deve-se a concentração de rochas manganêsíferas na região, as quais por serem magnéticas, atuam como elemento de atração da energia excedente na atmosfera.

Até o momento não há plano de manejo do fogo ou quaisquer indicativos de prevenção e controle de incêndios para o Parque. Dai serem identificados como pontos de estrangulamento e sem um estudo aprofundado, grande deficiência dos recursos materiais empregados, tais como: torres de observação, instalações para as prontidões de bombeiros, carta topográfica da área, aparelhos localizadores de incêndio, como o "Osborne" ou o goniômetro (apresentando os dados de riscos do dia), binóculos, estação meteorológica, etc. Além da insuficiência de recursos humanos e falta de meios de comunicação adequados.

São longas as distâncias a serem percorridas, quase sempre à pé, chegando aqueles que vêm para apagar o fogo a caminhar muitas vezes até 30 km/dia em terrenos acidentados e de difícil acesso. Sem contar o tempo decorrido entre a localização do fogo, o pedido de ajuda aos bombeiros e sua chegada ao local, demandando até 24 horas para a chegada da ajuda, dado que após a solicitação é feito o pedido de autorização para o comando, com recrutamento da brigada e o deslocamento desta em veículos pesados e mais lentos (caminhões ou ônibus), desde Brasília até a sede da U.C. Há também uma grande dificuldade na movimentação das equipes de combate ao fogo transportando seus equipamentos, particularmente as bombas costais, não só no Parque como na área de seu entorno. Todos esses fatores dificultam o controle adequado de incêndios.

As causas mais frequentes de incêndios no Parque se devem a queima de pastagens nas fazendas situadas dentro e nos limites deste, os quais são descobertos pela fumaça e o campo queimado. Quando se trata de fogo ateadado por garimpeiros encontram-se escavações e ferramentas, conforme denúncias. E quanto acontece na rodovia GO-118 é mais difícil determinar as causas, mesmo na região do Pouso Alto, onde há a maior incidência de coleta de flores. O quadro a seguir apresenta o número de ocorrências e total de áreas atingidas em dias, meses e locais distintos.

QUADRO 1: OCORRÊNCIA DE FOGO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

ANO	Nº DE OCORRÊNCIAS	ÁREAS ATINGIDAS (ha)	TOTAL (ha)	PERÍODOS DE OCORRÊNCIA	CAUSAS
1989	6	200 2.000 8.000 500 2.500	13.200	23 à 26/5/89 02 à 05/6/89 11 à 14/6/89 07 à 08/7/89 05 à 06/8/89 06 à 07/8/89	provocado- pasto fazenda provoc.- sem causa determinada
1990	*				
1991	6	80 300 400 30 40 10.000 200	11.150	12 à 13/3/91 10 à 11/5/91 28 à 30/5/91 01 à 02/8/91 03 à 04/8/91 05 à 10/8/91 27 à 28/10/91	provocado-queima de pasto causa desconhecida provocado- queima de pasto provoc.- pasto fazenda contigua provoc.- pasto faz. vizinha ao Parque provoc.- pasto fazenda vizinha causa desconhecida
1992	5	40 300 300 100	740	à /2/92 17 à 18/6/92 à 7/92 à 8/92	provavelmente raio provocado- fazenda provoc.- sem causa determinada provocado-fazenda contigua
1993	4	35 100 2 7.000	7.137	10 à 10/3/93 17 à 18/3/93 26 à 26/3/93 06 à 09/7/93	provavelmente raio provavelmente raio provoc.(à margem da GO-118) provocado (garimpo)
1994	10	600 800 550 600 550 500 8.000 75 750 650	14.075	15 à 16/8/94 19 à 21/8/94 04/9/94 9 à 10/9/94 10 à 11/9/94 21 à 22/9/94 26 à 2/10/94 30/9/94 20/10/94 5/11/94	causa desconhecida provoc.(a margem da GO- 118) detectado já extinto provocado- caça provocado provocado-caçador provocado- fazenda contigua provocado provocado provocado- fazenda contigua
1995 (até abril)	1	5	5	17/01/95	provavelmente raio

Fonte: IBAMA/PARNA/PREVFOGO (maio, 1995)

*Não há dados

4. CARACTERÍSTICAS SÓCIO, ECONÔMICAS E CULTURAIS

4.1. Aspectos Culturais e Históricos

A chapada dos Veadeiros é dividida administrativamente pelos Municípios de Alto Paraíso de Goiás ao centro, Cavalcante e Terezina de Goiás ao norte, Colinas do Sul a oeste e São João d'Aliança ao sul. Terezina de Goiás e Colinas do Sul desmembraram-se de Cavalcante em 1988, conseqüentemente os dados censitários do IBGE de 1980 as englobam em Cavalcante.

Conforme Pedrosa (1990) os principais grupos indígenas presentes na região dos Cerrados no Século XVIII eram principalmente, pertencentes à família linguística Jê, como por exemplo: Kayapó, Xavante, Karajá, Goyá, Crixá, Akroá, Bororo, Xerente, Apinajé e Timbira. Em épocas mais recentes sabe-se da existência na região de grupos da família Tupi- Guarani, do tronco Tupi, os Avá-Canoeiros. As lutas travadas resultaram àquele tempo na extinção dos Goyá e Crixá e na redução atual em aldeamentos oficiais, como é o caso dos Avá- Canoeiros, ainda em nomadismo e baixa qualidade de vida, mas com espaço sendo delimitado entre os municípios de Cavalcante e Minaçú.

A procura do ouro e de índios para escravização em Goiás, pelos bandeirantes paulistas, bem como a abertura da estrada Goiás- Cuiabá (1725), trouxe os primeiros aglomerados urbanos ou arraiais ao local (Lima e Silva et al., 1994). Mas o avanço que permitiu a existência de um núcleo significativo na região e que viria a se chamar posteriormente de Cavalcante, deu-se no século XIX, possivelmente pelo plantio do trigo introduzido na região pelos ingleses.

Contudo, foi somente no Século XX que houve a chegada de um maior contingente de pessoas vindas de todas as partes para o garimpo de ouro, ametista, cristal e manganês. Segundo Silveira (1991) os primeiros registros na Vila de São Jorge datam de 1912, passando pelo ciclo iniciado com a busca e a descoberta do minério, depois o auge da produção, seguido do declínio. Durante os anos quarenta foram exportados cristais para fabricação de sonares, componentes de transmissores de rádios, telegrafia e telefonia, perdendo este sua importância e posição com o fim da II Guerra, mas principalmente com a invenção do cristal sintético. Novamente teve uma alta de procura de curta duração durante a Guerra da Coreia (1950/52), envolvendo cerca de 3.000 garimpeiros. Mas foi somente com o incentivo às exportações, nos anos sessenta, que se deu o apogeu, com existência de rudimentares pistas de pouso e inúmeros acampamentos para, logo em seguida e sem intervalo, vir o declínio da atividade na região. O ouro também foi muito extraído, mas os veios já não são ricos e o manganês, explorado em Cavalcante, não chega a se transformar em riqueza local. Embora sejam solicitados diversos processos de larva ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral- DNPM.

Um fato histórico relevante foi a passagem da Coluna Prestes nos idos de vinte, na região com a existência de combates de retaguarda, lembrados pelos antigos moradores de Alto Paraíso de Goiás como violentos. Esta passagem pela região foi registrada desde o ponto de vista da Coluna Prestes, no romance de Jorge Amado "Cavaleiro da Esperança" e sob a forma de narrativa:*"Parte da margem do rio Estiva, cruza o*

Morro, o Pedra de Amolar, o Matéria, o Rola, acampa no rio Escuro no Faveira, escala a serra Jalapão para chegar a 22 à margem direita do rio do Sono....”

O governador Ary Valadão criou, entre os anos de 1978 a 1982, o Projeto Alto Paraíso para a região, dando cumprimento às políticas agrícolas no Estado de Goiás. Através do Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional- INDUR, apresentou as diretrizes para uma área de 62.000 km², onde se pretendia desenvolver um projeto turístico, a fruticultura de clima temperado voltada à exportação, com 2.400 ha cultivados e produção estimada de 20.270 toneladas de frutas (figo, pêssego, ameixa e marmelo) e outros projetos agro- industriais da iniciativa privada, explorados através de cooperativas de produtores. Para tal, pretendia abrir linhas de financiamento e com isso deu início a alguns projetos de infra- estrutura, como a rodovia GO-327, para escoamento da produção, a construção do Hospital Regional em Alto Paraíso de Goiás com capacidade para 50 leitos e algumas obras que serviriam de base de apoio, como uma pista de pouso para aeronaves e o Grande Hotel, cujas bases estruturais permitem outros usos que não aquele exclusivo para hospedagem.

Tal proposta mobilizou a sociedade local, mas não houve prosseguimento das ações nos governos posteriores, até porque a região merecia um estudo mais acurado de suas potencialidades. Assim ficaram o Projeto e suas edificações abandonados. Na realidade, o retorno, a nível de desenvolvimento econômico local foi inexpressivo, verificando-se a manutenção do “status quo” de empobrecimento regional.

4.2. Situação Fundiária

Os dados cadastrais das propriedades dentro dos limites da U.C. estão sendo levantados nos Cartórios de 1º Ofício de Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás, para que seja iniciado o processo de compra das terras e dos benefícios, quando existentes, dando prosseguimento ao Decreto nº 99.279 de 06/06/90 de desapropriação das terras delimitadas na área do Parque e em conformidade com o Convênio nº 10.843, acordado entre o IBAMA e FURNAS Centrais Elétricas S/A.

Os procedimentos ora em curso requerem o conhecimento exato do número de propriedades e de seus legítimos proprietários, o que tem demandado tempo e diligenciamento perspicaz, devido à dificuldade decorrente de superposição de títulos e ausência de memorial descritivo com dados exatos de limites e coordenadas correspondentes. Para tal, está sendo proposta uma ação discriminatória pela SUPES/GO na área delimitada do Parque, após a qual dar-se-á início à ação demarcatória para as desapropriações. De pronto estão sendo levadas ao Juiz aquelas propriedades cujas documentações encontram-se em ordem.

Foram doadas para o IBAMA, seis propriedades no total de 21.765 ha, divididos entre 4.640 ha de terrenos situados no Município de Cavalcante e 17.108 ha em Alto Paraíso de Goiás, em locais diferenciados e nos limites do Decreto de Criação. O total de áreas doadas somado ao que já foi comprado correspondem a 12.000 ha de terras, o equivalente aproximadamente a 20 % da área do Parque.

4.3. Uso da Área da U.C.

O Parque ainda não possui seu Plano de Manejo cujo início está previsto para este ano. O instrumento de planejamento até então em uso tem sido: “Orientações Básicas ao Manejo” (Galante et alli, 1991).

Para abertura da unidade ao uso público e, principalmente para o planejamento das atividades de administração, manejo e uso público estudou-se nas Orientações, as alternativas que pudessem assegurar uma visitação com segurança para os usuários e com menor impacto ambiental para o Parque. Foram fechadas as áreas de acampamento, proibido o tráfego de veículos, que não os da U.C. e, oferecido pelo IBAMA e a Fundação Pró- Natureza (FUNATURA), com recursos captados por esta no Fundo Nacional do Meio Ambiente, um treinamento à pessoas da comunidade local para a condução ecoturística dos visitantes (Paes e Nobre, 1991).² Com isso, procurou-se garantir uma prestação de serviços aos visitantes dentro de uma linguagem ambiental, sem contudo se estabelecer qualquer vínculo ou responsabilidade direta por parte da instituição, para com os condutores.

4.3.1- Uso Público da U.C.

O Parque está situado na região de influência de Brasília, a aproximadamente 252 km ou três horas de deslocamento, em veículo de passeio.

O Parque tem recebido um grande afluxo turístico dessa cidade por sua proximidade e pelos valores ecológicos da região, pois se observam paisagens de Cerrado de grande beleza cênica e locais com excelentes condições de banhos nos rios e cachoeiras, além da possibilidade de se realizar passeios em trilhas que perpassam por diversas fisionomias de Cerrado, podendo-se inclusive apreciar mais no alto os campos rupestres, com diversas espécies endêmicas. São estes passeios entre áreas planas e declivosas, algumas delas com afloramentos rochosos, que atraem sobremaneira aqueles amantes de aventura na natureza.

A área é um ponto de atração de alguns roteiros de viagem, onde o maior afluxo turístico se dá nos grandes feriados do Carnaval, Páscoa, Semana da Pátria e Finados, principalmente naqueles feriados que emendam com os finais de semana em períodos secos. Vêm para a chapada dos Veadeiros populações em sua maioria jovens, na faixa etária entre 15 e 22 anos. No período escolar verificam-se excursões escolares, desde as universitárias às colegiais de nível médio.

² **Ecoturismo**, segundo a Política Nacional de Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Há três anos atrás era permitido o pernoite em áreas improvisadas como acampamento. No entanto, pela inexistência de fiscalização e o baixo número de servidores na U.C., houve excessos no comportamento dos usuários. Encontrou-se áreas degradadas nos pontos de acampamentos e grandes quantidades de detritos ao longo das trilhas e fontes de água, além de diversas aberturas de “novos” caminhos. Acresça-se o desgaste de veículos do Parque que, por serem de tração nas quatro rodas, rebocaram muitas vezes os veículos automotores e até ônibus que trafegavam nas vias nos períodos chuvosos. Esses fatores, somados ao desgaste de alguns trechos pela erosão, tornaram a área perigosa a ponto de representar riscos à saúde dos visitantes, culminando pelo fechamento do Parque por um ano aproximadamente.

Como medida de controle de impacto ambiental, a circulação interna está vedada aos veículos, os quais são deixados fora do Portão Principal do-Parque, no estacionamento, localizado em um terreno cedido por um proprietário particular para esse fim. Ainda está precário, mas atende a cerca de 38 veículos.

O visitante ao chegar no Parque compra sua entrada no Centro de Visitantes (C.V.) e é avisado de que só poderá andar nas trilhas com um condutor, considerado um auxiliar na prestação de informações adicionais aos grupos, além de controlar e orientar a visitação. Os visitantes, organizados em grupos ou não, procuram seus condutores e entram no Parque. Tais grupos têm um número máximo de vinte pessoas/condutor e um número ideal de dez pessoas e, costumam despende todo o dia na visitação. Esse processo de entrada dos condutores e visitantes oferece maior controle de visitação e segurança para o visitante.

Existem hoje 93 condutores de visitantes vinculados à Associação dos Condutores de Visitantes- ACVCV, criada após o primeiro treinamento oferecido pelo IBAMA para formação destes entre os moradores de São Jorge e de Alto Paraíso, com diversos níveis de escolaridade (Paes e Nobre, 1991). Fazem também parte da Associação pessoas de nível universitário e, dentre aqueles de nível colegial há alguns interessados na flora e fauna local que procuram repassar tais informações para seus guiados. A organização controla a participação de seus membros, inclusive oferecendo em 1994, com recursos da WWF- Fundo Mundial para a Natureza, um treinamento para novos interessados, ainda nos moldes anteriores e está agora vendendo equipamento de guiação. Até o momento houve somente uma penalização entre seus associados, podendo-se concluir como positiva a experiência para o Parque.

Para facilitar e controlar a visitação, a unidade de conservação conta com, no mínimo, dois funcionários à entrada, um para a cobrança e outro para o atendimento ao público. Anteriormente, em dias de maior afluxo turístico, verificava-se o congestionamento, pela chegada de três a quatro condutores e seus guiados de uma só vez, com entrada individualizada, fato esse que levou a uma estratégia de operacionalização para recepção turística na unidade. Os visitantes esperam junto com seus respectivos condutores e entram em grupos já formados, sem precisarem individualizar suas entradas, pois o responsável encaminha todos os nomes e faz o pagamento. Não existe uma catraca ou borboleta para o controle quantitativo, pois sempre falta alguém em um ou outro grupo que não acertou sua entrada. Tampouco se

tem conseguido exercer um controle e vigilância maior em alguns trechos da cerca por onde têm passado alguns visitantes.

Atualmente, limita-se a entrada de visitantes a U.C. em 600 pessoas por dia, tendo sido de 535 por dia o máximo registrado até hoje. Estes são distribuídos entre as cinco áreas de visitação, sendo a entrada permitida entre 8:00 h da manhã e às 14:00 h da tarde, por causa da distância e do tempo do percurso. O período médio de permanência dos visitantes é de 6 h, encerrando-se a visitação às 17:30 h.

A visitação tem sido crescente e há um saldo positivo em relação aos anos anteriores, como reflexo das medidas tomadas, que é a inexistência de lixo e danos ambientais nas trilhas e locais de visitação. No entanto, verificam-se entradas irregulares, que merecem controle. Registram-se algumas queixas quanto às distâncias percorridas à pé e raros casos em que os turistas prefeririam caminhar desacompanhados pelas trilhas. Pedidos têm sido feitos para que se abram novos locais de visitação e para a permissão de entrada em veículos apropriados de um público muito restrito, na faixa de meia idade por exemplo, até as proximidades da descida ao rio Preto. As condições para liberar-se ou não as visitas de qualquer ordem diferente da atual requerem estudos aprofundados, o que será feito no Plano de Manejo.

Os passeios permitidos realizam-se nas trilhas que levam ao rio Preto e suas cachoeiras Saltos I e II (ou Maior e Menor, como está nas “Orientações Básicas ao Manejo”), às “Pedreiras”, “Canyon II” e à cachoeira das Cariocas. Em épocas de menor vazão das águas do rio Preto, pode-se ir ao “Canyon I”.

As atividades de lazer mais intensamente desenvolvida são a caminhada, por ser a única forma de deslocamento entre as áreas permitidas, seguindo-se os banhos e lanches à beira dos corpos d’água, considerados como atrativos principais, tal como em um balneário. Atividades como as de observação de animais e de plantas, bem como a de contemplação das paisagens ficam em segundo plano e a cargo de cada um, ao longo dos caminhos. Existem sítios de grande beleza cênica como a “Praça de Cristal”, situada no limite da U.C na rodovia que segue para São Jorge, o “Jardim Zen”, local com pedras e à beira da rodovia GO-118, no km 190, os “Saltos I e II”, o mirante do rio Preto e suas cachoeiras e outras a serem apreciadas nos percursos.

A antiga via de acesso aos pontos de atratividade turística está em condições regulares e destina-se mais ao uso administrativo da U.C., sendo atualmente cortada pela trilha que leva aos Saltos I e II. Da Portaria Principal, vizinha ao povoado de São Jorge, até o rio Preto pode-se caminhar em trilhas com maior ou menor grau de dificuldade física, tanto pela distância percorrida, cerca de 10 km de ida e volta a que leva aos Saltos I e II, quanto pela declividade e acidentalidade do terreno. A trilha de menor dificuldade é a que leva às “Pedreiras” e ao “Canyon II” e a de maior esforço é a da cachoeira das “Cariocas” e o “Canyon I”, cujos acessos passam por áreas de alta declividade. O tempo de locomoção depende do grupo, podendo-se demorar mais ou menos, conforme as paradas e a capacitação física de cada indivíduo.

Os principais pontos de interesse e suas distâncias desde a portaria de entrada, junto ao Centro de Visitantes (CV) encontram-se mencionadas abaixo.

QUADRO 2: Caracterização das áreas de visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o tempo decorrido

ÁREA DE LAZER	DISTÂNCIA DO CV/KM	CAPACIDADE DE SUPORTE	TEMPO MÉDIO DECORRIDO*	OBSERVAÇÕES
Saltos I e II	5,0	120 a 150	2:00h	Terreno em declive na chegada
Salto I e II via garimpo	5,0		2:15h	..
Pedreiras	3,0	120 a 150	1:00h	Terreno relativamente regular
Canyon II	5,5	100	2:00h	Terreno acidentado na chegada
Cariocas	5,0	100	1:45h	..
Canyon I	6,0	100	2:15h	..

Fonte: Chefia do PARNA Chapada dos Veadeiros/Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros.

*Tempo decorrido para ida aos locais de visitação, contabilizando-se as paradas.

4.3.2- Educação Ambiental

As atividades de educação ambiental dentro do Parque não têm sido desenvolvidas, pois faltam alguns acessórios junto ao Centro de Visitantes, como mobiliário, equipamentos para exposição e outros. Mesmo assim está sendo levado às comunidades do entorno o Projeto de educação ambiental "Janela para o Mundo", realizado em colaboração com a EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, utilizando-se de recursos áudio- visuais. Objetiva-se com isso informar e conscientizar as crianças das escolas rurais de 1º Grau das áreas do entorno ao Parque. Apresentam-se os vídeos e proferem-se palestras sobre temas não só ambientais, como sobre saúde, alimentação e técnicas alternativas de plantio agrícola. Tem-se verificado excelente aceitação da população jovem e dos professores nas escolas envolvidas, dos Municípios. Assim se está realizando junto às comunidades de vizinhança, um trabalho de educação não só ambiental, visando a melhor compreensão da existência e dos objetivos de um Parque Nacional, como de conscientização para os temas que têm por meta o alcance de melhores condições de vida.

O Parque vem recebendo alguns grupos de escolares, tanto de Alto Paraíso de Goiás quanto dos municípios vizinhos, sem contudo, apresentar- lhes um projeto educativo.

O Centro de Visitantes (C.V.) com infra-estrutura para divulgação e informação, ainda não se encontra inteiramente equipado, tendo passado recentemente por reformas e devendo receber ainda em 1995 os equipamentos restantes para seu completo uso com o mobiliário necessário. Por ora não se presta ao apoio direto a uma visitação intensiva , até porque não há um Programa de Uso Público, que é parte do Plano de Manejo.

Atualmente e ocasionalmente, são dadas orientações aos visitantes e palestras dirigidas tanto pela direção e servidores da U.C. quanto por outras entidades, como a Associação da Comunidade de S. Jorge e outras de cunho espiritualista.

O atendimento ao público tem se restringido às informações prestadas pelos funcionários à sua entrada no Parque, e aqueles dados generalizados oferecidos pelos condutores, os quais, em sua maioria, carecem de especialização ou aprofundamento cultural ambiental. Há os que se preocupam em aprimorar seus conhecimentos, mas a unidade não dispõe de material de cunho ambiental, científico ou de qualquer ordem para subsidiá-los.

Por serem poucos os funcionários na U.C. e estarem estes, muitas vezes envolvidos com as atividades rotineiras desta, o apoio à recreação torna-se bastante comprometido, sobrecarregando-os, por isso a suspensão da visitação em épocas de incêndios no Parque.

4.3.3- Controle e Vigilância

O controle de visitação é feito no talonário de recibos e formulário de arrecadação, onde são anotados os seguintes dados: nome da unidade de conservação, do responsável pelo grupo e seu condutor, local de passeio, número total de visitantes por grupo, a data de entrada e a assinatura do funcionário emissor. No formulário registra-se o total arrecadado por data de depósito, para controle administrativo. O ingresso cobrado através desse talonário de recibo custa o preço, em maio/95, de R\$ 1,25/pessoa. A arrecadação obtida é enviada à Administração Central (AC) do IBAMA.

A U.C. conta também com a ajuda, para o controle e vigilância de suas áreas de visitação pública, em épocas de maior demanda turística, da Patrulha Ecológica de Brasília. Trata-se de uma Associação não-governamental que presta serviços no Distrito Federal, a qual tem procurado também orientar e alertar aos visitantes da U.C., na chapada do Veadeiros, para que sejam evitados os comportamentos abusivos ou predatórios na área. Abaixo é apresentado o total de visitantes nos três últimos anos.

QUADRO 3: Arrecadação da Visitação Pública no PARNA Chapada dos Veadeiros

PERÍODO	TAXA COBRADA POR VISITANTE \$	TOTAL VISITANTES POR TRIMESTRE				TOTAL VISITANTES ANUAL	TOTAL ARRECADADO
		I	II	III	IV		
1993	Cr \$ 1.600,00 Cr R\$ 800,00	1.422	1.230	1.725	1.491	5.868	Cr\$117.505.000,00 Cr R\$ 373.239,00
1994	R\$1,25	1.859	1.521	1.510	1.379	5.865	Cr R\$ 2.130.320,00 R\$ 3.611,25 R\$ 5.208,65
1995	R\$1,25	2.367	1.800*				

Fonte: IBAMA/PARNA Chapada dos Veadeiros (maio, 1995)

*Dados exclusivos de abril após o fechamento dos limites da U.C com a cerca

Apesar da Lei nº 7875 de 31/11/89, determinar que, pelo menos 50% da arrecadação deva ser destinada ao custeio da manutenção, fiscalização e obras de melhoramento da U.C. pode-se perceber, comparando estes dados com os valores obtidos por outra fonte como as do Programa Nacional do Meio Ambiente e do Orçamentário da União, que estes recursos são insuficientes para atingir os propósitos determinados, pois dentre os valores estimados pelo Plano Operativo Anual de 1994 e aqueles realmente gastos com manutenção e fiscalização totalizaram US \$ 7.508.00 de recursos próprios e US\$ 211.103.90 do PNMA, respectivamente, sendo que os valores arrecadados com a visitação somaram 2 % deste total.

A fiscalização da área esteve condicionada, até o início desse ano, às precárias condições de falta de veículos e ao baixo número de funcionários, principalmente se se considera que os agentes de defesa florestal (ADF) são os únicos legal e institucionalmente capacitados a lavrar autos de infração embargar serviços e obras e portar armas. Por isso, tem sido até então insuficiente e não-sistemática a atividade, a qual encontra-se atualmente em fase de estruturação, contando com dois veículos 4x4 (Toyota anos 90 e 92), quatro Agentes de Defesa Florestal (ADF) e um chefe de serviço, para coordenar a equipe. Por ora têm sido as ações executadas esporadicamente ou quando necessárias à vistoria de denúncias do entorno. Nos locais de uso público, durante e após as visitas, realizam-se visitas de controle, geralmente em dupla de servidores. Há queixas destes quanto à inexistência de crachás que os identifique, principalmente para as rondas, evitando-se assim maiores constrangimentos junto ao público, e quanto ao não recebimento de diárias, necessárias para o deslocamento no entorno a U.C., quando chegam a acampar cerca de três dias fora da sede, e em seus limites externos.

Foram construídos 8.335 metros de cerca nos limites do Parque visando principalmente a guarda e proteção da área próxima à Vila de São Jorge e ao lado da rodovia GO-118. O resultado positivo é visível com relação ao maior controle na entrada de visitantes, mesmo constatando-se a existência de invasores durante o último grande feriado da Semana Santa. Está prevista a construção de outro trecho de cercas com 2.500 metros este ano.

Há somente um posto de fiscalização avançado, o Posto do morro da Baleia, inexistindo portanto outros pontos de apoio aos trabalhos de campo. Em alguns trechos, como o que se dirige à Cavalcante, torna-se difícil essa tarefa, tanto pela topografia do terreno, pois trata-se da serra de Santana, de feições escarpadas e abruptas de um lado e coberta de matas de outro, como pelas vias de circulação do entorno, em estado precário de conservação e distante dos limites do Parque. Tampouco são muitas as trilhas que permitem interligações entre os diversos pontos, necessários ao controle e à vigilância da área. Não existem torres de controle e os binóculos são na maioria inadequados, ou por serem de alta precisão e requererem um tripé para uso, ou por serem de baixa visibilidade. Assim quando ocorrem os incêndios ou qualquer problema na área tornam-se ainda mais evidentes essas dificuldades. Os locais considerados de importância ao desenvolvimento de ações de vigilância estão apresentadas a seguir.

QUADRO 4: Áreas de Controle e Fiscalização e suas distâncias a Sede do PNCV

ÁREAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	DISTÂNCIA SEDE/KM
Rodovia GO-387	1
Centro de Visitantes	5
Posto Morro da Baleia	20
Cruzeiro	73
Bico do Gavião	55
Cruzeiro do Pouso Alto	75

Fonte: P.N. Chapada dos Veadeiros

4.3.4- Administração da U.C.

O Parque não possui redes elétrica e telefônica porisso as atividades de ordem burocrática que poderiam ser desenvolvidas com maior eficácia, rapidez e por um número menor de servidores, através do uso de um computador e um telefone requerem mais pessoas e demanda um tempo e combustível desnecessários para os deslocamentos. O controle de malote, combustível e outros artigos de uso da U.C., além da burocracia processual são feitos na sede, pelo Chefe e por cinco funcionários.

Processos de contratação e licitação são feitos na SUPES/ GO e, raramente em Brasília, mesmo sendo esta mais próxima, pois a U.C. está administrativamente ligada a SUPES/ GO. A legislação atual tem dificultado a agilização de determinados serviços para o Parque, como conserto de veículos, pois requer a tomada de preços no mínimo entre três concorrentes, o que obriga aos servidores a levarem estes veículos para Brasília ou Goiânia, onde se processa a tomada de preços entre os diversos fornecedores e prestadores de serviços, baixando sobremaneira o desempenho administrativo na U.C.

Os trabalhos de limpeza e higiene das edificações da sede são realizados pelo funcionário da empresa contratada, mas o lixo que algumas vezes há nas áreas de visitação é retirado pelos servidores do Parque, auxiliados quase sempre pelos condutores de visitantes e levado da unidade para o aterro a céu aberto da Prefeitura de Alto Paraiso de Goiás. Existe uma escala programada de atividades em função do plantão de final de semana.

4.3.5- Pesquisa na U.C.

Algumas pesquisas têm sido feitas dentro do Parque e uma outra está sendo proposta para ser realizada, no ano em curso citando-se dentre essas:

- Pesquisa “**Ocorrências de duas aves raras no Brasil Central: *Mergus octocetaceus* e *Tigrisoma fasciatum fasciatum*.**” realizada por Yamashita, Carlos e Valle, Mauro de Paula, pesquisadores do CEMAVE.
- Projeto “**Fungos no cerrado: Diversidade e Conservação da Micobiota do Planalto Central**”, proposto pelos Departamentos de Fitopatologia, Botânica, Biologia Celular e Engenharia Agrônômica da UnB, pelos pesquisadores Dianese, Ribeiro, Café-Filho e seus alunos;
- Trabalho “**Vegetação ocorrente em areias quartzosas**”, tema escolhido por ser a vegetação neste tipo de solo endêmica e altamente especializada, de acordo com a proposta da Prof. Dra. M. Barros e a doutoranda S. Splett, das Universidade de Brasília e de Bonn respectivamente;
- Pesquisa sobre a “**História do fogo**”, como tema de tese de doutoramento por Kátia F. Vancini, realizada na área de sete lagoas do Parque, para determinar regimes de fogo não provocado pelo homem, comparando-os com a chegada do homem e com a colonização no Cerrado, visando também seu impacto na vegetação, através de análises palinológicas e de partículas de carvão em sedimentos lacustres e/ou turfosos na região do cerrado do Brasil Central;
- Pesquisa “**Caracterização fitofisionômica do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, por meio de processamento digital de imagens de orbitais**”, tese de mestrado proposta pela pesquisadora e servidora do IBAMA Lindalva F. Cavalcante, da Universidade Federal de Viçosa/MG em vias de aprovação.

Está sendo solicitada a permissão para a continuidade dos trabalhos na região e para estudos no Parque de um “**Levantamento da biodiversidade do Bioma Cerrado**” pela Prof. Dr. Ribeiro, José Felipe, Prof. Dra. Felfilli, Jeannini e outros, do Dep. de Engenharia Florestal da UnB e do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, da EMBRAPA, com objetivo de estudar quatro fitofisionomias arbóreas, ou seja, Cerrado *sensu stricto*, Cerradão, Mata de Galeria e Mata de Encosta. Até hoje não houve, por parte dos estudiosos solicitantes, um retorno a nível de material resultante dessas pesquisas para o Parque, o que leva ao procedimento da direção do Parque para solicitar, dos pesquisadores relatórios com licenciamentos limitados.

4.3.1.-USOS CONFLITANTES DA U.C.

A existência de pecuária extensiva em uma das fazendas, dentre as que ainda não foram regularizadas na área decretada do Parque, plantio de pastos e de culturas agrícolas de subsistência, prática de limpeza de campo através de queimadas anuais, que muitas vezes se transformam em incêndios, e o uso de implementos agrícolas de plantio, como agrotóxicos e fertilizantes, têm causado impacto negativo na U.C. Faz-se necessária uma nova postura junto aos proprietários, auxiliada pela EMATER, para que se alcance os objetivos de conservação do Parque

O processo cultural de ocupação territorial na região e as atividades econômicas desenvolvidas como o garimpo, a caça, o desmatamento e os incêndios frequentes nas áreas da U.C. e seu entorno, causadas pela queima da vegetação para renovação da pastagem na região e para extrativismo de flores e cristais nos campos, transformou os habitats e, conseqüentemente, provocou alterações no fluxo de energia e ciclagem de nutrientes do ecossistema, fato que requer pesquisas na área do Parque e seu entorno.

A prática cultural da queimada, mesmo sendo realizada em áreas fora do Parque mas se for em suas proximidades pode ser impactante para esse, dependendo das condições de risco do dia. A coleta de flôres realizada no período sêco já foi bastante praticada na área, diminuiu bastante mas ainda é feita, merecendo um estudo de impacto. Pode-se apresentar, após estudos aprofundados, as diretrizes que pudessem nortear um projeto de educação ambiental, suficientemente capaz para mobilizar o processo de conscientização da comunidade para tais fatos.

Afora estes usos estão sendo observadas, por parte dos visitantes, atitudes conflitantes com um dos objetivos de um Parque Nacional, que é o de favorecer as condições para a educação ambiental e a recreação em contato com a natureza. Ferindo, também a Lei Nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, do Código Penal Brasileiro, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Está sendo observada uma mudança de comportamento social, envolvendo uma pequena faixa do público, em sua maioria constituída de jovens, entre 15 a 22 anos predominantemente. Estes se dirigem à Vila de São Jorge e ao Parque Nacional, em maior número nos grandes feriados, com intuito de visitar a U.C. e, de uma forma até então impune e livre de vigilância, usam de drogas as mais diversas e, conseqüentemente, verificam-se comportamentos libertinários, predatórios e incompatíveis totalmente com os objetivos requeridos para uma visitaçã ao Parque. Tais comportamentos têm preocupado sobremaneira ao corpo de funcionários da U.C., levando-o a buscar auxílio junto às autoridades competentes, para soluções legais e sociais, contra atitudes de associabilidade, que podem vir a prejudicar os demais visitantes que, em sua maioria, procuram uma experiência e vivência harmoniosa com a natureza.

A visitaçã dentro de um Parque Nacional é sempre benvinda quando se apresenta como oportunidade de reaproximação do homem à natureza, envolvendo o conhecimento e o lazer. Visa sobretudo a conscientizaçã dos valores dos ecossistemas locais e a importância da preservaçã dos recursos naturais dotados de atributos excepcionais para garantir a proteçã integral da flora e fauna silvestres, dos solos, das águas e das belezas cênicas, com objetivos científicos, educacionais, recreativos e culturais (Reg. Parques Nacionais Brasileiros- Dec. 84.017 de 21/9/79)

5. ÁREA DE INFLUÊNCIA DA U.C.

A área de influência da U.C. compreende a faixa de 10 km de largura definida pela Resolução nº 13/90 do CONAMA, incluídas as sedes dos municípios de localização da unidade e demais áreas que exerçam ou recebam influência direta desta.

No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros consideram-se os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Terezina de Goiás e São João d'Aliança que, mesmo não possuindo terras na unidade, é de importância para esta.

Embora não se inclua na faixa dos 10 km menciona-se aqui a Hidrelétrica Serra da Mesa, situada a aproximadamente 60 km da U.C., por se tratar de um empreendimento que inundará cerca de 1.700 km² de terras nos Municípios de Minaçu e Colinas do Sul. Mesmo que se assumam procedimentos de máxima prevenção aos impactos negativos, deve-se considerar significativos os impactos causados quando da área inundada, pelo deslocamento das populações humanas e animal, as alterações que possam ocorrer no padrão de fluxo da água e no sistema do rio a jusante, a conseqüente mudança no habitat aquático com desenvolvimento de novos habitats e as mudanças micro-climáticas no local.

O quadro a seguir mostra a área de cada município do entorno e a distribuição rural/urbana de suas populações.

QUADRO 5: Distribuição rural/urbana da população do entorno do Parque (1980-1991)

MUNICÍPIOS	ÁREA	POPULAÇÃO RESIDENTE					
		1980			1990		
		Total	Sede	Rural	Total	Sede	Rural
Alto Paraíso de Goiás	2.429	2.725	539	2.186	4.193	2.331	1.862
Cavalcante	9.425	8.096	1.148	6.948	8.156	2.001	6.155
Colinas do Sul	18.172	1.954	253	1.701	3.458	1.173	2.285
Terezina de Goiás		1.146	401	745	1.373	897	476
S. João D'Aliança	3.757	4.342	1.107	3.235	5.116	2.503	2.613

Fonte: IBGE - 1980; 1990

Colinas do Sul e Terezina de Goiás alcançaram um desmembramento recente de Cavalcante (1953), daí não terem sido detalhadas no censo de 1975/80.

Como mostram os dados, cerca de 80% de suas populações vivem nas áreas rurais, à exceção de Alto Paraíso de Goiás, cuja população urbana ultrapassou a rural.

Dentre as sedes municipais citam-se as de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e também S. João d'Aliança, que mesmo estando fora dos limites do Parque é de grande

significância urbana na região do entorno ao Parque. Colinas do Sul, dentre essas, é a única que ainda mantém características de vila, por seu tamanho e carência da quase totalidade dos serviços essenciais como apoio urbano de saúde, bancário e transporte.

Os dados que permitem avaliar a estrutura econômica local referem-se ao setor primário com agricultura de subsistência, extrativismo de flores, mineração com o predomínio informal de garimpo e muito recentemente às atividades de turismo, do setor terciário. O maior crescimento tem-se dado nos setores de turismo e de construção. A vinda de emigrantes voltados para o movimento espiritualista e para a natureza está transformando a região e principalmente Alto Paraíso. Os dados da atividade não se encontram no último Censo do IBGE, mas evidenciam-se na melhoria dos equipamentos destinados à atividade e nos relatos das comunidades envolvidas.

A extração de flores na região começou nos anos sessenta com a criação de Brasília. No auge da produção, foram colhidas 200 t/ ano, principalmente de chuveiro ou palipalan *Paepalanthus* sp., pirec *Xyris* spp. e amarelão, exportadas em sua maior parte, pelas empresas Brasitimex e Brasiflora, com fins a retirada de piretrina, princípio ativo usado em repelentes de insetos e explosivos. Dados apresentados em relatos de coletadores referem-se como sendo de 50 a 100 kg por dia a produção por pessoa, especialmente de pirec, palipalan e amarelão. Segundo Lima e Silva (1994), os ganhos econômicos resultantes da coleta indicam em 1993, data da pesquisa que, 1.000 kg de flores equivaliam a 2 salários mínimos.

A região do Pouso Alto é o local que concentra a maior variedade e quantidade, daí ter sido proposta pelas entidades ambientalistas a criação de uma Reserva Extrativista do Cerrado neste local, ao lado do Parque e separado deste pela rodovia GO-118. Além disso a área concentra as nascentes dos rios Preto, dos Couros e das Almas e dezenas de outros córregos. Existem algumas fazendas na área com plantio de pastagem, mas a população se manifesta preocupada com os usos futuros dessa área, temendo-se a utilização de agrotóxicos e fertilizantes que poderiam contaminar todas as águas da região e, no caso do Parque os rios Preto e dos Couros. A proposta da Associação dos Coletadores de Flores- ASFLO envolve a diminuição de coleta com beneficiamento do produto, diversificação de espécies coletadas, secagem e armazenagem adequadas e venda direta ao consumidor, com maior ganho para o coletador.

O processo de produção agrícola na região reflete seu caráter tradicional, na forma de plantio e nas relações de produção, com baixa capacidade de competição com lavouras modernas. Pelos dados do IBGE (1980) predominavam as propriedades de 2 a menos de 5 ha na proporção de 70% da totalidade de propriedades, estando as demais entre 5 a 20 ha. Cavalcante possuía propriedades de mais de 1.000 ha e pecuária de expressão, o maior número de estabelecimentos por grupos de lavoura, o maior número de arrendatários e ocupantes, e a maior área plantada. A produção agrícola da região da chapada dos Veadeiros concentra-se basicamente nas culturas temporárias de arroz, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, milho e, em menor escala, soja. O plantio da soja cresceu entre as décadas de 70 e 80, conforme dados do IBGE, de 4.722 ha plantados para 3.311.955 ha com aumento de produtividade de 1,12 para 2,04. Não se inclua nesse levantamento Alto Paraíso de Goiás, mas Cavalcante e São João d'Aliança. Os cultivos

de arroz e milho são os de maior extensibilidade de área em toda a região. O plantio está assim distribuído:

QUADRO N° 7 - Distribuição dos meses de plantio e colheita/percentagem

CULTURAS	PLANTIO (% do Total)				COLHEITA (% do Total)					
	FEV.	SET.	OUT.	NOV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JULH.	OUT.
Arroz		14,56	76,09		32,41	53,73				
Feijão	90,25					36,75	55,75			
Cana-de-Açúcar										
Mandioca			44,29	28,50				14,19	13,67	16,95
Milho			79,24	18,51			40,71	41,93		
Soja				80,79		66,46				

Fonte: IBGE, 1975/80

Pode-se inferir desses dados que durante os meses de maior atividade da produção, a população esteja parcial ou totalmente envolvida com o setor. Se nos meses de inverno seco (entre maio e setembro) existirem incêndios, a chefia da U.C. terá dificuldades para o trabalho voluntariado de apagar o fogo. Através dos dados, pode-se também verificar, pelo tipo de cultura, quais as épocas possíveis de lançamento tanto de fertilizantes no período que antecede ao plantio, quanto ao lançamento de agrotóxicos antes da colheita.

5.1 - CIDADE DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Situação, população e serviços

Situada a 34 km à oeste do Parque pela rodovia GO-118, a Cidade de Alto Paraíso de Goiás representa um importante papel na articulação espacial e operacional deste.

A sede do Município foi, nos meados do Século XVIII, a fazenda de Francisco de Almeida que juntando-se a Firmino de Almeida Salerno, José Pereira Barbosa e Manuel Caboclo deram início ao primeiro núcleo de colonização com cultivo de café e pecuária. Por volta de 1780 foi introduzido na região o trigo, cuja produção foi tão bem adaptada que recebeu medalha de ouro em exposição no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América. A localidade cresceu e transformou-se em Veadeiros, distrito do Município de Cavalcante, pelo Decreto-Lei N° 557, de 30/03/1938. Deste se desmembrou em 12 de dezembro de 1953, elevando-se a categoria de Município, mas o nome de Alto Paraíso de Goiás, somente se deu a partir de 1963.

Verificando-se a variação populacional de Alto Paraíso de Goiás, conforme dados do IBGE, percebe-se que a população se manteve quase estável entre as décadas de 1970 (2.775 habitantes) e 80 (2.725h), com um aumento significativo de 50% na década seguinte de 1991 (4.193 h). Dos 4.193 habitantes do Município, 2.331 estão na sede municipal e 1.862 na zona rural, observando-se assim, o mesmo padrão existente nas cidades brasileiras, após os anos cinquenta, de transformação do espaço brasileiro de rural em urbano.

Existe em Alto Paraíso de Goiás dois movimentos migratórios com diferenças entre as taxas de imigração e emigração. A população jovem sai da Cidade e se dirige preferencialmente à Brasília, seguindo-se Goiânia, São Paulo, Combinado no Estado de Tocantins e, raras vezes, Formosa em busca de oportunidades de estudo e de emprego. Em compensação há um forte movimento de imigração de uma população, em sua maioria adulta vinda de diversos estados, a qual está voltada para o lado espiritualista ou se sente atraída pelo turismo e meio ambiente e que acredita ser Alto Paraíso um local especial.

Como resultante do movimento populacional rural para o centro urbano observam-se, a nível espacial, a expansão periférica de loteamentos residenciais para a população de baixa renda da Cidade, como o Conjunto Novo Horizonte. Localiza-se este no sopé de um morro e possui cerca de setecentos lotes localizados em terreno declivoso. Tal loteamento foi implantado sem um Estudo de Impacto Ambiental, mesmo tratando-se da faixa dos 10 km apresentada na Resolução CONAMA Nº 13/90 e, além disso, se encontra dentro de um sistema ortogonal de vias e de implantação dos lotes, o que favorece ao carreamento de detritos morro abaixo pelas vias de circulação abertas, por onde já se apresentam erosões. Cerca de cinquenta casas de 36 m² foram ali construídas, com fossas negras, quando existentes e estando vinte delas em processo de construção, entre ruas abertas sem qualquer tratamento de capeamento e com traçado alheio aos níveis de declividade do terreno.

Verificam-se na Cidade também o processo de compra de faixas de terras no entorno pelos imigrantes para a formação de comunidades ou para uso individual e, o estímulo através de propaganda, de novos loteamentos, devendo-se atentar para a área visada para expansão a nível de vizinhança com o Parque, principalmente no que se refere às proximidades do rio dos Couros.

Não há lei de uso e ocupação do solo, havendo uma preocupação da população nesse sentido.

Alto Paraíso de Goiás segue o padrão de outros centros urbanos com a existência dos vazios urbanos e o espraiamento do conglomerado, onde se apresentam pequenos sítios ou antigas chácaras ali inclusos. As edificações são unifamiliares e sem calçadas, distribuídas separadamente ao longo de vias ortogonais de cobertura asfáltica nos eixos principais ou de piçarra, em sua maioria. Há 3 praças na cidade, verificando-se arborização nos canteiros centrais e à frente de algumas edificações. Possui duas avenidas onde o comércio local tem estabelecimentos voltados para alimentação, drogaria, artesanatos, produtos agrícolas, etc. Existem também ao longo destas vias 11 igrejas, 2 católicas e 9 protestantes (Batista, Pentecostal, Presbiteriana, Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Adventista, Avivamento Evangélico e Testemunha de Jeová).

Na zona rural, observa-se a existência de pequenas propriedades voltadas para a pecuária e agricultura de subsistência e alguns aglomerados urbanos ou vilarejos como o Moinho, comunidade tradicional de significativa importância no século passado para a economia local, pelo trigo plantado e a existência de dois moinhos. Possui traçado

irregular e edificações de pau a pique, adobe sendo algumas delas de tijolos, apresentando resquícios arquitetônicos do século passado.

Economicamente o município está voltado ainda, como os demais, para o setor agrícola, quer seja para a pecuária ou o plantio como para o extrativismo vegetal, com a produção de 1.200 t de carvão vegetal e 10 t de lenha (IBGE,1985), sem que se verifique no município estímulo ao plantio de eucalipto ou similar, o que leva ao questionamento sobre a vegetação do Cerrado e as espécies demandadas para esses fins. O extrativismo vegetal inclui as flores do Cerrado, exportadas para Cristalina/ DF e Curvelo/MG e daí para o restante do País, destinando- se preferencialmente a Brasília e para fora rumo ao Japão, a França e a Alemanha. Elas são utilizadas tanto para uso ornamental como químico, este último para produção de piretrina, extraída do pirec *Xyris spp.*

O processo de transformação espacial do Município se apresenta também pela intensificação da venda, por parte dos moradores locais, de pequenas glebas para os imigrantes e até mesmo pelo abandono de terras, anteriormente usadas para o plantio, conforme relatos.

A nível de produtividade agrícola, verificou-se um aumento de áreas cultivadas. Segundo dados do IBGE, em 1980 haviam 196 hectares de culturas permanentes e 1.174 ha de temporárias, enquanto em 1985 aumentaram para 1.017 ha de permanentes e 6.978 ha de temporárias. Mas não se observou uma melhoria correspondente nas propriedades e, nem a vinda de capital industrial de qualquer ordem. No quadro econômico local saliente-se um aumento substancial do turismo, voltado para o lado espiritualista da cidade e, principalmente para a natureza, com grande demanda para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e beneficiando ainda algumas áreas de propriedade privada, que se encontram conservadas ambientalmente e que oferecem áreas de lazer com veios de água aprazíveis.

A cidade possui hoje trinta grupos de pessoas, em sua maioria de bases espiritualistas, sendo alguns de cunho ambientalista. Poucos desses se auto sustentam, com auxílio de fora, como a Cidade da Fraternidade e a Fazenda Escola Bona Espero, a qual recebe quarenta órfãos ou meninos cujos pais não têm condições econômicas, educando-os em dois idiomas, português e esperanto, até a puberdade. Dentre esses grupos, citam-se o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente-GAMA, a Associação de Motivação de Oportunidades de Redenção-AMOR, a Associação Ecológica Alto Paraíso, a Associação dos Colheitadores de Flores -ASFLO e a Associação dos Condutores Visitantes da Chapada dos Veadeiros-ACVVCV, cujas atividades têm contribuído, em alguns aspectos, para uma maior conscientização ambiental das populações locais. Observa-se, de forma ainda incipiente, as bases para a formação de movimentos participativos, os quais têm por motivo a causa ambiental, quer seja para proteção do Cerrado e da chapada dos Veadeiros, quer seja para a questão do lixo urbano, tanto em São Jorge quanto em Alto Paraíso. Jovens de dez anos em diante reivindicam o direito de participação e de contribuição de melhoria da qualidade de vida no Município, expressandos através de passeata e de manifestações nas escolas.

O setor de turismo vem adquirindo importância no Município, contando hoje com três hotéis, quatro pousadas, oito restaurantes, existindo também uma pista de pouso asfaltada de 50 metros de largura e 1.500 metros de comprimento. O turismo é considerado hoje, pela comunidade, muito importante para o município, verificando-se mudanças nos usos de algumas propriedades do entorno como resposta à demanda turística, refletindo em novos costumes para aqueles que diretamente expõem suas propriedades à visitação. Áreas tradicionais de fazendas do município, que possuem ambientes conservados e locais aprazíveis, abrem-nas à visitação. Dentre estas cita-se a Fazenda onde se situa o “Vale da Lua”, assim denominado por sua feição de paisagem lunar de grande atratividade visual e que tem exercido junto aos turistas um apelo ao espírito de aventura, com subidas e descidas nas pedras íngremes e banhos nas cachoeiras e no ribeirão São Miguel. Tem também outras propriedades como a Fazenda Morro Vermelho, que possui um banho quente em uma nascente, com água brotando da terra a uns 50 a 60°C e que atraem turistas.

Há no município outras áreas de atratividade turístico- ecológicas como: a Igréginha, caverna construída pelos garimpeiros e sem data definida; Complexo Almécegas, na Fazenda São Bento; Solarius, com pousada e área de camping, e outros (WWF, 1995). A mídia nacional através de revistas de grande circulação e artigos apresentados na televisão e em jornais tem estimulado esse movimento, assim como as agências de turismo em Brasília. Beneficiam-se desse turismo a cidade de Alto Paraíso e mais diretamente a Vila de São Jorge, por ser lindeira ao Parque.

Por outro lado, existem aqueles que estão preocupados com a preservação ambiental de sua terras, como a Associação Ecológica Alto Paraíso, que transformou em Reserva Particular de Patrimônio Natural -RPPN cerca de 70 % de seus 1.700 alqueires de terra, entre as cotas de 600 a 1.170 metros, estando a área também classificada como Santuário Ecológico junto à FUNATURA. Procura-se promover na fazenda, a integração de técnicas tradicionais e alternativas que possibilitem a regeneração do meio ambiente. técnicas essas cognominadas de Permacultura que estão sendo ensinadas a outros produtores locais. Os rios dos Couros, Lageado e os córregos São Miguel e São Pedro cortam esta fazenda, favorecendo-a com quatro cachoeiras. O exemplo está sendo seguido pelo Sr. Angelo Testa que solicitou do IBAMA a criação de uma RPPN em 55 alqueires da Mata Funda, um trecho de área conservada de sua propriedade, vizinha ao Parque e do outro lado da rodovia GO- 327.

Apesar de se apresentar o turismo como alternativa econômica para o Município, por ora a maior fonte de arrecadação da Prefeitura é o imposto territorial urbano- IPTU, vindo o imposto territorial rural- ITR muito abaixo e pequenas taxas de imposto sobre serviços- ISS.

O setor bancário é servido por um posto de serviço ligado a agência do Banco do Estado de Goiás- BEG localizado em São João d’Aliança. No setor de saúde há um posto de saúde municipal e um hospital, que seria o regional do Projeto Alto Paraíso. Este foi credenciado pelo Ministério da Saúde e recebe também as populações dos municípios vizinhos, possuindo infra-estrutura para receber, futuramente, até cinquenta leitos. São oito médicos, três dentistas, duas enfermeiras formadas e atendentes prestando serviços em todo o Município.

Alto Paraíso de Goiás conta também com redes de: comunicação, distribuída pelo sistema DDD e DDI da Telecomunicações de Brasília S/A- TELEBRASÍLIA com um posto telefônico; eletricidade, distribuída pela Centrais Elétricas de Goiás- CELG; e água distribuída pela Companhia de Saneamento do Estado de Goiás- SANEAGO, com água captada nas nascentes do Córrego Pontezinha. Não há rede de esgoto sanitário e o lixo é coletado pela prefeitura duas vezes por semana e depositado em um aterro a céu aberto, localizado do lado da pista de pouso, a quinhentos metros das margens da rodovia GO-118 e a 2 km do Parque.

No setor educacional verificam-se no meio urbano duas escolas estaduais de 2º Grau, uma delas com curso para formação de professores primários e cinco escolas de 1º Grau, duas estaduais, duas municipais e uma do setor privado. No meio rural contam-se com quatorze escolas, três filantrópicas e onze municipais sendo uma delas, no Município de Colinas do Sul e mantida por Alto Paraíso de Goiás. São 2.157 escolares na faixa etária entre 4 e 21 anos matriculados e freqüentando. Há curso de alfabetização de adultos em três escolas, um municipal e dois estaduais, além de treinamento para professores através do programa "Salto para o Futuro", com videos e troca de experiências, e cursos profissionalizantes em marcenaria e turismo, a serem implantados este ano. O índice de evasão e reprovação escolar é de 5%.

Para tratar de assuntos ambientais a Prefeitura possui uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo e um órgão consultivo nomeado que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente-COMDEMA. Através deste foi feito um projeto, em análise no Fundo Nacional de Meio Ambiente, de recuperação de áreas degradadas, em um dos trechos de voçorocas, restando outro de igual gravidade e vizinho ao Parque, sem tratamento. Este último é produto resultante da retirada de cascalho ao lado da rodovia GO-118, entre os km 193 e 199, e caixa de empréstimo da referida rodovia.

5.1.1- Vila de São Jorge

Situada em Alto Paraíso de Goiás, foi um antigo acampamento cognominado de Garimpão, em 1912, o qual transformou-se como inúmeros outros da vizinhança e passou a ser chamado de Baixa dos Veadeiros, conforme registro paroquial. Foi renomeado de Povoado ou Vila de São Jorge por iniciativa do garimpeiro Severiano da Silva Pires, que lhe trouxe um padroeiro. Região de exploração de cristais, com técnicas artesanais, conheceu períodos de maior e menor dificuldade dependendo da demanda do produto no mercado externo. Os que sobreviveram às crises buscaram na agricultura, em tempo de chuva e no extrativismo de flores do Cerrado e de cristal, durante a seca, uma forma de viver. Seus antigos habitantes são, em sua maioria, vindos da Bahia, dos municípios de Barreiras, Angical. Seabra, Rio Branco, Macúbas, Santa Maria de Vitória e outros (Silveira, 1991).

A criação do Parque representou para a população de São Jorge uma mudança de comportamentos. Hábitos culturais vindos dos tempos de garimpo quando eram livres para faiscar ou seja, para procurar cristais em toda a região, queimando a macega para a

catação de flores e retirando palhas de buritis e lenha, foram confrontados com a existência preservacionista de um parque nacional. Houve impacto na criação desta unidade principalmente nos trinta primeiros anos, atualmente está-se buscando soluções conciliatórias de parceria, onde ambos possam obter ganhos diretos. O turismo atraído pelo Parque tem sido o elemento de conciliação e transformação da relação entre a comunidade e a U.C.

O maior apoio ao turista que se desloca para a visitação ao Parque e a região é oferecido na Vila de São Jorge. Seus moradores, que antes se voltavam para atividades agrícolas de subsistência ou extrativismo mineral de cristal e vegetal de flores, estão agora cada vez mais envolvidos com o atendimento ao turismo. Fazem a oferta de pousada, nas próprias residências já adaptadas ou em edificações voltadas para esse fim, até terrenos que são oferecidos para acampamento. Alguns estão trabalhando com alimentação, outros com a condução de visitantes, pois foram treinados para tal, mas todos estão direta ou indiretamente envolvidos com atividades turísticas. Verificam-se hoje, conforme relatos, que houve melhoria nos rendimentos familiares de um para três e a até oito salários mínimos, fato esse comprovado nos melhoramentos das edificações e até construção de novas moradias. Existem sete restaurantes, seis pousadas, três dessas com local para acampamento, oito acampamentos, com capacidade para duzentas e dez barracas e infra-estrutura de sanitários, lava-pratos, água e fossa negra.

Mudanças já começam a se revelar no uso e ocupação do solo, pois hoje as melhores pousadas são de propriedade de pessoas de fora da Vila e há uma expansão ao lado do limite da U.C. em área doada para a comunidade de 65.438,05 m². Essa foi planejada pela Prefeitura que também ofereceu apoio operacional para sua divisão em cento e sessenta e sete lotes, dos quais foram até então construídas quarenta casas de 36 m², localizando-se entre eles um restaurante. Tal loteamento, chamado de São Jorge II, foi criado para abrigar não só as pessoas da Vila como outras de locais diversos e segundo critérios do governo local. Não foram compactadas as vias, começando a erosão em alguns trechos. Sequer foi previsto o fornecimento de água e não existem fossas em nenhuma das edificações. Trata-se de terreno íngreme, com declividade em descida para o Parque, a 20 metros do riacho Rodoviária, o que implica em impacto ambiental para este pelo escoamento de águas e transporte de detritos para as águas, que correm para o rio Preto. Não houve também neste caso a preocupação de se fazer um Estudo de Impacto Ambiental, principalmente em se tratando de área colada ao Parque. Caso não se construam muros de contenção, em sistema de terraceamento e com vegetação intercalada, todos os detritos gerados pela população serão carreados para a U. C.

A população fixa de S. Jorge é de trezentas e sessenta pessoas distribuídas em setenta e duas moradias, existindo mais vinte e seis casas para moradores de finais de semana e nove para fins de aluguel. As edificações são em sua maioria de adobe, com fachada de frente para as vias de terra batida, com erosão em alguns trechos. O traçado dos lotes é irregular à feição do antigo acampamento. Há pouco menos de três anos somente existiam três casas com banheiro, hoje todas estão equipadas com instalações sanitárias e fossa negra, à exceção de dezesseis destas, cujos moradores não aceitam novos hábitos culturais.

Ha um posto de saude municipal e uma escola de 1º grau com duas salas de aula e professoras de fora e da localidade. São noventa alunos matriculados e frequentando, dentre esses os adultos do curso de alfabetização, distribuidos nas seis turmas dos quatro turnos, incluindo-se o intermediário. Não se verifica a evasão escolar, mas há reprovações onde se culpa a fome que algumas crianças passam. O numero de eleitores e de duzentos e quatro, alguns destes são moradores de outros municipios

Recentemente a CELG estendeu a rede elétrica para a localidade mas os moradores decidiram, em reunião da Associação Comunitária de São Jorge- ACSJ, que não querem iluminação pública, pois consideram que assim se manterá a identidade da Vila, podendo-se apreciar o céu estrelado e ao mesmo tempo usufruir dos beneficios da energia elétrica. Na Associação são resolvidos os problemas da comunidade e, quando necessário, faz-se uma comissão para levar as reivindicações ao Prefeito; denotando um nível de participação da comunidade e liderança local capazes de assegurar, ainda que incipientemente suas propostas, sem caracterizar um movimento reivindicatório de participação no poder decisório. Dentre os problemas analisados estão: o comportamento dos turistas, em seus aspectos de desordem, drogas e poluição sonora; os da própria Vila como a questão do lixo, que é jogado em terrenos baldios, a necessidade da lavanderia coletiva para a Vila, pois a roupa é lavada na Grotta às margens do córrego do Parque e a criação de uma horta na escola, que seria feita com o adubo orgânico obtido pela compostagem do lixo, gerado na Vila. Conclui-se que, afora os recursos financeiros necessários, serão precisas campanhas de conscientização para mudanças culturais e consequentemente de comportamento para atingir-se tais objetivos.

A água da Vila vem do Parque, obtida por captação em uma pequena barragem construída vizinha à mesma nascente que abastece a U.C. Por gravidade, esta é conduzida para as caixas de água das residências da Vila. Sua capacidade de armazenamento é de aproximadamente de 10.000 l. Observando-se que São Jorge vem se servindo da mesma fonte de água há 6 anos, com atendimento as necessidades, tanto da população fixa atual quanto do Parque, exceto no periodo seco. Contudo tem-se mostrado insuficiente para a atual demanda turística dos feriados. Com a expansão urbana prevista calcula-se um acréscimo de 120 % na demanda de água local, observando-se que a vazão da nascente é limitada e insuficiente para cobrir todas as necessidades da Vila e do Parque nas condições atuais.

5.2.- CIDADE DE CAVALCANTE

Situação, população e serviços

O Municipio de Cavalcante se estende até o lado norte do Parque. Sua sede encontra-se a 93 km da sede do Parque pelas rodovias GO-118 até Teresina de Goiás e daí pela GO-241. Foi fundada pelo bandeirante Diogo Teles Cavalcante, há 258 anos.

A Cidade de Cavalcante é, dos centros urbanos próximos à U.C., a que dispõe de melhor infra-estrutura. Possui um pequeno hospital com capacidade de internamento geral para nove leitos, com atendimento diário e escala de três médicos e um posto de

saúde municipal. Nos casos mais graves o doente é levado em ambulância da Prefeitura para Brasília. A rede escolar urbana consta de três escolas de 1º Grau, uma estadual e duas municipais, duas escolas de 2º Grau estaduais e uma creche. No meio rural são cinquenta e quatro escolas municipais de 1º Grau, devendo o município receber mais vinte e quatro escolas que estavam sob a gestão de Minaçu, com atendimento a 2.536 escolares nas idades entre sete e vinte anos e com um corpo docente de oitenta professores. A rede bancária consta de uma agência do Banco do Brasil.

O traçado urbano da Cidade é ortogonal, verificando-se edificações remanescentes do século passado, o que caracteriza diferenciadamente a cidade. As edificações estão separadas entre si, as ruas são asfaltadas ou pavimentadas, possuindo canteiro central, havendo calçadas em frente às casas e ao longo das vias principais. Existem três praças e um campo de futebol, além de uma área de lazer, situada abaixo da ponte do rio das Almas.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, 1991, o Município tem uma população de 8.156 habitantes, desses 2.001 vivem na sede municipal e 6.155 no meio rural. No Município existem 4.996 eleitores. A Prefeitura registra cerca de 13.000 hab. no Município, calculando que exista uma população flutuante muito grande, em torno do garimpo. Há uma forte emigração da população jovem em busca de continuidade de estudos e empregos, destinam-se principalmente a Brasília, Goiânia e Formosa.

Cavalcante, juntamente com Monte Alegre e Terezina de Goiás, região norte, tem uma população tradicional de Kalunga em torno de 3.600 pessoas. Remanescentes dos africanos que vieram em migrações sucessivas do Congo, Angola, Guiné e Mina para os garimpos, povoaram as serras do Moleque e da Contenda habitando o Vão das Almas, o Vão do Moleque, do Ribeirão dos Bois, Contenda e Kalunga até hoje (BAIOCCHI, 1990). Leva-se cerca de 15 horas de viagem à cavalo por estrada cavaleira para alcançá-los ou vai-se helicóptero, avião de pequeno porte ou barco. Estão protegidos pela Constituição e pela Lei nº 11.409, de 21/01/91, que dispõe sobre a área de 202.000 hectares, como sítio histórico. Ao todo são cinco núcleos de povoamento distribuídos em mais de uma centena de localidades. Vivem de forma comunitária entre eles e isolada dos demais na região e, segundo hábitos culturais afro-brasileiros, onde a tradição oral é manifestada pelos mais velhos em português arcaico. Há registros de perseguições e pressões por terras na área, por isso a necessidade de proteção, sendo responsável por isso o Juizado Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Praticam um ritual religioso sincrético, entre o catolicismo e religiões africanas. As festividades são de cunho religioso, sendo comemorados os dias de Santo Antônio, em 13 de junho, São João, em 24 de junho, e São Sebastião, no dia 20 de janeiro. Romarias são realizadas em homenagem à N. Sra. da Abadia, no dia 15 de agosto e a N. Sra. do Livramento, no dia 15 de setembro. Fazem parte de suas festas a “Dança de Sussa”, a Folia do Cipó e o Ritual do Império. Têm também um mundo lendário de contos como o do *homem esperto*, *a mãe e a vaca* e *Chiquinho, o bom varão*, citados por Baiochi (1991). Relacionam-se economicamente em regime de troca ou compra e venda de produtos do plantio de subsistência. São também extrativistas com hábitos de caça e coleta.

A estrutura produtiva de Cavalcante está baseada nas atividades do setor primário, principalmente pecuária, com o maior plantel bovino da região da chapada dos Veadeiros

(42.000 cabeças de gado) e no extrativismo mineral, com a Mineração Cavalcante Ltda., para extração do ouro, a Mineradora Toniollo Busnello, para a retirada de manganês, exportado para São Paulo, para fabricação do aço- manganês e diversos outros pontos de garimpo. Há estabelecimentos de serviços de alimentação (sete supermercados), produtos fármaco-químicos (uma farmácia) e outros.

A Cidade possui redes de distribuição de energia elétrica da CELG, telefonia da TELEBRASILIA e de água, distribuída pela SANEAGO, com fonte de captação no córrego das Pedras, o qual nasce no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O lixo é coletado e depois depositado em terrenos baldios, a céu aberto.

Para recepcionar o turismo a Cidade possui um hotel, uma pensão e três restaurantes, todos esses sem grande expressão. A festa de maior afluxo turístico é a de N. Sra. de Santana, que ocorre no mês de julho no final de semana mais próximo ao dia 26, com participação de pessoas vindas de Formosa, Brasília, Goiânia, Campos Belos e Teresina de Goiás, geralmente parentes ou nativos que emigraram para esses locais. A cidade conta com uma rodoviária por onde chegam e partem os ônibus para Formosa e Brasília (Viação Santo Antônio) e Niquelândia (Viação S. José de Tocantins), mas não existe serviço de transporte urbano.

A emigração da população jovem é bastante significativa, com procura maior para Brasília seguindo-se Formosa, embora hoje se verifiquem também emigrações para o Estado de Tocantins, principalmente para os Municípios de Palmas e Combinado.

Os limites do Parque em Cavalcante estão no sopé da serra de Santana, região de escarpas com florestas em alguns sítios, matas de encosta e de galeria, ricas em espécimes e espécies animais e por isso mesmo atraentes aos caçadores que procuram adentrar na U.C.

5.3- TEREZINA DE GOIÁS

Situação, população e serviços

O Município se estende até o lado norte do Parque. A sede do Município encontra-se a 71 km da sede do Parque pela rodovia GO-118. Foi fundada em 1960 pelas famílias de José Ferreira e Joaquim de Souza Fagundes.

A Cidade possui um posto de saúde municipal na zona urbana e três na rural. A rede escolar consta de quatorze escolas de 1º Grau no meio urbano, uma de 1º e 2º grau estadual e treze municipais, além de uma escola de 2º Grau estadual e um orfanato da Igreja Batista para abrigar quarenta crianças entre 0 a 14 anos. No meio rural há doze escolas municipais e uma estadual rural de 1º Grau. A rede bancária consta de uma agência do Banco do Estado de Goiás -BEG.

O traçado urbano da Cidade é ortogonal com vias centrais largas. As edificações são separadas entre si nas ruas principais são asfaltadas ou pavimentadas possuindo canteiro

central e as demais vias são de piçarra. Existem duas praças e dois campos de futebol, além de um salão para recreação, situado na avenida principal.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, 1991, o Município tem uma população de 1.373 habitantes, desses 897 vivem na sede municipal e 476 no meio rural. A Prefeitura calcula que existam 2.000 habitantes no meio urbano e 1.700 hab. no rural. Dados do Tribunal Regional Eleitoral indicam 904 eleitores. Tal como nos demais Municípios da chapada dos Veadeiros, verifica-se uma forte emigração da população jovem em busca de continuidade de estudos e empregos, principalmente para Brasília, seguindo-se Goiânia.

A estrutura produtiva está baseada nas atividades do setor primário, principalmente agropecuária e no setor de serviços, com estabelecimentos de alimentação (oito armazéns), produtos fármaco-químicos (uma farmácia) e outros.

A Cidade possui redes de distribuição de energia elétrica da Centrais Elétricas de Goiás-CELG, telefonia da TELEBRASÍLIA e de água, captada em nascentes da serra de São João e distribuída pela SANEAGO. O lixo é coletado e jogado em terrenos baldios, a céu aberto.

Para recepcionar o turismo a Cidade possui um hotel, quatro pensões e três restaurantes, de pequeno porte. As festividades são de cunho religioso e a de maior afluxo turístico é a da comemoração do mês da Virgem Maria, com barraquinhas feitas no final de maio, entre os dias 26 e 27, contando com participação de pessoas vindas de, Brasília, Goiânia e Campos Belos. As festas juninas começam no dia treze, com a saída da Folia à cavalo, essa gira dez dias pelos campos e retorna no dia vinte e três, quando os cavaleiros entregam a Folia e seu capitão levanta o mastro. São feitas fogueiras e se dançam as quadrilhas no dia 24 com festejos durante todo o dia pela coroação do Imperador. Afora essas, há romarias e a principal é a de N. Sra. da Abadia.

A Cidade conta com uma rodoviária por onde chegam e partem os ônibus para Formosa e Brasília (Viação Santo Antônio), Brasília (Viação Paraíso) e Goiânia (Viação S. José de Tocantins), mas não existe serviço de transporte urbano.

5.4- COLINAS DO SUL

Situação, população e serviços

O Município se estende até o lado oeste do Parque. A sede do Município encontra-se a 39 km da sede do Parque pela rodovia GO-327. Foi fundada pelos antigos moradores da vila de Lajes, por volta de 1950 e emancipada politicamente de Cavalcante em 27/01/88.

A Cidade possui um centro urbano muito incipiente, dispendo de mínima infraestrutura. Possui um posto de saúde municipal. A rede escolar no meio urbano consta de uma escola de 1º Grau estadual e uma escola de 2º Grau municipal com capacidade para

quatrocentos alunos e no meio rural existem doze escolas municipais rurais de 1º Grau. Não possui qualquer agência bancária.

O traçado urbano da cidade é irregular, verificando-se edificações separadas entre si, ruas de piçarra e só uma avenida calçada, sem cuidados com canteiro central e sem calçadas em frente as casas ao longo das vias. Existem duas praças e um Rancho Comunitário junto com a escola municipal.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, 1991, o Município tem uma população de 3.458 habitantes, desses, 1.173 vivem na zona urbana e 2.285 na rural. Sua densidade populacional na área rural é de 1.3 p/km².

A estrutura produtiva do Município está baseada nas atividades do setor primário, principalmente agricultura de subsistência, com produção de arroz, feijão, mandioca e milho.

Como nos demais municípios, verifica-se uma forte emigração da população jovem em busca de continuidade de estudos e empregos, que destina-se principalmente à Brasília e Goiânia.

No setor de serviços existem duas mercearias, uma farmácia e estabelecimentos de produtos diversos. A Hidrelétrica Serra da Mesa está sendo implantada parte neste Município e parte em Minaçu.

A cidade possui redes de distribuição de energia elétrica da Companhia de Eletrificação de Goiás- CELG, telefonia pela TELEBRASÍLIA e água pela SANEAGO. O lixo é jogado em terrenos baldios, a céu aberto.

Para recepcionar o turismo a Cidade possui dois hotéis e dois restaurantes, todos de pequeno porte. As festividades são de cunho religioso e a de maior afluxo turístico é a do Sagrado Coração de Jesus, realizada no dia de Corpus Christi, no 2º domingo do mês de julho. A festa consiste na caçada a rainha, quando saem os pares de homens e mulheres à procura da rainha que se encontra escondida. Quando a encontram levam-na para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, onde apresentam-se os cavaleiros à rainha para uma ato de contas, que culmina com os batuques. Outras festas de menor porte são a de São Sebastião, com novenas do dia 11 ao dia 20 de janeiro e a de N. Sra. da Conceição.

A Cidade tem uma rodoviária por onde chegam e partem os ônibus para Formosa e Brasília (Viação Santo Antônio) e Niquelândia (Viação S. José de Tocantins), mas não existe serviço de transporte urbano.

5.5- SÃO JOÃO D'ALIANÇA

Situação, população e serviços

O Município se estende até o lado norte do Parque. Sua sede encontra-se a 116 km da sede do Parque pela rodovia GO-118. Antiga fazenda Olhos d'Água a 200 anos atrás, cresceu e se transformou em vilarejo, cognominado de São José da Capetinga, pertencente a Comarca de Formosa. Quando S. José adquiriu maior "status" se emancipou em 13/11/53, tomando o nome de São João d'Aliança.

A Cidade dispõe de uma razoável infra-estrutura urbana. No setor de saúde, possui um posto de saúde municipal, com um atendimento mínimo de trinta e máximo de cento e vinte pessoas por semana, às 2º, 3º e 5º feiras. Pacientes que necessitam de internamento são levados para os hospitais de Brasília, em ambulância da Prefeitura que sai no mínimo duas vezes ao dia e, quando necessário, conduzem-se pacientes até em carros da Prefeitura ou de particulares. A rede escolar consta de quatro escolas de 1º Grau, duas estaduais, uma particular e uma municipal, mais uma escola de 2º Grau estadual e trinta e três escolas rurais de 1º Grau, ou seja, trinta e duas municipais e uma estadual, com atendimento a 1.990 escolares matriculados na faixa de idade entre três e vinte anos. Após o último grau os jovens saem para estudar e trabalhar em Formosa ou Brasília, em maior número. A rede bancária consta de uma agência do Banco do Estado de Goiás -BEG .

O traçado urbano da Cidade é ortogonal, verificando-se 2.033 casas residenciais com as edificações separadas entre si, três avenidas com pista dupla e ruas asfaltadas ou calçamentadas com canteiro central e há calçadas em frente as casas e ao longo das vias. Existe rede de captação de águas pluviais nas áreas centrais, havendo também duas praças, um clube de serviços e um campo de futebol.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE de 1991, o Município tem uma população de 5.116 habitantes, desses, 2.503 vivem na sede municipal e o restante 2.613 na zona rural. São 4.066 eleitores, mas nem todos moram no Município

A estrutura produtiva está baseada nas atividades do setor primário, principalmente pecuária, havendo inclusive leilão de gado a cada quinze dias, vindo em seguida a soja e depois o feijão. O comércio é incipiente, mas a Prefeitura está implantando o Programa de Desenvolvimento Municipal e pretende, através de seu Conselho de Desenvolvimento, incrementar economicamente o Município. Existem estabelecimentos de alimentação (sete supermercados), produtos fármaco-químicos (uma farmácia), representação de peças de trator e outros.

A Cidade possui redes de distribuição de energia elétrica pela CELG, telefonia pela TELEBRASÍLIA e de água pela SANEAGO. Há inclusive, rede municipal de captação de águas pluviais na área central. O lixo é depositado em aterro sanitário, a céu aberto.

Para recepcionar o turismo a Cidade possui dois hotéis com boa capacidade de recepção, sendo um deles hotel-fazenda, uma pensão e seis restaurantes, dos quais cinco

são de pequeno porte. Alguns turistas se hospedam na Cidade quando já não há vagas em Alto Paraíso de Goiás ou quando estão a caminho de lá.

A festa de maior afluxo turístico é a do padroeiro São João Batista, que ocorre no mês de junho no dia 24, mas existem outras comemorações como a Folia dos Santos Reis, que começa no dia 2 e acaba no dia 5 de janeiro, quando as pessoas saem à cavalo de casa em casa cantando e recebendo “agrados” como doces e comidas, depois vem a festa de S. Sebastião que começa no dia 10 e vai até o dia 19 de janeiro com a entrega da folia, no Povoado de Jatobá, por último vêm as festas juninas que começam no início do mês de junho quando ocorrem as novenas durante todos os finais de semana, ocasião em que cada família monta sua barraca, mas antes rezam a novena. O encerramento é feito no clube com a montagem de diversas barracas. Tais festas ocorrentes na região da chapada dos Veadeiros são de motivações religiosas, mas herdadas do folclore místico-religioso português e nessas efemérides a cidade recebe pessoas vindas de Formosa, Brasília, Goiânia, Campos Belos e Teresina, geralmente parentes ou nativos que emigraram para esses locais.

A Cidade conta com uma rodoviária por onde chegam e partem os ônibus para Formosa e Brasília (Viação Santo Antônio) e Niquelândia (Viação S. José de Tocantins), mas não existe serviço de transporte urbano.

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

6.1 INFRA-ESTRUTURA

Para entrada no Parque foram abertos cinco portões: um para uso público, vizinho ao Centro de Visitantes e os outros quatro para uso administrativo. Destes um fica próximo à serra da Baleia (no Posto da serra da Baleia), um nas imediações da Fazenda-escola Bona Espero, outro na porteira próxima à sede e o último está localizado na serra do Pouso Alto (Cruzeiro), todos para uso interno da administração da unidade.

A U.C. conta hoje com duas novas edificações e três reformadas, para o apoio às suas atividades de administração, fiscalização e uso público. Estas são o alojamento, o Centro de Visitantes e o Portão Principal, recentemente construído. Passaram por reformas a casa de motor, depósito de combustível e duas residências onde em uma delas, considerada sede, são executadas as tarefas da burocracia administrativa do Parque e a outra está sendo usada atualmente como moradia de servidor. Esta última, que ainda está em reforma, abrigou anteriormente a sede, mas esteve desativada por se encontrar em péssimo estado de conservação. Afora essas edificações, existe um posto de fiscalização situado próximo à serra da Baleia, isolado das demais e com uma estrutura mínima de moradia para servidor, possuindo ao lado um depósito com dois quartos e uma varanda.

A localização da sede em uma residência não deixa de ser provisória, pois trata-se de uma adaptação, inexistindo nesta as condições estruturais para um adequado

desenvolvimento das atividades de administração e gestão de uma unidade de conservação.

O Centro de Visitantes, construído em 1992, dispõe de um auditório com capacidade para sessenta pessoas, um salão para exposições, banheiros masculino e feminino, salas para leitura e administração, copa e despensa. Necessita de equipamentos de apoio para dar início as atividades de educação ambiental.

A área não dispõe de energia elétrica ainda, embora a Companhia de Eletrificação de Goiás-CELG tenha recentemente expandido para São Jorge tal benefício. Para suprir este serviço o Parque utiliza esporadicamente um grupo de motores- geradores. A água é levada por um “carneiro”, colocado em uma nascente a 200 m da sede e a uma altitude de 1.180 m. Esta fonte abastece não só o Parque como, através de um pequena represa e por gravidade, a Vila de S. Jorge, situada a uma altitude de 1.100 m. Foi construído ao lado da sede administrativa da U.C. um sistema de água, com duas caixas de 1.000 l cada, para resolver o problema anterior de recepção deficiente.

O alojamento tem capacidade para dezoito pessoas, distribuídas entre os três quartos com nove beliches duplos. Este foi recentemente construído para abrigar, dentre outros, pesquisadores e bombeiros à serviço. Encontra-se equipado com o “kit” básico de mobiliário: geladeira, fogão, mesas de refeição e apoio, cadeiras, utensílios de cozinha e roupas de cama e banho. Atualmente um desses quartos está ocupado com material de depósito a ser transferido.

Não existem residências para o Chefe da unidade e seus funcionários na área, à exceção de um deles, o que lhes dificulta um pronto atendimento nas situações emergenciais ocorridas na U.C., principalmente levando-se em consideração a inexistência de quaisquer meios de comunicação. Suas atuais residências distam 35 km do Parque, na Cidade de Alto Paraiso de Goiás. Somente dois outros funcionários têm moradia nas imediações (posto de fiscalização serra da Baleia e Vila São Jorge).

O Parque necessita de um sistema de comunicação completo, pois dispõe somente de dois rádios que não funcionam mais. Tampouco está integrado à rede de telefonia da TELEBRASÍLIA, o que lhe proporcionaria um menor custo operacional e financeiro. Estes fatos oneram a U.C. em combustível e dificultam, sobretudo, o estabelecimento de bases de fiscalização avançada, úteis principalmente no que diz respeito ao controle de focos de fogo, na época seca e de garimpo ou outras possíveis incursões e usos inadequados da área. Esses dois sistemas, o elétrico e o de comunicação, são basicamente necessários ao bom funcionamento da UC.

As vias de circulação internas são constituídas da estrada, que anteriormente servia aos deslocamentos de veículos e as trilhas. Estas são de pedriscos e não possuem canais de drenagem das águas pluviais ou qualquer engenharia de estrada, o que lhes acelera a erosão e desgaste em alguns trechos, principalmente nos campos úmidos. Nos locais mais íngremes existem correntes afixadas em mourões de cimento armado, para proteção e apoio aos visitantes. Mas não há nenhum guarda- corpo nos pontos de observação ou mirantes, por onde passam as mesmas correntes. Os degraus, de pedras naturais do local,

requerem ainda um redimensionamento nos espelhos de maior altura, pela dificuldade que as pessoas de estatura mediana enfrentam para alcançá-los.

As demais vias são antigas trilhas, que foram anteriormente abertas para passagem de seus usuários até os pontos urbanizados. Deve-se, contudo, realizar um estudo de circulação interna, tendo em vista as exigências de movimentação rápida do pessoal da unidade nos períodos em que existe fogo na área, quando há necessidade de passagem pelo rio Preto e córregos, onde alguns trechos têm profundidade maior de caixa, além de existirem corredeiras, que podem inviabilizar a passagem, obrigando os funcionários e bombeiros, a um enorme contorno de área, abrindo picadas nas matas para apagar os focos de incêndio.

Apresenta-se abaixo o Quadro 7 com a descrição dos imóveis do Parque.

QUADRO 7: Descrição dos imóveis do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

DESCRIÇÃO	USO ATUAL	LOCALIZAÇÃO	AREA (m ²)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
1 - Casa com 2 qt., sala, cozinha, WC e varanda	Escritório e Almojarifado	Sede	56	- Reformada, necessita área de serviço fechada.
2- Alojamento com 3 qt., 2 WC, sala, cozinha e varanda.	Alojamento p/funcionário em trânsito	Sede	110	-Recem- reformado, falta executar calçada e área de serviço fechada.
3- Cobertura com três paredes.	Casa do Grupo- Gerador	Sede	9	Reformado
4- Cobertura fechada c/ mureta e tela de aço c/ tanque p/6.000 l de óleo diesel c/bomba manual/ elétrica.	Posto para abastecimento de veículos	Sede	9	- Bom
5- Casa p/ funcionário com 3qt., sala, cozinha, 2 WC, 2 varandas	Moradia de funcionário	Sede	90	Em reforma, falta trocar cobertura de amianto por telha de barro
6- Centro de Visitantes, com sala de exposição, 2 WC, biblioteca, sala p/ adm., auditório, copa, despensa e varanda.	Centro de visitantes	Área de Uso Público	235	- Requer reforma: janelas, infiltrações, acesso caixa d'água, reforço alicerce. Necessita mobiliário e equip. educação ambiental.
7- Portão de Entrada	Portão de Entrada	Área de Uso Público	5	-Recem- construído
8- Posto de fiscalização, com sala, 1qt., cozinha, varanda, WC.	Posto de Fiscalização Morro da Baleia	Morro da Baleia	28	- Recem- reformado, necessita cercas divisorias, abrigo para semoventes e curral.
10- Deposito com 2 qt. e varanda.	Depósito	Morro da Baleia	30	- Em reforma
11- Posto do Cruzeiro, com sala, 2 qt., 1WC e varanda	Posto de fiscalização	Cruzeiro	40	- Recomenda-se demolição, devendo-se construir outro em área menos úmida e elevado do solo
12- Posto do Gavião, sala, 2qt., cozinha, W.C. e varanda	Posto de fiscalização	Morro do Gavião	50	- Necessita reforma, piso, telhado, portas, janelas, instalações hidráulica e elétrica
13- Casa com 2 quartos, cozinha, W.C. e varanda	Antiga sede	1.000 m acima da sede atual	56	-Necessita reformas de piso, telhado, portas, janelas, instalação hidráulica e elétrica
14- Casa em ruínas	uso de particular	X	X	Deve ser demolida

Fonte: IBAMA/PARNA Chapada dos Veadeiros, maio de 1995

6.2 EQUIPAMENTOS

A U.C. dispõe de quatro veículos, dos quais dois encontram-se em operação e os outros requerem reparos técnicos. Trafegam nestes veículos nove funcionários.

Existem também cinco cavalos “herdados” do Exército. Estes são usados para levarem os funcionários aos lugares de difícil acesso com veículos e que requerem maior esforço físico de caminhada, tanto pela distância quanto por serem inóspitos. Geralmente permanecem soltos na área próxima ao Posto do morro da Baleia, por falta de um local cercado, ficando mais sujeitos a picadas de cobras. Os equipamentos de montaria são novos e se encontram em perfeito estado de conservação.

A U.C. não dispõe de lixeiras ao longo das trilhas e sim no Centro de Visitantes, pois há um consenso entre o IBAMA e a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros de que, todo lixo gerado na visita deve ser retirado pelos próprios responsáveis. Assim, guardam-se estes em sacos plásticos que depois são levados pelos servidores da U.C. para o aterro sanitário de Alto Paraíso.

As placas de sinalização doadas pela FUNATURA, pelo Projeto “Implantação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros”, fazem parte do material permanente da U.C. e, apesar de terem sido as treze placas colocadas a pouco menos de três anos nos limites desta Unidade e dispostas em locais de maior visualização, para conhecimento de sua existência e localização, não houve qualquer estudo de programação visual ou de locação destas³. A área precisa também de placas de informação e sinalização internas, bastante solicitadas pelos visitantes. Estas devem conter informações sobre o Parque, os ecossistemas e os locais de atividades turísticas ou sinalizar os diversos pontos da U.C. A seguir apresentam-se os principais equipamentos do Parque.

QUADRO 8: Caracterização dos Equipamentos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Equipamentos	Estado de Conservação			Uso por Atividade		
	Danificado	Regular	Bom	Adminis- tração./ Manejo	Fiscali- zação	Uso com o público
01 Toyota Bandeirante/92, cabine dupla.		Em conserto de lanternagem e mecânica		x	x	
01 Toyota Bandeirante/89, cabine dupla		Requer reparos		X	X	
01 jipe Engesa/86		Requer revisão de suspensão, direção e setor elétrico		X	X	

³ O Projeto aprovado no Fundo Nacional do Meio Ambiente, com recursos captados pela FUNATURA, tinha por objetivo o desenvolvimento de ações visando a proteção do parque, educação ambiental e treinamento de guias de turistas ecológicos, moradores da região. dentre suas metas estava a elaboração de um folheto educativo e informativo e atividades de conscientização ambiental.

Equipamentos	Estado de Conservação			Uso por Atividade		
	Danificado	Regular	Bom	Administração/Manejo	Fiscalização	Uso com o público
01 jipe JPX/95			novos	X	X	Projeto "Jancla para o Mundo"
18 bombas costais	02 estão imprestáveis		X	X		
15 abafadores	15			X		
04 lança-chamas	1 está imprestável		X	X		
07 barracas (1 Sansui, tipo BNH p/10 p, 4 Bertoni p/5 p e 2 Camping p/6 p)			X	X	X	
13 cantis p/1 l		inadequados pois os melhores devem ser afixados ao cinto	X	X	X	
12 perneiras			X	X	X	
03 revólveres Taurus calibre "38".	01 está imprestável		X		X	
02 bússolas			X	X	X	
07 binóculo (3 Super Zenith 20x50, 1 DF Vasconcellos Turfist 15x50 e 3 s/especificação)		06 inadequados aos fins propostos *	01	X	X	X
07 selas de montaria (5 simples e 2 c/cabeça) c/ arreios completos			X	X	X	
02 roçadeiras portáteis Stihl à gasolina			X	X		
01 máquina de furar elétrica Manning Bowmann /220 V			X	X		
01 carreta agrícola Flecha p/4 t.		X		X	X	
01 macaco hidráulico "Jacaré" p/2 t			X	X		
01 bomba manual p/combustível	está imprestável			X		
01 bomba elétrica p/combustível Gilbarco mod-625 P			X	X		
01 tanque p/combustível capac 6 000 l			X	X		
03 carneiros	2 estão imprestáveis		X	X		
01 charrete/75			X	X		
02 máquinas fotográficas (1 Yashica MF 35mm e 1 Kodak simples.)			X	X	X	X

Equipamentos	Estado de Conservação			Uso por Atividade		
	Danificado	Regular	Bom	Administração/Manejo	Fiscalização	Uso com o público
01 TV Philips "20" a cores			X			X
01 vídeo VHS Sharp 4 cabeças			X			X
01 projetor IEC automático p/80 slides			X			X
01 motor-gerador Honda 2.2 KVA. portátil e a gasolina			X	X		
01 motor-gerador Yanmar 7.4 KVA. estacionário e a diesel		X		X		
01 motor-gerador Yanmar 1.45 KVA. portátil e a gasolina			X	X		
01 carregador de baterias Tunga, marca Chumbby carga lenta p/2 baterias			X	X	X	X
02 rádios transmissores-receptores (IRCCP/55B frequência de 93510 000161/80)	02 são antigos e não correspondem ao pretendido			X	X	X
01 planar móvel monocanal 12 VCC			X	X	X	X

Fonte: IBAMA/PARNA Chapada dos Veadeiros, 1995

*Os três binóculos Super Zenith 20x50 são de longo alcance e só de vem ser usados fixos em local de apoio ou tripé, e os demais não especificados são de baixa resolução, sendo todos inadequados aos fins propostos de controle e vigilância do fogo na região, podendo-se repensar seus usos.

Para o exercício das atividades no Parque utilizam-se os veículos cujo consumo médio mensal é mostrado a seguir.

QUADRO 9 : Consumo de Combustível dos veículos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

COMBUSTÍVEL	ANO				
	1991	1992	1993	1994	1995 *
GASOLINA	U.C. fechada	4.806,5	2.226	2.638,9	773
Média mensal	..	403	185,5	219,9	244,3
DIESEL	..	5.182,1	7.318,04	5.884,2	1.573,6
Média mensal	..	431,8	646,5	490,3	524

Fonte: IBAMA/PARNA Chapada dos Veadeiros, maio de 1995

* Até março de 1995

A média mensal de consumo deve ser analisada em função de alguns dados referentes não só ao gasto dos veículos como aos usos que se dão a estes, lembrando-se aqui a falta de qualquer meio de comunicação da U.C., quando são utilizados até para suprir tal deficiência. O consumo de maior custo é o da gasolina, pelo preço, mas o único veículo que funciona à gasolina é o Engesa/88 e este, por seu tempo de uso, sofreu avarias no motor e suspensão passando vários meses parado entre 1992 e 1993. Mesmo agora estando em uso, encontra-se com problemas na suspensão dianteira, sendo usado para pequenos percursos. O Toyota/ 90 também esteve com problemas de motor e por isso ficou parado entre julho e novembro de 1993. Os problemas referentes à suspensão são devidos aos catabilhos das estradas ou trilhas de piçarra, internas e externas à U.C.

6.3 PESSOAL

O levantamento de lotação de pessoal da unidade registrou dez pessoas distribuídas entre o chefe da UC, quatro agentes de defesa florestal (ADF), um analista de sistema, um engenheiro agrônomo, um datilógrafo e dois agentes administrativos.

Dentre os servidores atuais quatro foram remanejados de outros órgãos da Administração Federal, dois vieram do Governo de Rondônia, um da Presidência da República, na Secretaria de Planejamento, e um do Ministério de Educação, da Fundação Roquette Pinto. Os dez servidores exercem as atividades de administração, fiscalização, controle de visitação e manejo da U.C. Atualmente um dos funcionários encontra-se em vias de ser aposentado estando o seu processo em andamento na Administração Central, outros dois estão vinculados às atividades emergenciais de levantamento cadastral e os demais estão encarregados das funções usuais. A seguir encontra-se o quadro de servidores do Parque:

QUADRO 10: Caracterização de pessoal lotado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

NOME	DATA DE ADMISSÃO (IBAMA)	TEMPO DE SERVIÇO (Público)	FORMAÇÃO ESCOLAR	CARGO	FUNÇÃO	IDADE (anos)
Adílio Augusto Valadão de Miranda	28/08/91	11 anos	Superior	Médico	Chefe	48
Alvaro Vargas Lombardi	02/01/94	22 anos	Superior	Analista de Sistemas	Cad. de prop. e recepção de visitantes	47
Benjamin Marreca dos Santos	26/4/79	34 anos	1º grau incompleto	Ag. Defesa Florestal	Ag. Def. Florestal	58
César Mariano de Souza	2/5/72	26 anos	1º grau	Ag. Defesa Florestal	Fisc. e recepção de visitantes	48
Divino Reis dos Santos	1/7/83	11 anos	2º grau	Ag. Defesa Florestal	Ag. Def. Florestal	41
Haenoch Rodrigues Pereira	18/10/74	26 anos	Superior	Eng. Agrônomo	Cad. de Prop. e fiscalização	50
João Batista Lemos	5/8/83	18 anos	2º grau	Ag. Administrativo	Serv. Adm./ Fisc./ Rec. de visitantes	38
José Estevão Sobrinho	10/10/92	10 anos	2º grau	Datilógrafo	Chefe de Serviço	48
Miguel Braga Bonilha	1/7/83	11 anos	2º grau incompleto	Ag. Def. Florestal	Fisc. e recepção de visitantes	33
Regina Coeli Barros de Miranda	28/08/91	13 anos	2º grau	Ag. Administrativo	Ag. Administrativo	48

Fonte: IBAMA/PARNA Chapada dos Veadeiros, maio de 1995

A faixa etária dos servidores está enquadrada entre os 48 e 58 anos em sua maioria, somente um deles tem 33 anos. Estando dois destes com hipertensão arterial, a nível de capacitação física, ficam limitados às atividades que não dispendam muita energia. Observe-se que a unidade tem grandes variações topográficas, entre 1.650 a 600 metros de altitude, com terrenos bastante acidentados e pedregosos, entremeados de campos úmidos e coberto com inúmeras nascentes e córregos. O quadro físico dos funcionários deve ser analisado em virtude do esforço requerido nas idas a pé ao campo.

Devido ao limitado número de servidores a fiscalização é feita conforme denúncias de atividades irregulares. Existe sobrecarga de serviços para os funcionários nos períodos de incêndio, que têm sido frequentes e, nos dias de maior número de visitantes, sobretudo entre às 8:00 h e às 19:00 h -final de visitação e encerramento das atividades.

A falta de energia elétrica na área inviabiliza a prestação de serviços burocráticos simples que poderiam ser efetivados sob o controle do analista de sistemas com o uso do computador, já comprado. O Parque, através da SUPES, fez um contrato com uma empresa prestadora de serviços somente para a limpeza do setor administrativo, mas não há contratação de vigilantes, principalmente para a Sede e o Centro de Visitantes. Para apagar o fogo e manter as trilhas a U.C. conta com seus funcionários e até com os condutores de visitantes e pessoas da localidade em serviço voluntário.

A maioria dos funcionários foi treinada em alguns dos vários aspectos abordados nos trabalhos relativos a uma unidade de conservação, assim temos: O chefe do Parque, Adílio Valadão, que participou do I Curso de Condutores de Visitantes, I Curso de Plano de Manejo, Cursos de Gerenciamento de U.C., Ecologia e Manejo de Fogo e Planejamento de U.C.; Benjamim fez os Cursos de Treinamento para Auxiliar de Defesa Florestal, Prevenção e Combate a Incêndio Florestal; Divino participou dos Cursos de Fiscalização e Educação Ambiental e o II de Condutores de Visitantes; César realizou os Cursos de Treinamento para Auxiliar de Defesa Florestal, I Curso de Condutores de Visitantes, Prática de Desenvolvimento e Apoio Comunitário à U.C. e Prevenção e Combate à Incêndio Florestal; Haenoch fez os Cursos do IBDF, os quais não foram por ele registrados; Miguel o de Fiscalização e Educação Ambiental e Regina o I Curso de Condutores de Visitantes.

Percebe-se que alguns ADF foram treinados em atividades que dizem respeito ao Controle e Fiscalização da U. C., mas ainda são necessárias informações e treinamentos especializados junto à Polícia Florestal sobre drogas e comportamentos com usuários destas e o manejo de armas de fogo, precisam também de conhecimentos sobre os fundamentos legais das atividades de uma unidade de conservação, especialmente educação ambiental, primeiros socorros e técnicas de liderança e motivação de grupos a serem empregues em seus trabalhos no entorno e na U.C. Com relação a educação ambiental deve-se treinar especialmente os servidores remanescentes de outras instituições e que têm manifestado dificuldades no conhecimento de especificidades da questão ambiental. Quanto ao Chefe de Serviço, verifica-se a carência de conhecimentos de gestão e manejo de unidade de conservação de uso indireto, manifesta por este. Por último observa-se que dentre os cursos oferecidos ao Chefe da Unidade não há treinamento na área de relações públicas com técnicas de liderança e motivação de grupos e técnicas de gerência e qualidade administrativa para reforçá-lo em suas atividades.

6.4. ESQUEMA ADMINISTRATIVO

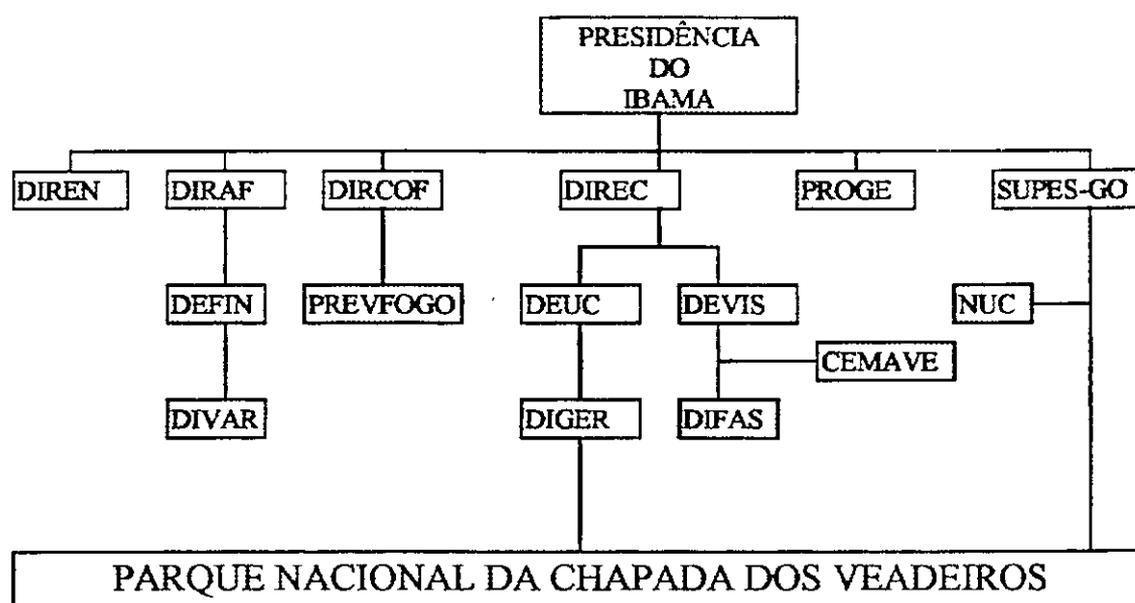
O Parque está subordinado administrativamente à Superintendência do IBAMA no Estado de Goiás (SUPES/GO), com o apoio do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC), e tecnicamente encontra-se vinculado à Diretoria de Ecossistemas (DIREC) e ao seu Departamento de Unidades de Conservação (DEUC), através de sua Divisão de Gerenciamento de Unidades de Conservação (DIGER).

A função principal do NUC é a de apoiar as unidades de conservação na agilização dos processos e trabalhos de rotina burocrática administrativa. Para tal, é designado um técnico na Sede, o qual se responsabiliza também pela gerência do PNMA e pela representação do PREVFOGO no Estado. Tanto o PREVFOGO quanto a DIVAR (Divisão de Arrecadação), na Administração Central, se dirigem a U.C. através da SUPES.

Na DIGER também existe um técnico que se responsabiliza por esta por meio de controle de processos e também procurando assegurar uma via de comunicação mais ágil

Para melhor entendimento do esquema administrativo e das vias burocráticas às quais o Parque se encontra vinculado, apresenta-se abaixo um organograma esclarecendo-se que, a apresentação das demais diretorias da AC somente foi feita para efeito de melhor compreensão de uma parte da estrutura que está, direta e indiretamente, ligada à unidade.

FIGURA 5: Organograma administrativo ao qual a U.C. está ligada



O funcionamento administrativo do Parque obedece ao esquema de 8:00 horas de trabalho, das 8:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 horas e, a uma escala de serviços dos funcionários que trabalharam nos finais de semana e feriados, ou nos períodos de fiscalização e incêndios, estando esta escala, em conformidade com os plantões estabelecidos pelo Chefe de Serviço.

Os recursos financeiros destinados à administração vêm de duas fontes: Fonte 250 (recursos próprios) e Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Apresentam-se abaixo os dados referentes aos exercícios de 1993, 1994 e a previsão para 1995, de acordo com o Plano Operativo Anual (POA). O Quadro a seguir apresenta os recursos alocados por elemento de despesa:

QUADRO 11- Recursos alocados por elementos de despesa: ano no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

ELEMENTO DE DESPESA	ANO - 1993 (Cr\$)				ANO - 1994 (R\$)			
	REC. PRÓPRIOS		PNMA		REC. PRÓPRIOS		PNMA	
	REPAS.	GASTO	REPAS.	GASTO	REPAS.	GASTO	REPAS.	GASTO
- Diárias	273.000,00	91.000,00	3.600.000,00	1.200.000,00	2.256,19	1.886,90	2.947,09	1.873,42
- Material de Consumo	283.763,20	91.881,60	7.349.719,00	2.349.364,0	2.828,67	2.774,29	15.420,89	5.957,97
- Passagens								
- Outros Serviços e Encargos/Pessoa Física	-----	-----	-----	-----	1.310,48	1.310,48	7.270,25	4.377,96
- Locação de mão de obra	600.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
- Pessoa Juridica	-----	-----	534.000,00	178.000,00	1.669,33	1.608,33	173.331,31	87.590,13
- Obras e Instalações	-----	-----	-----	-----	-----	-----	168.064,77	85.185,35
- Equip. e Material Permanente	-----	-----	-----	-----	-----	-----	26.800,12	26.119,12
TOTAL	1156763,2	182.81,60	10949719,00	3.727.364,	8.064,67	7.580,00	393.834,43	211.103,95

Fonte: IBAMA/ Sistema de Informações da Administração Federal, maio de 1995

6.5. APOIO INSTITUCIONAL

Para que se atinjam os objetivos de criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, desenvolvendo-se todas as atividades sobre as quais o IBAMA é responsável, precisa-se contar com o apoio, não só da população do entorno como das instituições que, na região, poderiam vir a participar de ações conjuntas ou de parcerias que visassem a proteção dos recursos naturais. Os benefícios diretos para a U.C. ocorrem a nível de atração de novas fontes de recursos financeiros e humanos e os indiretos viriam pelo alcance de mediadores/interlocutores nas comunidades, que poderiam apresentar novas estratégias de ação que protegessem efetivamente a unidade.

Relacionam-se a seguir as instituições, associações, prefeituras e possíveis colaboradores:

Associação Ecológica Alto Paraíso - Entidade criada com fins conservacionistas e espiritualista é proprietária da Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), colaborou com o estado de Goiás, quando da criação da Lei Florestal em seu Art. 5º Alinea 11 que trata da preservação de terras no estado acima de 1.200m. Tem procurado juntamente com a WWF realizar o Programa Integrado de Conservação e Desenvolvimento.

Associação dos Cavaleiros de Maitreya (ACM) - Entidade criada com fins espiritualistas e ambientalista, se propõe baseada nos objetivos de seu estatuto a prestar auxílio ao Parque em trabalhos de educação ambiental junto as comunidades de entorno.

Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV) - Entidade criada pelos formandos do I Curso de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros, vem realizando trabalhos no Parque de guiação e controle das visitações, procurando inculcar no turista o conhecimento da natureza da Chapada. Também prestam auxílio nos trabalhos de limpeza de campo após a visitação e nos períodos de incêndio. Procuram atender seus filiados com novo treinamento e material de guiação.

Associação dos Colheitadores de Flores (ASFLO) - Entidade criada em 1993, visa a conservação dos rios Preto, Pretinho e dos Couros, região rica em espécies endêmicas e com mais de 500 nascentes ainda intactas. Está procurando criar a Reserva Extrativista do Cerrado, a primeira na região com esse objetivo. Vem realizando um trabalho entre os colheitadores de flores para uma coleta de menor impacto, com beneficiamento das flores e venda direta ao consumidor, na tentativa de controlar o volume de retirada desordenada e o baixo retorno financeiro para o trabalhador.

Associação de Motivação de Oportunidades de Redenção (AMOR)- Entidade criada com fins espiritualistas vem desenvolvendo terapias alternativas em sua área de fazenda, localizada à nordeste do Parque, nas proximidades da serra de Santana, no município de Cavalcante. Se propõe a auxiliar na fiscalização dos limites junto a U.C. em área de grandes dificuldades de controle.

Corpo de Bombeiros de Brasília - Instituição militar governamental com a qual o IBAMA tem realizado ações conjuntas de prevenção e combate aos incêndios no Parque e seu entorno.

Empresa de Extensionismo e Apoio ao Produtor Rural (EMATER) - Instituição governamental de extensionismo rural para assistência ao produtor no desenvolvimento de melhores técnicas, vem colaborando com o IBAMA, através de seus chefes e servidores, para apresentar junto as escolas rurais da Prefeitura o Projeto "Janela para o Mundo". Este consta de palestras e apresentação de vídeos, com temas ambientais e de saúde básica, não só em Alto Paraíso de Goiás quanto Teresina de Goiás, com boa receptividade junto as comunidades do entorno ao Parque.

Furnas Centrais Elétricas S/A - Instituição governamental com a qual o IBAMA estabeleceu o Convênio Nº 10.843 em / /94, considerando a Resolução CONAMA nº 10/87 para aplicar recursos financeiros em ações conservacionistas no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que estejam embasadas em critérios técnicos, econômico-financeiros e sócio-econômicos.

Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA) - Grupo de jovens, na faixa etária entre 10 a 15 anos, moradores de Alto Paraíso e preocupados com os comportamentos predatórios, não só na natureza como no meio ambiente urbano, vem realizando campanhas de limpeza do lixo, com aquele existente na córrego de São Bento e passeatas nas ruas principais de Alto Paraíso

Instituto de Tecnologia para Desenvolvimento Sustentado (ITDS)- Órgão de pesquisa que visa a formação de técnicos orientados para o desenvolvimento sustentado. Em conformidade com a proposta da Eco-92 está propondo a criação da Faculdade de Agronomia voltada para o ensino de alternativas tecnológicas dentro de parâmetros de sustentabilidade.

Instituto Trópico Sub-Úmido (ITS)- Departamento da Pontifícia Universidade Católica (PUC) vem realizando pesquisas dos ecossistemas de cerrado, com propostas para estudos de cerrado de altitude.

Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás - Governo do município da maior área delimitada do Parque tem hoje em seu prefeito uma preocupação com o meio ambiente e o turismo, manifesta com a criação da Secretaria de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Turismo e o incentivo ao COMDEMA, seu órgão consultivo para assuntos ambientais.

Universidade Nacional de Brasília (UnB)- Universidade federal cujos corpos docente e discente vêm desenvolvendo pesquisas e trabalhos os mais diversos com interesse de conhecimento do cerrado e tudo o que se lhe relaciona ou às diversas comunidades locais.

World Wildlife Fund (WWF)- Entidade não governamental de objetivos ambientais vem desenvolvendo projetos na região de Alto Paraíso de Goiás, dentre esses o Programa Integrado de Conservação e Desenvolvimento, visando auxiliar as comunidades em seu desenvolvimento com bases ecológicas.

7. AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS AO MANEJO

As “Orientações Básicas ao Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros” formam o primeiro instrumento de planejamento deste. Baseou-se, em parte e conforme referências anteriores, no relatório de viagem de uma equipe do ex- IBDF que, em 1986 apresentou algumas recomendações básicas de atividades no Parque, afora isto fez-se levantamentos de campo e pesquisas bibliográficas. Quanto as atividades previstas nas Orientações pode-se avaliar que foram cumpridas, em sua maior parte e, através do quadro abaixo faz-se esta avaliação pontual, de modo a embasar ações futuras do Plano de Ação Emergencial, o cumprimento das atividades é considerado nas categorias total (T), parcial (P) e Nenhuma (N).

QUADRO 12- Avaliação das atividades previstas nas Orientações Básicas ao Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros entre 1992 e 1995.

Atividades	Cumprimento			Observações
	T	P	N	
1. Administração				
1.1. Cobrança/ ingresso, conforme A.C.	X			Venda no Centro de Visitantes
1.2. Cobrança na entrada U.C.	X			Em execução
1.3. Solicitação dos meios p/cobrança à DIGER	X			Foram solicitados
1.4. Suspensão ingresso após lotação esgotada c/reabertura posterior	X			Não funciona a reabertura no mesmo dia pois o percurso demanda 6h
1.5. Construção de trechos das trilhas, conforme autorização da DIGER	X			Foram colocados mourões de cimento e cascalho nas trilhas
1.6. Retirar porteira vizinha a sede e reconstruir cerca		X		A porteira foi retirada mas as cercas devem ser retiradas
1.7. Construir Centro de Visitantes (CV) de acordo c/projeto da DIGER	X			Construído em 1992 passou por reformas e está sem equipamentos básicos p/uso
1.8. CV desenvolverá atividades de recepção e triagem de visitantes, exposição e divulgação de material informativo		X		Recepção e triagem realizadas, mas exposição e divulgação não, pois faltam kit mobiliário p/ escritório, cadeiras, expositores, estantes p/ biblioteca, balcão de atendimento e material de divulgação e informação.
1.9. Confeccionar e instalar quadro de avisos no CV c/ informes de horário de visitação c/condutores; pesquisas existentes e nº visitantes			X	Não existe quadro
1.10. Conservar as instalações, vias internas e equipamentos da U.C. garantindo o bom funcionamento desta	X			Foram refeitos alguns degraus nos trechos mais íngremes das trilhas e reformadas algumas edificações
1.11. Controle da capacidade de carga das áreas de visitação desde o ingresso dos visitantes	X			É feito o controle junto aos condutores à entrada da UC
1.12. Fornecimento de mapas simplificados aos visitantes			X	Não existem mapas contendo o percurso atualizado das trilhas
1.13. Organização de esquema de trabalho e folga p/ADFs controlarem locais mais frágeis durante visitação	X			Há esquema trabalho/ folga elaborado pelo Chefe de Serviço
1.14. Um ADF ficará nas cachoeiras em dias de maior afluxo turístico, outro nas Pedreiras e o último no Portão de S. Jorge	X			Ficam 2 na portaria, 1 na cancela que dá acesso as trilhas, 1 organizando o estacionamento e 2 a 3 de ronda nos locais de maior visitação sobretudo nas cercas
1.15. Registro da impossibilidade de lotar 1 ADF no Canyon			X	Não precisa, os condutores são responsáveis por seus guiados
1.16. Elaborar crachá de identificação para o pessoal da U.C. e condutores de visitantes autorizados		X		Todos têm crachá
1.17. Seleção de grupos de visitantes para ida ao Canyon desde que acompanhados dos condutores	X			No período chuvoso interdita-se o Canyon I por causa das cheias do rio Preto
1.18. Manutenção preferencial de ADFs nas áreas das cachoeiras e Portão de S. Jorge, devendo ir também as Pedreiras em veículo em horários e intervalos estabelecidos			X	Está superado, são feitas visitas nos grandes feriados e quando solicitadas
1.19. Fiscalização das sete lagoas nas viagens de ida e volta a Alto Paraíso de Goiás			X	Não é possível nas atuais condições, embora haja necessidade
1.20. Solicitar compra binóculos a DIGER p/fiscalização		X		Os binóculos comprados em sua maioria não possuem bom índice de resolução

Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Atividades	Cumprimento			Observações
	T	P	N	
1.21.Suspensão temporária de visitação em dias de chuvas torrenciais		X		A visitação é suspensa para o Camyon I por causa das cheias do rio Preto, merecendo estudo para outras áreas
1.22.Fechamento do Portão de S. Jorge por ocasião de incêndios na UC e concentração de servidores no controle ao fogo	X			A UC fica fechada nos períodos de incêndio
1.23.Nos meses de maior risco de fogo estender o controle a Cavalcante e áreas mais propícias dentro da UC		X		Fiscalização é feita algumas vezes também por causa das flores
1.24.Criar e manter arquivo de ocorrência de incêndio na UC, indicando locais, datas, origem, intensidade e duração do fogo	X			O registro é feito na UC e no PREVFOGO (AC) com todos esses dados
1.25.Atenção ao limite da capacidade de carga estimada p/ as diversas áreas de uso público	X			O controle é feito na entrada dos visitantes com seus condutores
1.26.Atenção dos servidores às normas sobre o lixo na UC	X			Não existem
1.27.Organizar o recolhimento do lixo especialmente após os dias de visitação	X			O lixo gerado pelos visitantes é levado por eles para a Vila de S. Jorge e de lá os servidores transportam para o aterro sanitário de Alto Paraíso de Goiás
1.28.Lixo gerado deve ser enterrado p/ não atrair animais			X	O lixo é levado embora da UC
1.29.Retirada de placas desnecessárias ao manejo da UC, inclusive as que indicavam as antigas lixeiras	X			Não há mais as placas anteriores
1.30.Elaborar e colocar placas de sinalização conforme proposta da DIGER			X	Não foram elaboradas
1.31.Distribuir, em locais visíveis de uso público, recipientes adequados p/ recolhimento de lixo				Há na Portaria e no CV recipientes para o lixo
1.32.Lixeiras feitas com material e pintura harmônicos com o ambiente natural			X	Há latas de óleo cortadas e pintadas sem qualquer tratamento conforme o solicitado
1.33. Material usado p/ manutenção e reparos das trilhas e mirantes devem ser provenientes de fora do Parque.	X			Foram obedecidas as especificações
1.34.Revestir o trecho inicial da trilha das cachoeiras c/pedras, construir degraus rústicos nos trechos íngremes e bancos nos trechos mais íngremes e sombreados c/ material de fora do Parque		X		Foram reconstruídos os degraus do trechos mais íngremes mas não há bancos
1.35.Falar c/fazendeiros alertando-os sobre uso de defensivos			X	Foi superado e hoje estão sendo adotadas as medidas de compra de terras
1.36.Dotar C.V. e administração de materiais de primeiro socorros			X	Estão vencidos os prazos de alguns, necessitam-se de reposição e de soro anti ofídico
1.37.Treinar servidores e condutores p/ atendimento 1º socorros			X	Não foram treinados
2.Manejo				
2.1Proibição expressa de introdução de espécies exóticas ou domésticas de vegetação ou fauna na UC			X	Não está ainda totalmente resolvida a questão fundiária, embora o processo se encontre em andamento
2.2.Proibição de usos de animais silvestres vivos em qualquer programa da UC	X			Não se usam quaisquer usos de animais vivos ou mortos
2.3.Proibição de prisão de animais silvestres na UC		X		Há denúncia de captura e caça de animais silvestres nos limites de Cavalcante
2.4Áreas degradadas devem ser deixadas à	X			Ainda se observam áreas degradadas.

Atividades	Cumprimento			Observações
	T	P	N	
recuperação natural até que estudos sejam feitos				principalmente em antigos garimpos nos morros
2.5. Encaminhar a DAGER pessoas e entidades interessadas em pesquisas para orientação			X	As pesquisas até então realizadas se devem aos pesquisadores havendo inclusive interesse por parte de professores da UnB em realizar trabalhos de biogeografia do Cerrado no Parque
2.6. Deixar a recuperação natural início trilha p/ Canyon. retirar material usado p/estabilizar piso	X			O material foi retirado e a trilha modificada
2.7. Definir traçado alternativo para percurso a pé, evitando-se ladeira mais acentuada; estudar conveniência em desfazer o material desagregado das laterais da estrada; Trabalho deve ser feito por técnicos que detenham conhecimentos sobre processos erosivos	X			Foi definido e os visitantes percorrem a pé as trilhas em um novo trecho; não há qualquer estudo de engenharia de estrada nas diversas vias e nem estudos de impacto ambiental sobre os processos erosivos decorrentes
2.8. Cobrir as lixeiras escavadas nos antigos locais de acampamento; soterrar o lixo com material trazido de fora do Parque	X			Todo o lixo foi retirado e somente fica na Sede o orgânico sendo levado para o aterro de Alto Paraíso de Goiás o inorgânico
2.9. Organizar percurso p/cachoeiras identificando o melhor caminho e colocando tronqueiras nas entradas e saídas alternativas para recuperação natural	X			Áreas recuperadas quase em sua totalidade e organizados novos percursos
2.10. Melhorar a proteção do Mirante da Cachoeira do rio Preto, construir suportes definitivos, retirando-os das árvores e estendendo proteção aos pontos de risco de vida		X		A proteção foi melhorada em parte, pois requer estudos de material e localização de um guarda-corpo, para maior proteção. Foram feitos mourões de cimento e colocadas correntes, mas ainda existem fixações em algumas árvores
2.11. Verificar a necessidade de construção de sistema de proteção no Mirante do Salto ou cachoeira Menor		X		Devem ser ambos revistos com a construção de um guarda-corpo fixo e seguro
2.12. Desfazer os sinais de degradação da antiga área de camping deixando a recuperação natural	X			Área em vias de recuperação natural
2.13. Procurar conscientizar a população de S. Jorge sobre efeito negativo ao ambiente da lavagem de roupa no córrego Rodoviarinha		X		São feitas as lavagens de roupa na Grota mas deve-se solicitar da prefeitura uma lavanderia coletiva para esse fim. A população está em parte consciente mas não há alternativas
2.14. Alertar a população de S. Jorge p/limitação de água cuja capacidade hídrica no Parque é limitada	X			A Prefeitura abriu, sem EIA/ RIMA, um novo loteamento com 167 lotes dos quais 40 casas e 1 restaurante já foram construídos ao lado da atual Vila exigindo um custo adicional de 120% no abastecimento de água, inviável para o abastecimento atual
2.15. Construir aceiros de proteção nos limites do Parque em áreas de maior risco			X	Deve-se resolver as questões fundiárias e estudar melhor um manejo do fogo para a região
2.16. Alertar proprietários da área delimitada da UC para multas em caso de incêndio na área do Parque	X			Foram contactados e alguns multados por inobservância da lei
2.17. Alertar proprietários das áreas limítrofes a UC p/ multas pelo não atendimento a proibição de fogo no Parque	X			Contactados e multados quando responsabilizados
2.18. Desenvolver Projeto de Cooperação Mútua em caso de incêndio na UC e áreas limítrofes			X	Necessita-se da formação de 3 brigadas de combate com no mínimo 10 pessoas nativas e conhecedoras da região, conforme a Chefia do Parque
2.19. Evitar o tráfego de veículos em áreas onde não existam caminhos, principalmente campos úmidos	X			Tem sido observado
3. Uso Público				

Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Chapada dos Veadeiros

Atividades	Cumprimento			Observações
	T	P	N	
3.1. Declaração dos visitantes das áreas desejadas p/visitação no momento de seus ingressos na UC	X			O acesso a UC é feito mediante condutores de visitantes e locais definidos, embora ainda hajam entradas clandestinas
3.2. Fornecimento aos visitantes de croquis das trilhas a serem percorridas			X	Não há qualquer material de divulgação ou informação
3.3. Capacidade de Suporte p/cachoeira Maior-50 p; cachoeira Menor-50p; Pedreiras-150p e Canyon-50p. Área da Rodoviária será avaliada pelo chefe da UC		X		A capacidade foi ultrapassada levando-se em conta o controle dos condutores p/evitar os danos ambientais. A cachoeira Maior é só passagem p/a Menor e para as Pedreiras
3.4. Avisos à entrada dos visitantes das dificuldades de acesso e acidentalidade do terreno e sobre problemas de socorro rápido e as dificuldades a serem enfrentadas pelas crianças	X			Quase sempre há uma palestra alertando sobre todos esses pontos e também apresentando a UC. Observam-se aos responsáveis por crianças menores de 8 anos que estas terão dificuldades
3.5. Apresentação da não responsabilidade do IBAMA para c/os turistas nos casos de acidentes naturais e provocados dentro da UC	X			
3.6. Alerta aos visitantes quanto aos cuidados c/lixo dentro da UC. Colocação deste em lixeiras	X			Solicita-se a responsabilidade pessoal p/lixo ao longo das trilhas ficando a UC responsável por lixeiras à entrada do CV
3.7. Visitação ao Canyon obedece a condições especiais c/ingresso no portão de S. Jorge devendo o visitante trazer saco plástico c/seu lixo	X			Todos os visitantes da UC devem trazer seus sacos plásticos c/seu próprio lixo e a visitação ao Canyon é interditada durante as chuvas
3.8. Proibição terminante de acampamento na UC	X			Os acampamentos existem fora da UC
3.9. Proibição de entrada de animais domésticos c/visitantes na UC	X			Não há tal entrada
3.10. Proibição de entrada de visitantes c/bebida alcoólica na UC	X			Hoje se verificam outras drogas e para evitar seus usos a chefia busca ajuda junto aos órgãos correspondentes
3.11. Alerta aos visitantes quanto a colocação do lixo em locais apropriados	X			Os condutores cuidam de avisá-los
3.12. Projeto da DAGER p/interpretação e educação ambiental c/ equipamentos instalados em áreas de uso público			X	Não há qualquer projeto ou equipamento
3.13. Centralizar e desenvolver atividades de interpretação em áreas de uso público			X	Não se verificam tais atividades
3.14. Autorizar avisos de festas religiosas ou folclóricas das comunidades vizinhas no CV			X	O CV ainda não está em funcionamento
3.15. Proibição de aberturas de novas áreas p/uso público sem expressa autorização da DAGER	X			Não há Plano de Manejo p/estudar as condições
3.16. Planejar coleção de fotos ou diapositivas sobre temas interpretativos e educativos da UC			x	Há um número incipiente de fotos e diapositivas sem qualquer plano ou estudo
3.17. Solicitar dos pesquisadores outras cópias de material fotográfico p/compor coleção			X	Poucos foram os estudiosos que levantaram dados e estes não entregaram o que lhes foi pedido
3.18. Proibição de atear fogueiras pelos visitantes p/aquecer ou cozinhar alimentos	X			Os condutores asseguram p/que tal fato não exista
3.19. Proibição de caça e pesca seguindo Reg. Parques Nacionais		X		Verificam-se caça em alguns trechos limítrofes a Cavalcante
3.20. Proibição de coleta de plantas p/quaisquer fins		X		Verificam-se coleta de flores na área próxima a serra do Pouso Alto
3.21. Proibição de oferta de comida p/animais pelos visitantes	X			O controle é feito pelos funcionários e condutores de visitantes
3.22. Alerta aos visitantes nos períodos chuvosos p/saírem da área do rio Preto à chegada das chuvas	X			Os cuidados e conhecimento dos condutores asseguram o cumprimento desta medida

Atividades	Cumprimento			Observações
	T	P	N	
3.23. Proibição expressa de retirada de cristal do Parque		X		Foram vistos material de garimpo e retirado o garimpeiro
3.24. Observar ocorrência de qualquer impacto causado pelos usuários nas áreas de uso público	X			Não foram observados tais fatos
3.25. Qualquer indicio de impacto indicará diminuição no nº de visitantes	X			Sem problemas conforme dados anteriores

O Programa de Ação Integrada previsto nas Orientações Básicas ao Manejo abrange a implementação de atividades relativas ao Uso Público no que diz respeito a recreação e lazer orientados, interpretação ambiental, educação ambiental e relações públicas junto às comunidades do entorno e visitantes, através da apresentação de linhas de ação e alternativas de operacionalização que alcancem a efetiva proteção do Parque Nacional.

O objetivo maior é o de se controlar ações impactantes na U.C. através de responsabilidades divididas entre a DIGER e o PARNA. Assim coube a DIGER divulgar informações sobre a proteção ambiental da U.C. em linguagem acessível, traçar junto com a Chefia desta Unidade de Conservação, o perfil dos visitantes e dos moradores do entorno, perfil este baseado em conhecimentos culturais, sócio-econômicos e políticos dentre outros da população, além de incentivar as iniciativas locais de conservação das áreas e estimular a formação de pessoal capacitado em turismo ecológico. Como resultado das atividades propostas observa-se que, não se efetivou quaisquer fontes de divulgação da U.C. ou levantamento do perfil de visitantes, dentro dos objetivos propostos, mas realizou-se o "I Curso de Condutores de Visitantes" (Paes e Nobre, 1991). À Chefia do Parque, coube o fornecimento de subsídios para a adoção de estratégias políticas, programas e projetos de conservação da natureza e o desenvolvimento de uma consciência crítica ambiental, multiplicando ações de controle e vigilância na U.C. Para tratar disso está sendo implantado o "Programa Janela para o Mundo"

Dever-se-ia também embasar o desenvolvimento do Programa através de políticas que promovessem a conscientização ambiental junto ao corpo de funcionários, comunidades do entorno e visitantes, divulgando-se as ações que visassem à formação de técnicas a serem aplicadas em outras U.Cs. e promovendo a cooperação técnica e financeira das instituições governamentais e não-governamentais para efetivação de pesquisas e projetos relativos ao Programa, tudo isto tem sido feito em parte, mas não chega a caracterizar uma política. Das diretrizes propostas saliente-se a interação com a Divisão de Criação de Unidades de Conservação-DICRI, para levantar e regularizar fundiariamente a U.C., o que está sendo feito, mas não foram elaborados quaisquer instrumento de colaboração em pesquisa, de interesse da área e inexistente, até o momento atual, uma análise de custo/benefício ecológico e financeiro de visitação, considerando-se que tem havido um crescimento da população de visitantes.

A concepção do Programa foi estabelecido em três pontos básicos: Informação e Conscientização, Interpretação Ambiental e Vigilância Ambiental e as ações que foram desenvolvidas desde a sua implementação na U.C. são avaliadas a seguir:

QUADRO 13: Programa de ação integrada DIGER/PARNA Chapada dos Veadeiros

Atividades	Cumprimento			Observações
	T	P	N	
1. Informação Ambiental				
1.1. Divulgar de forma indireta as informações da UC através de folhetos, "folders" e roteiros ecológicos e diretamente através de palestras, exposições, cursos e treinamentos		X		Há o Programa "Janela para o Mundo" (IBAMA-EMATER) com palestras nas escolas
1.2. Treinar adolescentes das comunidades do entorno como condutores de visitantes	X			Houve dois cursos um criado pela DÍGER, outro dado pela Associação dos Condutores de Visitantes
1.3. Treinar o pessoal do Parque para promoção do mesmo junto as comunidades	X			Estão sendo treinados nos vários temas
1.4. Organizar na biblioteca do Parque acervo sobre conservação da natureza			X	O CV encontra-se em reforma e ainda precisa de toda um arcabouço para funcionamento
1.5. Promover palestras de esclarecimentos apresentando as ações permitidas ou não aos visitantes	X			Quando estes entram no Parque lhes é ministrada a palestra
1.6. Informar aos condutores de Visitantes sobre a denominação diferenciada entre guia e condutor	X			Durante os cursos lhes é apresentada a diferença
1.7. Acompanhar, orientando e apoiando os condutores em seus trabalhos na UC		X		
1.8. Promover visitas aos grupos escolares de Alto Paraíso e municípios vizinhos divulgando a UC	X			Programa "Janela para o Mundo" desenvolvido junto com a EMATER
1.9. Solicitar junto aos professores que orientem alunos para redação ou desenhos com temas ambientais	X			Programa anterior
1.10. Selecionar e expor no CV os melhores trabalhos com autoria e respectiva escola			X	O CV não funciona ainda
2. Conscientização e Interpretação Ambiental.				
2.1. Desenvolver palestras e campanhas para a conservação da UC			X	Não se verificam campanhas, mas são feitas algumas palestras
2.2. Contatar empresas e/ou pessoa que patrocinem material de divulgação através de convênio ou doação			X	Não houve ainda este contacto
2.3. Desenvolver a consciência crítica através de exposições para visitantes e comunidades			X	Não existem trabalhos sistemáticos de educação ambiental que possibilitem tal atitude
2.4. Criar um Comitê do Parque para elaboração do regulamento interno com participação paritária governamental e não governamental			X	Não foi criado
2.5. Contatar proprietários vizinhos ao Parque visando a proteção da UC		X		Realizam-se visitas esporádicas
2.6. Expor nos painéis do CV trabalhos interpretativos e informativos elaborados pelas comunidades			X	O Centro de Visitantes está recebendo em breve o material para tal atividade
2.7. Programar visitação especial de autoridades regionais para conhecerem a UC visando conscientiza-las para uma melhoria de qualidade ambiental	X			Sempre vêm autoridades visitar a UC, embaixadores, juizes, prefeitos, promotor, membros do Banco Mundial, Wwf, vereadores, etc
2.8. A coleção de "slides" ou fotos quando formada deverá ser usada em palestras, exposições ou painéis			X	Ainda está sendo feita
3. Controle e Vigilância Ambiental				
3.1. Incentivar a criação e orientar a formação pelos			X	A Patrulha Ecológica de Brasília tem colaborado

Atividades	Cumprimento			Observações
	T	P	N	
1. Jovens de Patrulhas Ecológicas ou correlatas para laborarem no controle e vigilância da UC				com o Parque nos grandes feriados
2. Elaborar junto com a DAGER e Patrulha Ecológica o regulamento interno da UC			X	Não há qualquer ação nesse sentido
3. Orientar condutores de visitantes para impedirem a coleta de flores e cristais, de molestarem animais e saírem das trilhas	X			Há uma alerta constante mas se verificam entradas irregulares de visitantes em pontos isolados da cerca e saída de alguns dos membros dos grupos dos guias
4. Providenciar treinamento para os condutores de visitantes e alertá-los para a proibição de uso de drogas as mais diversas nos limites da UC	X			São observadas as medidas mas a ação remete a uma instância maior
5. Repetir periodicamente as instruções do treinamento para condução dos visitantes principalmente referente aos 1º socorros				Não lhes foi dado qualquer treinamento nesse setor
6. Treinar o corpo de funcionários visando um melhor qualidade de serviços referentes ao controle e vigilância ambiental		X		Tal curso deve ser ministrado pela equipe responsável por Fiscalização na AC, Polícia Federal e Corpo de Bombeiros, o que ainda não foi feito

II. SÍNTESE DA SITUAÇÃO DO PARQUE

A análise da situação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, anteriormente efetuada, somaram-se os subsídios para seu planejamento, fornecidos pelo **Seminário de Planejamento Participativo**, realizado entre os dias 20 e 27 de maio do ano em curso, segundo a metodologia “ZOPP”

Este compreendeu várias fases de análise, iniciando-se com a identificação de problemas, manifestos ou potenciais e, através da *tempestade de idéias*, estabeleceram-se relações de causa e efeito em diagrama ou árvore de relevância que, de forma sintética e ao mesmo tempo abrangente, apresentou a situação atual da U.C. Nas etapas seguintes orientou-se o planejamento para os objetivos e resultados a serem alcançados. O processo analítico culminou com a Matriz de Planejamento, determinada por projeções realísticas quanto ao potencial de recursos. Nesta constaram os resultados a serem alcançados, as atividades e sub-atividades a serem implementadas, por ordem de prioridades, para o alcance dos resultados propostos e os principais envolvidos em sua implementação.

Identificou-se na primeira fase do Seminário, como problema central do Parque, **MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS INADEQUADO**, o que leva a que os objetivos do Parque não estejam sendo atingidos satisfatoriamente, comprometendo sua conservação, conhecimento científico, educação ambiental e recreação. As principais causas apontadas foram:

-**Medidas de proteção da U.C. deficientes**, decorrentes de uma fiscalização precária, pouca importância dada à política de relações públicas, não abrangência da educação ambiental para toda a população do entorno, incipiente sensibilização desta com relação ao Parque, inexistência de um sistema de rádio-comunicação, ignorância ou má interpretação da lei e o receio dos proprietários da vizinhança em relação ao Parque.

-**Regularização fundiária morosa**, decorrente da dificuldade na identificação da titulação das terras e inexistência de recursos alocados no orçamento.

-**Uso público do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros deficiente**, resultante da insuficiente estrutura física e operacional de uso público e deficiente controle de entrada e saída dos visitantes.

-**A estrutura administrativa deficiente**, resultante, principalmente, de uma infraestrutura não condizente com as necessidades da U.C. e recursos humanos deficientes quantitativa e qualitativamente.

-**Prevenção de incêndio deficientes** decorrente, antes de mais nada, do não atendimento às necessidades do Parque através do Convênio com o Corpo de Bombeiros e à inexistência de brigadas locais de combate ao fogo.

-**O insuficiente conhecimento científico sobre a U.C.** resultante de um inexistente monitoramento dos recursos naturais, insuficientes pesquisas básicas e o difícil acesso ao conhecimento produzido.

-Educação ambiental incipiente devido à insuficiência de programas de educação ambiental em todo o entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

III. ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO PLANO

Para solucionar estes problemas e assegurar o alcance dos objetivos da U.C. propõe-se a seguinte estratégia de ação, onde são estabelecidos os objetivos do Plano com os resultados a serem alcançados:

Objetivo Superior:

• O Parque cumpre as funções estabelecidas pela legislação dentro do contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Objetivo Geral:

• Conservação do Parque garantida para as gerações futuras e a integração com seu entorno fortalecida.

Os indicadores do alcance desses objetivos são:

- Existirá continuidade dos ecossistemas do Parque com áreas adjacentes em pelo menos 30% dos limites da UC no ano 2010;⁴
- 95% dos campos de altitude existentes no Parque, no ano de 1995, encontrar-se-ão em condições de conservação permanente;
- O Parque conterà no ano 2010, as espécies atuais características do Bioma Cerrado sem ameaça de desaparecimento, considerada a dinâmica dos processos ecológicos;
- A gestão e proteção do Parque servirão como exemplo para outros parques nacionais brasileiros no ano 2010.

Objetivo Específico:

• A proteção da U.C. e sua integração com seu entorno são consolidadas até o final do Ano II.

Os indicadores são:

- Base de conhecimentos práticos e científicos nos aspectos bióticos e abióticos ampliada em 100% em relação a 1995, até o final do ano II;
- Plano de Manejo elaborado e aprovado até março de 1997;
- 80 % dos visitantes controlados na área do Parque;
- 5 Convênios firmados entre o IBAMA e instituições governamentais ou não;

⁴ O ano de 2010 foi aqui considerado como um marco de referência para abranger as gerações futuras, esclareça-se que fica implícita a continuidade dos objetivos de conservação para um horizonte maior de tempo.

- Quadro de servidores do IBAMA e demais instituições que trabalham diretamente com o Parque chega a 25 pessoas;
- Número de incêndios no entorno e que entram no Parque reduzido em 50%;
- Grau de consciência dos visitantes incrementado em 20% ao final do Ano I e em 40% ao final do Ano II;
- Área afetada pelo fogo no PNCV diminuída, em relação a 1994, de 20 % em 1995 50% em 1996 e 70% em 1997.

A especificação da estratégia de ação, baseia-se na consecução dos seguintes resultados:

R.1- Melhoramento da capacidade administrativa alcançada pela complementação da infra-estrutura e equipamentos e aumento e capacitação do quadro de servidores conseguidos com os Convênios firmados e contratos de serviços;

As ações são propostas nas áreas de **administração, infra-estrutura e equipamentos e, manutenção.**

R.2- Consolidação das medidas de proteção resultante de um maior controle da área do Parque e seu entorno pela formação das Brigadas de Incêndio, treinadas e implementadas, Polícia Florestal fiscalizando e a comunidade consciente ambientalmente, e atuante na proteção ao Parque.

As ações são propostas na área de **proteção.**

R.3- Efetivação da regularização fundiária alcançada pela disposição da SUPES/GO, DIREC e Parque de assegurar o restante do processo de regularização, fazendo gestões junto aos órgãos competentes para inclusão de recursos financeiros no orçamento e apresentando outro Decreto de Desapropriação.

As ações propostas são de **regularização fundiária.**

R.4- Consolidação e ampliação da integração da U.C. com seu entorno, alcançadas pelo apoio das entidades participantes do Termo de Compromisso, envolvidas nos diversos Programas, a nível de planejamento e execução conjunta para benefício mútuo, com viabilização dos Programas de Educação Ambiental, Comunicação, Uso Público e Relações Públicas.

As ações propostas são de **integração com o entorno, uso público e educação ambiental.**

R.5- Implementação da pesquisa científica no Parque alcançada pelo incentivo a pesquisas com apresentação de um Programa de Pesquisas, priorizando a elaboração do Plano de Manejo, mas contemplando outros projetos e acompanhando e monitorando as alterações porventura existentes na área do Parque.

As ações propostas são de **pesquisas e de monitoramento.**

IV- PROPOSTAS DE AÇÃO

Tais ações aqui apresentadas para serem implementadas, constam de atividades e sub-atividades classificadas por ordem de prioridade 1, 2, e 3, levando-se em consideração o prazo de dois anos, a real capacidade de execução, urgência e necessidade de assegurar-se a proteção da área.

Aquelas apresentadas como de **Prioridade 1**, destinam-se a resolver as situações críticas da unidade, caso contrário propiciariam um agravamento ainda maior dos problemas existentes, com conseqüências negativas sobre os recursos naturais do Parque. As ações consideradas de **Prioridade 2**, destinam-se ao cumprimento das funções que caracterizam uma unidade de conservação, razão de sua criação e implantação, são julgadas importantes e devem ser implementadas nestes dois anos, que é o prazo de duração do Plano de Ação Emergencial. Por último apresentam-se ações de **Prioridade 3**, indicadas no Seminário mas devido as limitações de recursos humanos, financeiros e de tempo ficam como sugestões a serem contempladas nos planejamentos posteriores, ou quando resolvidos ou sanados os limitantes.

R.1- MELHORAMENTO DA CAPACIDADE ADMINISTRATIVA

Para que se alcance maior eficiência no desempenho da gestão da unidade, deve-se iniciar com este resultado, priorizando-se a complementação da infra- estrutura de apoio às atividades de administração, criando- se um mecanismo ágil e eficiente de cobranças para o gerenciamento da visitação, fazendo-se o ordenamento espacial da área de administração do PNCV, implantando-se os sistemas de comunicação, elétrico, de processamento de dados e de manutenção da infra- estrutura e equipamentos, aumentando- se o número de funcionários e capacitando- os junto com seus parceiros, devido a importância dos mesmos no sucesso deste planejamento e, além disso, deve- se buscar parceria com outras instituições, para o planejamento e execução de atividades participativas na U.C. e seu entorno.

Os indicadores escolhidos para a verificação do alcance deste resultado são:

- . 90% dos equipamentos funcionando até o final do ano- II;
- . 80% da infra- estrutura implantada e em uso até o final do ano II;
- . 100 % dos servidores desempenhando suas funções com eficiência;
- . Convênios firmados com a Polícia Florestal/ GO, Instituto de Trópico Sub- húmido (ITS), Associação Ecológica Alto Paraíso. Associação de Motivação e Oportunidades de Redenção- AMOR e Universidades;
- . 50% dos servidores e parceiros das atividades da U.C. treinados a cada semestre;
- . Quadro funcional atendido em 80% até o final do Ano II;

. Termo de Compromisso firmado com as Prefeituras e ONG's do entorno.

Os pressupostos para manutenção desse resultado são: Quadro funcional adequado às suas necessidades;

A. AÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

PRIORIDADE 1

A.1- Elaborar o Plano de Monitoria e Avaliação do PAE:

- A.1- Fazer fichas de monitoria;
- A.2- Elaborar a matriz de monitoria.

As fichas são necessárias à montagem de um plano de trabalho. Nestas serão identificadas por atividades, sub- atividades e tarefas, as atribuições e responsabilidades de cada elemento envolvido na implementação do PAE, servidor ou instituição, além disso indicar- se- ão os recursos orçamentários necessários e as datas de execução de cada uma delas.

A matriz de monitoria constará do levantamento de todos os dados, obtidos junto às atividades executadas nas diversas datas, os desvios porventura ocorridos e a consolidação financeira após a monitoria.

A.2- Implementar o Plano de Ação Emergencial:

- A.2.1- Acompanhar as atividades do PAE na U.C.;
- A.2.2- Acompanhar a aplicação de recursos financeiros na U.C.;
- A.2.3- Fazer o controle das atividades executadas, caso haja algum desvio;
- A.2.4- Fazer vistoria periódica na U.C. por técnicos do NUC da SUPES/ GO e da DIGER/ DIREC;
- A.2.5- Fazer reuniões periódicas com os funcionários do Parque;
- A.2.6- Elaborar relatórios trimestrais;
- A.2.7- Buscar a participação direta dos técnicos responsáveis pela U.C. na SUPES/ GO e DIGER/ DIREC.

As reuniões visam um melhor entrosamento da equipe e o conhecimento, entre todos, do andamento do processo. A consolidação feita pelo Chefe da U.C. junto com a Coordenadoria do NUC/ GO sobre a implementação do Plano, deve identificar nesse processo, as atividades emergenciais ou os períodos de maior acúmulo de atividades, como é o caso de incêndios na unidade. Nesses períodos poderia haver uma participação de técnicos da SUPES/ GO e DIGER/ DIREC, conforme requerimento do Chefe da U.C. e de acordo com a amuência da SUPES e DIGER.

A.3- Elaborar o Plano Operativo Anual:

- A.3.1- Fazer o levantamento das ações implementadas no PAE e a adequação dessas;
- A.3.2- Elaborar o POA de acordo com o Plano de Monitoria.

A.4- Implementar o Convênio com a Polícia Florestal de Goiás, através de aditivo:

A.4.1- Fazer gestões junto a esta para a cessão de pessoal, cerca de 6 policiais, para prestação de serviços de fiscalização da U.C.;

A.4.2- Elaborar relatórios diários de rotina, com fichas de fiscalização para a Chefia do Parque;

A.4.3- Elaborar relatórios trimestrais das atividades de fiscalização policial à Corporação, pela Chefia da U.C.

Deve-se articular com outras instituições como a Polícia Federal, afóra a Polícia Florestal para a cooperação nas atividades de fiscalização do Parque, durante os períodos de maior visitação. A alocação e permanência dos policiais junto aos postos de fiscalização e rondas de rotina na U.C. é de muita importância, para o controle e prevenção de atos agressivos, nos limites e interior da unidade.

A.5- Fazer aditivo ao contrato atual realizado pela SUPES com a empresa prestadora de serviços de limpeza e vigilância na U.C.

Mediante este recurso dever- se- á suprir, minimamente, a carência de pessoal da U.C.. O período de vigilância é de 24 horas diárias na área de uso público, junto ao Centro de Visitantes, e de 12 h no turno da noite na área atual de uso administrativo. Quanto à limpeza serão necessárias 8 h de expediente entre as duas áreas, de uso público e administrativo.

A.6- Fazer Convênios com Universidades para um Programa de Intercâmbio:

A.6.1- Firmar Convênios com as Universidades;

A.6.2- Definir o Programa junto com as Universidades;

A.6.3- Divulgá- lo nas Universidades e comunidades do entorno;

A.6.4- Elaborar relatórios de avaliação dos trabalhos realizados.

O Programa de Intercâmbio envolverá as comunidades universitárias e dele constarão os objetivos e metas a serem atingidos nos Programas de Uso Público, de Pesquisa e de Educação Ambiental.

A.7- Fazer Convênio com a Associação AMOR para colaborar na proteção do limite oeste do Parque:

A.7.1- Elaborar Convênio oferecendo a base física do Posto da Mutuca;

A.7.2- Definir em conjunto com esta Associação, a Polícia Florestal e a chefia da U.C. o Programa de Proteção, para a área;

A.7.2- Solicitar relatório mensal de atividades.

A Associação manifestou- se favorável a contribuir com esta ação em sua área de atuação, em Cavalcante e do outro lado da Serra de Santana. Para o Parque é muito interessante, por tratar- se de uma área que vem sofrendo agressões de caça e garimpo.

A.8- Fazer Convênio com a Associação Ecológica Alto Paraíso para colaborar no Programa de Educação Ambiental:

A.8.1- Firmar Convênio definindo em conjunto o Programa e as áreas de atuação;

A.8.2- Solicitar relatório trimestral de atividades.

A Associação vem desenvolvendo trabalhos de educação ambiental em Alto Paraíso de Goiás. Com este Convênio pode-se trabalhar em conjunto com os Programas "Janela para o Mundo" e de Intercâmbio, envolvendo todos os municípios do entorno, contando-se para tal com o auxílio dos universitários e o conhecimento da Associação.

A.9- Capacitar o pessoal da U.C.:

A.9.1- Levantar as áreas temáticas para elaboração dos cursos de treinamento, de acordo com as carências individuais dos servidores e as necessidades administrativas;

A.9.2- Fazer gestões junto à escola- móvel/ DIREC e a DIDER/ IBAMA, para articularem com o SENAC, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, Cruz Vermelha e Universidades para elaboração de cursos de treinamento nas áreas solicitadas pela direção do Parque;

A.9.3- Incentivar a participação do pessoal da unidade nos cursos de treinamento;

A.9.4- Promover quatro cursos de treinamento;

A.9.5- Fazer gestões junto à Presidência do IBAMA e MMA, para melhoria na gratificação de interiorização e a assistência de um seguro ambiental, pelo exercício de atividades perigosas, junto à fiscalização.

Visam-se com isso, a melhoria na gestão da U.C. e o estímulo aos servidores, motivando-os mais. Deve-se preparar os cursos nas áreas de relações humanas relativas a liderança e motivação de grupos; salvamento e primeiros socorros, com auxílio da Cruz Vermelha, fiscalização e proteção da U.C. com a colaboração da Polícia Federal e Corpo de Bombeiros; Educação Ambiental, legislação ambiental e manejo da estação meteorológica e dos equipamentos de rádio- comunicação, oferecidos pelas empresas especializadas. Afora o curso de condução e recepção de visitantes, o qual deverá aprofundar os conhecimentos referentes a guiação, dados ambientais, cuidados e segurança para com os visitantes.

A.10- Credenciar os Condutores de Visitantes:

A.10.1- Requisitar, através da ACVVCV, os relatórios de atividades mensais dos condutores relativos à visitação na U.C.;

A.10.2- Realizar reuniões periódicas com os membros da ACVVCV, para conhecimento das atividades no Parque.

Deve-se solicitar a cooperação da ACVVCV para a realização de uma pesquisa de opinião junto aos visitantes, acerca dos locais de visitação, atividade de condução e sugestões propostas, para melhoria da atividade de Uso Público no Parque.

A.11- Aumentar o quadro de servidores da U.C.:

A.11.1- Fazer gestões junto à direção do IBAMA, no sentido de divulgar a necessidade e as condições da unidade;

Pode-se apresentar um perfil profissional requerido para a U.C., tendo em vista que a maior demanda é de agentes de defesa florestal.

B. AÇÕES DE INFRA- ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

PRIORIDADE 1

B.1- Implementar a rede de distribuição elétrica:

- B.1.1- Aprovar o projeto;
- B.1.2- Contratar empresa especializada para implantá-la;
- B.1.3- Implementar o projeto (na área do Centro de Visitantes, áreas de uso da administração e residencial).

Trazer a fiação elétrica desde a rodovia GO- 327 até o Centro de Visitantes no total de 1.000 metros de sistema bifásico e até as áreas de uso administrativo e residencial, onde será distribuída para as edificações, no total de 3.000 m de sistema trifásico.

B.2- Adquirir linha de telefonia rural junto à TELEBRASÍLIA:

- B.2.1- Instalar rede de telefonia rural na sede, por firma especializada.

Foi solicitada recentemente a elaboração do projeto, para uma firma especializada.

B.3.- Projetar o sistema de rádio- comunicação para a U.C.:

- B.3.1- Aprovar o projeto junto ao DENTEL;
- B.3.2- Contratar firma, de experiência comprovada, para implantá-lo;
- B.3.3- Comprar equipamentos de rádio- comunicação fixo, portáteis e móveis;
- B.3.4- Montar torres de emissão e recepção de sinais, se necessário;
- B.3.5- Implementar o sistema de comunicação;
- B.3.6- Treinar servidores da U.C. para o uso adequado dos aparelhos, pela firma contratada para o serviço.

O Parque tem uma grande variação topográfica, o que dificulta a transmissão e recepção de sinais. Por isso a necessidade de um estudo para a implantação ou não, das torres de emissão e recepção de sinais. Faz- se necessário, antes de sua colocação, observar as áreas de maior incidência anual de fogo, para que ali não sejam localizadas as torres.

Deve- se avaliar o alcance para emissão de sinais dos aparelhos, quer seja de rádio fixo quanto móveis , tanto em função da topografia do terreno quanto da distância à sede, como é o caso do posto da Mutuca, situado no sopé da Serra de Santana em Cavalcante e do posto do Bico do Gavião, para o estabelecimento da melhor comunicação.

A quantidade e tipos de aparelhos foram calculados pela direção do Parque em 4 rádios fixos, sendo 1 deles multicanal, 10 rádios portáteis ou "hand- talk" e 4 rádios móveis instalados em viaturas, avaliados em função dos períodos de maior intensidade e precisão de uso, que é a época do fogo e de visitação intensa.

B.4- Construir posto da Mutuca:

- B.4.1- Elaborar o projeto arquitetônico;
- B.4.2- Contratar empresa de construção civil para construí-lo;
- B.4.3- Equipá-lo com o “kit” mobiliário.

O posto da Mutuca, ficará situado em Cavalcante em área que vem sofrendo contínuas agressões de caça e garimpo, próxima ao Chiqueirinho e ao Catingueiro, sendo de difícil acesso desde a sede do Parque, mas há uma manifesta vontade da Associação AMOR de assegurar um melhor controle desta área, pois encontra-se próxima de sua sede. Seria então credenciada para realizar autos de constatação.

A edificação deve ter, preferencialmente, fundação de pedras, paredes de alvenaria e telhado de barro, seguindo o padrão construtivo local. Necessita de uma área de 42 m², com sala, dormitório, banheiro, cozinha, varanda para observação e caixa de água. Deve-se usar dois conjuntos de placas solares para captação de energia para alimentar o rádio e iluminar a edificação.

B.5- Construir uma guarita de 60 m² ao lado do portão do Centro de Visitantes:

- B.5.1- Elaborar projeto arquitetônico;
- B.5.2- Contratar empresa de construção civil e construí-la;
- B.5.3- Adquirir “kit” mobiliário e máquina registradora para controle de entrada.

B.6- Forrar um comodo de 12 m² da casa atual de servidor que abrigará a sede da U.C:

- B.6.1- Adquirir forro;
- B.6.2- Adquirir equipamento de ar condicionado para esta sala do equipamento de informática.

Trata-se de uma adaptação, pois esta edificação possibilita melhores condições de execução das atividades administrativas, considerando-se que a atual não oferece espaço físico para localização do computador, mesas de trabalho para todos os que trabalham na sede e um almoxarifado para material de consumo.

B.7- Fazer aceiros, no total de 38 km, nos limites do Parque com as rodovias GO- 118 e GO- 327:

B.8- Equipar o Parque com recursos de informática:

- B.8.1- Adquirir um computador 486- DX4 com 80 Mhz, 8 Mb Ram, Winchester de 340 Mb com vídeo SVGA colorido e teclado com padrão em português, com Mouse, estabilizador Nobreak de 1,2 Kva, Modem, uma impressora matricial 24 pinos e 120 colunas e duas mesas para computador e impressora com as respectivas cadeiras.
- B.8.2- Instalar equipamentos na sede.

O computador servirá para a execução das atividades de administração e de educação ambiental e para assegurar banco de dados das atividades de fiscalização, pesquisa e de educação ambiental.

Deve-se negociar com a SUPES/ GO para a vinda de um computador, originalmente designado para a U.C. mas atualmente em franco uso como a peça principal de sua rede de informática, com sua impressora, atualmente avariada e necessitando de reparos, caso isto seja possível. Dadas as características de uso pode-se solicitar a troca por equipamentos novos.

B.9- Adquirir três veículos 4x4 diesel para a U.C.:

Estes serão usados nas atividades de educação ambiental e fiscalização, ficando um deles com a Polícia Florestal no Parque e seu perímetro e o outro para a fiscalização interna da U.C.. Afora estes veículos, está constando mais um pelo Convênio firmado com FURNAS Centrais Elétricas S/A para a U.C., devendo este ser comprado ainda no mês de agosto e será levado para o POFOM - Posto de Fomento do IBAMA, para uso na área. Observe-se que um dos veículos do Parque deve ser alienado, o jeep ENGESA, pois encontra-se velho e com dificuldades de obtenção de peças para conserto.

B.10- Instalar a estação meteorológica já comprada:

B.10.1- Elaborar o projeto do abrigo de 9 m²;

B.10.2- Contratar empresa especializada e instalá-la;

B.10.3- Treinar servidores para operar com a estação e encarregar um técnico para o levantamento dos dados.

O treinamento deve envolver também os policiais florestais que farão as rondas, para a leitura dos instrumentos, a qual deverá ser entregue ao técnico do Parque encarregado do levantamento e análise dos dados.

B.11- Adquirir equipamentos de prevenção e combate a incêndio:

Tais equipamentos como enxadas, rastelo, abafador, facão, mochila- costal, pinga-fogo, "kit" básico de primeiros socorros, purificador portátil de água, óculos de segurança, luvas, máscaras filtrantes, cantil de 1 l, lanterna de capacete e capacete todos estes calculados em número de dois, para o treinamento de duas brigadas, estão sendo adquiridos pelo Programa PREVFOGO, devendo ser entregues até outubro deste ano. Afora estes estão sendo comprados materiais a serem usados pelo restante da brigada para o combate ao fogo durante o período de maior incidência, ou seja, a partir de agosto. O PREVFOGO treinará as brigadas, que devem ser formadas pelas pessoas das comunidades locais, para prestação deste serviço.

B.12- Adquirir equipamentos e mobiliários para o Centro de Visitantes:

A aquisição de equipamentos para o Centro de Visitantes já está em andamento, pois foram feitas as licitações para a compra e consta de: uma TV a cores de 20" com controle remoto, um vídeo- cassete com controle remoto, um projetor de diapositivas, um retro- projetor, uma tela para exposições, um sistema de som, uma filmadora profissional, sessenta cadeiras sem braços para auditório e sete cadeiras para a mesa, um suporte para TV e vídeo, cortinas com base escura para o auditório, seis mesas de 1,20x 1,20 m com vinte e quatro cadeiras, três quadros- negros de 1,20x 2,00 m, três

armários- estante, um armário de três portas, um fogão de duas bocas, um frigobar e uma estante de aço com seis prateleiras para o depósito. A filmadora será usada para registrar os programas de uso público e de educação ambiental.

B.13- Adquirir conjuntos de painéis solares para captação e transformação de energia solar em elétrica, para os Postos da Mutuca e da Baleia, este já existe na área:

B.13.1- Contratar firma especializada para elaborar o projeto;

B.13.2- Contratar firma especializada para instalá- las.

Existe um equipamento comprado há cerca de cinco anos e que deve ser examinado por técnico para avaliar possibilidades de uso, quando seria levado para o Posto do Bico do Gavião, onde não há energia elétrica e nem possibilidades de tê- la em futuro próximo.

B.14- Completar o cercamento da U.C.:

B.14.1- Contratar firma especializada;

B.14.2- Demarcar área e construir a cerca de 32 km, em sua maioria no lado sudeste, norte e noroeste do Parque.

B.15- Contruir um poço artesiano e caixa d'água para 3.000 l, para fornecimento de água para o Parque:

B.15.1- Contratar firma para construí- lo;

B.15.2- Adquirir moto- bomba e instalá-lo.

Há possibilidade de empregar- se catavento ao invés de moto- bomba, oferecendo melhor rendimento econômico, devendo- se avaliar as condições de localização e de ventos.

B.16- Construir 48 m de guarda- corpo nos quatro mirantes do rio Preto:

B.16.1- Elaborar projeto arquitetônico;

B.16.2- Contratar firma para construí- lo.

B. 17- Colocar placas de sinalização na U.C.:

B.17.1- Elaborar projeto de sinalização por profissional especializado;

B.17.2- Contratar empresa para confecção e instalação.

B.18- Construir casa de 180 m² para o Chefe da U.C.:

B.18.1- Elaborar projeto arquitetônico;

B.18.2- Contratar empresa de construção civil e construí- la;

B.18.3- Equipar com "Kit" mobiliário.

A edificação deve ser localizada na área, doravante cognominada de uso residencial, ao lado da área de uso administrativo, na sede do Parque. A casa do chefe localizar- se- á do lado direito em conformidade com a planta de zoneamento e de situação apresentada em anexo.

B.19.- Construir uma garagem/ oficina e almoxarifado com cerca de 130 m²:

B.19.1- Elaborar projeto arquitetônico;

- B.19.2- Contratar empresa especializada para implantá- los;
- B.19.3- Adquirir “kit” de ferramentas básico para a oficina;

Tal edificação constará de um galpão com paredes laterais e será dividido pelo banheiro e almoxarifado, telhamento em duas águas, utilizando- se o processo construtivo mais simples. Ficará situada ao lado da sede e um pouco mais acima, com um almoxarifado maior, para peças em geral. Pretende- se oferecer condições mínimas de autonomia para o Parque nos pequenos consertos dos veículos do Parque, cujos serviços vêm sendo realizados distante. A garagem abrigará os veículos da unidade, até então deixados ao relento. Vide planta de situação em anexo.

- B.20- Construir Posto de fiscalização do Pouso Alto com 42 m² :
 - B.20.1- Elaborar projeto de arquitetura;
 - B.20.2- Contratar empresa especializada para execução;
 - B.20.3- Equipar a edificação com “kit” mobiliário.

- B.21- Adquirir oito semoventes:
 - B.21- Adquirir alimento para os animais.

Os animais, aqui enquadrados na categoria equipamentos, prestar- se- ão para conduzir os agentes de fiscalização nos percursos longos e acidentados, porisso devem ser jovens, fortes e preferencialmente muares.

PRIORIDADE 2

- B.22- Construir estacionamento de 150 m² para seis veículos, na área de uso administrativo:

- B.22.1- Revestir o piso com piçarra e drenar com canaletas de escoamento das águas pluviais.

- B.23- Reformar, caso haja necessidade, as atuais edificações do Mulungu, recentemente compradas, para servirem de alojamento para o Corpo de Bombeiros e para posto de fiscalização:

- B.23.1- Elaborar projeto de reforma;
 - B.23.2- Contratar empresa especializada para execução;
 - B.23.3- Equipar a edificação com “kit” mobiliário constando de 20 beliches, dentre outros.

A aquisição recente das terras de proprietários no interior do Parque, deixou- lhe as benfeitorias existentes. Pelo levantamento feito tem- se agora mais duas casas, na localidade denominada Mulungu, que podem servir para alojamento dos bombeiros, prevendo- se uma área para almoxarifado dos equipamentos de prevenção e combate aos incêndios. Além das edificações há um curral que servirá para o abrigo dos semoventes. Devido a distância entre estas e a atual área administrativa da U.C. e também destas para o Centro de Visitantes, não se pode programar a nova sede para tais edificações. Servem, inclusive como local ou posto de fiscalização, pois trata- se de uma área de ocorrências de caça e, até então, de incêndios. A avaliação de engenharia

apresentará o levantamento completo do estado atual das edificações, que passariam por estas reformas mais adiante, se necessário.

Como as edificações formam um conjunto um pouco afastado da atual área de uso administrativo, deve-se estudar sua reforma em função dos custos de habitabilidade e reais condições de ocupação, conhecidos depois da pericia de engenharia e da lotação de pessoal, direto ou indiretamente vinculado à U.C..

C. AÇÕES DE MANUTENÇÃO

PRIORIDADE 1

C.1- Estabelecer um sistema de manutenção de instalações e equipamentos:

- C.1.1- Elaborar um plano sistemático de manutenção;
- C.1.2- Definir alternativas para a manutenção dos veículos;
- C.1.3- Treinar servidores para execução de serviços de pequena monta nos veículos do Parque;
- C.1.4- Contratar e efetuar serviços de manutenção dos veículos;
- C.1.5- Contratar e executar serviços de manutenção de geradores e motores estacionários;
- C.1.6- Contratar e realizar serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos;
- C.1.7- Contratar e realizar serviços de manutenção de equipamentos óticos;

Os municípios do entorno não oferecem serviços especializados e o Parque se encontra distante dos grandes centros, exigindo cuidados contínuos e soluções alternativas.

C.2- Efetuar serviços de manutenção de 352 m² de edificações, 35 km de cercas e 18 km de trilhas:

- C.2.1- Contratar e executar serviços de manutenção das edificações;
- C.2.2- Contratar e executar serviços de manutenção das cercas;
- C.2.3- Contratar e executar serviços de manutenção das trilhas.

PRIORIDADE 2

C.3- Efetuar serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos e estação meteorológica:

- C.3.1- Contratar e executar serviços de manutenção dos computadores e acessórios;
- C.3.2- Contratar e executar serviços de manutenção da estação meteorológica.

R.2- CONSOLIDAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Para que se proteja o Parque, faz-se necessário implementar o Convênio já firmado com a Polícia Florestal de Goiás, assegurando-se recursos humanos para a fiscalização do Parque e seu entorno. Estes serão treinados nos aspectos legais e institucionais da

questão ambiental. Objetiva-se, sobretudo, a adoção de uma política educativa junto aos visitantes e à população do entorno, observando-se técnicas de relações públicas na abordagem ao infrator e evitando-se o confronto sempre que possível.

É importante a criação de um sistema de levantamento de dados que revele, durante as rondas, o tipo de agressão com o local determinado em mapa, período ou data de ocorrência e causas ou possíveis causas e responsáveis pelos atos agressivos. Para tal, deve-se assegurar veículos para a atividade, implantar os postos de fiscalização em pontos-chave, completar o cercamento da unidade, implantar torres de observação, após estudo de viabilidade, e também estudar a sinalização e as vias de circulação internas adequadas ao controle e vigilância do Parque.

É igualmente preciso que se abranjam todos os municípios do entorno no processo educativo ambiental, envolvendo-se os sistemas formal e informal de ensino, através das Prefeituras e organizações de ensino, buscando-se sempre a participação de associações ambientalistas neste processo.

A observação de ocorrências de incêndios anuais requer a melhoria do sistema até agora adotado, as equipes atuais do PREVFOGO e da U.C. treinará, a princípio, duas brigadas de dez homens cada, conhecedores da área, ainda no Ano I. Há necessidade de mais equipamentos de prevenção e combate, instalação para prontidão de bombeiros e a realização de estudos de viabilidade para implantação das torres de observação, para prevenção de incêndios. Afora as brigadas foi feito um acordo entre o PREVFOGO e a Polícia Civil de Brasília para deslocar um helicóptero da Polícia, com combustível do PREVFOGO, no período de incêndio.

Os indicadores desse resultado são:

- Redução em 50 % ao final do Ano II dos autos de infração com base nos dados de 1994;
- 30 voluntários, das comunidades do entorno, participando ativamente no combate aos incêndios do PNCV ao final do Ano I;
- Número de incêndios ocorridos no entorno e que entram no Parque reduzido em 50 % ao final do Ano II;
- Área afetada pelo fogo dentro do Parque diminuída em 20 % em relação à 1994;
- Agrupamento da Polícia Florestal destacado e atuando no PNCV até dezembro de 1995.

Os pressupostos para o seu alcance são: disposição favorável da comunidade para participar no combate aos incêndios.

D- AÇÕES DE PROTEÇÃO

PRIORIDADE 1

D.1-Melhorar o sistema de fiscalização da U.C.:

D.1.1- Estabelecer junto com a Polícia Florestal as bases do sistema;

- D.1.2- Definir um plano de trabalho com fiscalização periódica em períodos de maiores possibilidades de agressão e sistemática em pontos estratégicos;
- D.1.3- Fazer fichas de fiscalização e relatório modelo para entrega diária e registro de ocorrências;
- D.1.4- Intensificar patrulhamento interno da U.C. nas áreas de uso público em dias de maior visitação, realizar rondas diárias nos pontos estratégicos e periódicas no perímetro do Parque;
- D.1.5- Escalar agente de defesa florestal para acompanhar o patrulhamento bimensal e nos dias de maior demanda de visitação;
- D.1.6- Controlar acesso ao Parque nas áreas de maiores possibilidades de invasão;
- D.1.7- Apurar denúncias recebidas e registrar a ocorrência em relatório modelo;
- D.1.8- Realizar gestões junto aos órgãos competentes para fazer cumprir, principalmente, a legislação referente à proteção dos mananciais, recuperação de áreas degradadas, Resolução CONAMA nº 13/ 90;
- D.1.9- Elaborar relatório trimestral para entrega ao comando da Polícia Florestal visando o monitoramento e controle da atividade.

O plano de trabalho deve ser proposto em função dos policiais e servidores disponíveis, de forma a assegurar rondas de patrulhamento mensal e vigilância setorial nos postos de fiscalização, com patrulhas formadas pelos policiais e servidor e, quando necessário, deve ser acompanhada por Policial Federal ou por técnico em agropecuária. Nas áreas de maiores desníveis de terreno e largas distância, que envolvam grande esforço físico ao percorrê-las, indica-se patrulhamento em montaria animal, a cavalo ou mula, pela impossibilidade de uso de veículo motorizado. Sugere-se a realização mensal de uma ronda de três dias no perímetro do Parque, com dois policiais e um agente de defesa florestal, em regime de acampamento, ficando a cargo do IBAMA a alimentação. O posto de fiscalização do Bico do Gavião, poderia contar com dois policiais, que fariam a ronda da área e o posto da Mutuca ficaria a cargo da Associação AMOR.

O relatório modelo deve conter a síntese da ocorrência, data, hora, local e assinatura do autuante com duas testemunhas de apuração. Nestes constam as fichas de acompanhamento onde são também apresentadas as alterações ambientais quando identificadas, observações de rastros ou outros indícios de existência de animais na área. Nos locais de maior ocorrência de agressões, como no limite com a GO- 118, na Serra do Pouso Alto e no limite oeste, em Cavalcante, deve-se observar com maiores cuidados. Tais relatórios farão parte do Plano de Monitoramento da U.C.

- D.2.- Elaborar cadastro de propriedades do entorno;
 - D.2.1- Visitar proprietários e/ou administradores de propriedades periodicamente, para atualização do cadastro e orientação;
 - D.2.2- Designar servidor para o controle do cadastro;

Neste cadastro devem constar: nome da propriedade, área da propriedade e sua extensão no limite da U.C., culturas desenvolvidas e tecnologias agrícolas adotadas, tipo de pecuária e animais de criação, moradores e famílias residentes na área e veios de água existentes.

D.3- Implementar um Programa de Prevenção e Combate a Incêndios;

D.3.1- Elaborar o programa em conjunto com o PREVFOGO;

D.3.2- Formar brigadas de combate a incêndios e treiná-las;

As brigadas serão formadas por 10 pessoas das comunidades do entorno, cada, e serão treinadas pelo PREVFOGO.

PRIORIDADE 2

D.4- Realizar estudo de viabilização de torres de observação;

Deve-se estudar a possibilidade de conciliá-las com as torres de rádio-comunicação.

R.3- EFETIVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA U.C.

Para alcançar este propósito a Procuradoria Jurídica da Superintendência de Goiás, subsidiada pelas administrações do Parque e Central do IBAMA e com os recursos captados por FURNAS Centrais Elétricas S/ A, encaminhou à Justiça do Estado o processo de desapropriação por utilidade pública, onde constam cinco propriedades no total de 3.031,75 ha que estão sendo indenizadas por se encontrarem com documentação perfeitamente comprovadas, dentro de toda a área do Parque. Afora esta medida faz-se necessário a mobilização entre todos, PNCV, DIREC e SUPES/ GO para assegurar o restante do processo de regularização, apresentando as demais áreas para a ação discriminatória junto à Justiça de Goiás, fazendo gestões junto ao MMA para inclusão de recursos, nos orçamentos de 1996/ 97 do IBAMA/ MMA, para completar a regularização fundiária da U.C.

Os indicadores de aferição deste resultado são:

- Áreas situadas nos limites do Parque, com o município de Cavalcante regularizadas em 80 % até o final do Ano II;
- Conhecimento da titularidade das áreas inclusas no limite do Parque, obtido em 100% em 1996, priorizadas na medida dos recursos obtidos.

Os pressupostos para alcançar esse resultado são:

- Disposição do judiciário para determinar a Ação Discriminatória do Parque;
- Disponibilidade orçamentária para aquisição de terras no PNCV.

E. AÇÕES RELACIONADAS COM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PRIORIDADE 1

E.1- Fazer gestões junto à DICRI/ DIREC e a SUPES/ GO para reeditar o Decreto de Desapropriação das terras do Parque.

E.2- Fazer a avaliação das propriedades com titularidade garantida nos Cartórios de 1º Ofício de Cavalcante, Colinas do Sul, Terezina de Goiás e Alto Paraíso de Goiás, com cruzamento de dados.

Foi protocolado junto à Justiça do estado de Goiás, o pedido de Ação de Desapropriação de cinco propriedades, com recursos financeiros de FURNAS. Estas totalizaram 3.031,75 ha os quais somados aos 21. 756 ha de terras entre doadas e adquiridas resultam em 24.787,75 ha de terras pertencentes ao Parque, devendo-se agora regularizar mais 41.026,97 ha.

R.4- CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA U.C. COM SEU ENTORNO

Essa integração é vital para a consolidação da unidade de conservação, tanto pelas dificuldades do conjunto de servidores do Parque na implementação de todas as atividades necessárias, como pelo efeito multiplicador que a implantação de um processo de cooperação e/ ou participação comunitária oferece a nível de sensibilização das comunidades envolvidas, direta ou indiretamente. Objetiva-se não só propiciar melhores condições de uso público da U. C. como levar às comunidades as questões relativas ao meio ambiente e ao Parque, especificamente, através de palestras, eventos e outros instrumentos.

Precisa-se, para sua viabilidade, que o apoio seja mútuo entre as entidades governamentais e não-governamentais com ações no Parque e seu entorno, visando o fortalecimento destas e da própria unidade de conservação. Para tal, deve-se firmar um Termo de Compromisso, entre a U.C., as Prefeituras do entorno e as associações ou órgãos cooperantes. Neste serão apresentados os objetivos do Parque e os das associações ou órgãos envolvidos, esclarecendo-se os compromissos entre as partes, os instrumentos de planejamento da unidade e as bases de cooperação entre os diversos envolvidos. Visa-se uma articulação com as organizações locais, a redução da pressão antrópica sobre o Parque e seu entorno e a melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas.

Para tal será necessário que o Parque faça gestões junto à Prefeituras do entorno, proprietários de terras e ONG's para a proteção dos mananciais, participe ativamente nos vários programas de planejamento e ordenamento do território, como o PED e as propostas para a criação da Reserva da Biosfera e de outras unidades de conservação, apoiando também, institucionalmente a busca de recursos financeiros em projetos de interesse comum com o Parque. Além de implantar Programas de Educação Ambiental e de Uso Público, de âmbito interno e externo à U.C., e de lançar um Boletim Informativo Trimestral, com a participação e envolvimento dos parceiros. O Programa de Educação Ambiental compreenderá ações que possibilitem orientar o aprendizado, reafirmando-se os valores existentes ou associando-se novos à tomada de consciência da situação real vivida pelas comunidades.

Dentro das possibilidades, abrir-se -á o Centro de Visitantes para eventos e esclarecimentos às comunidades, melhorando-se o sistema de atendimento ao público.

através de cursos de treinamento aos servidores e condutores de visitantes e de um Programa de Intercâmbio com as Universidades em conjunto com o Projeto Ecocidania.

Os indicadores da consecução desse resultado são:

- Aumento no índice de satisfação dos visitantes, Prefeituras e população do entorno em relação ao Parque até o final do Ano II;
- Aumento de 50 % do número de visitantes e periodicidade de visitação reduzida;
- 15 guias formados e 50 condutores de visitantes aperfeiçoados até o final do Ano II;
- 10 servidores do IBAMA treinados no PNCV até 1996 e 10 em 1997 em cursos de 10 dias de duração, em grupos de até 5 pessoas cada, nos seguintes temas: condução dos visitantes e integração do Parque com seu entorno;
- Renda familiar da população de São Jorge consolidada no nível de 1995;
- Apoio político-administrativo de três Prefeituras dos municípios do entorno ao PNCV consolidado no Ano II;
- 8 grupos de alunos e professores das escolas do entorno visitam o Parque em cada ano;
- 12 reuniões por ano do pessoal do PNCV com as Prefeituras e Camaras Municipais;
- 20 visitas às escolas para o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental entre o início e o fim do PAE.
- 1 Concurso nas escolas para obtenção do melhor desenho/redação sobre o Parque;
- 1 Concurso público para a melhor fotografia do Parque;
- 8 reportagens divulgadas em revistas, periódicos e TV;
- 40 agentes multiplicadores de conhecimento treinados em educação ambiental e repassando conhecimentos;
- 5 proprietários de terras tradicionais adotando técnicas de agricultura alternativa.

Os pressupostos para sua execução são:

- Plano Diretor elaborado para Alto Paraíso contemple proteção a área do Pouso Alto;
- Disposição favorável do poder executivo dos municípios do entorno;

F- AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM O ENTORNO

PRIORIDADE 1

F.1- Assinar um Termo de Compromisso com as Prefeituras e associações de cunho ambientalista, de ação local, para elaborar e implantar Programas de Educação Ambiental e de Comunicação com o entorno:

- F.1.1- Identificar as ações conjuntas e as alternativas que viabilizem os Programas;
- F.1.2- Estabelecer as linhas de ação conjuntas e viabilizá-las.

F.2- Elaborar o Programa de Comunicação:

- F.2.1- Realizar reuniões periódicas com as Prefeituras, Câmaras Municipais e setores organizados das comunidades dos municípios do entorno;
- F.2.2- Designar representante do Parque como interlocutor junto às comunidades;
- F.2.3- Apoiar a orientação técnica para os proprietários do entorno;
- F.2.4- Divulgar para as comunidades a legislação ambiental, usos permitidos nas áreas de entorno e sobre o a importância da U.C. no contexto local e nacional;
- F.2.5- Divulgar a realização deste Plano de Ação Emergencial, para as comunidades dos municípios do entorno;
- F.2.6- Apoiar e divulgar a realização do PED (Projeto de Execução Descentralizado).

Para concretização do Programa e de seus projetos e como produto desse instrumento, far-se-ão cursos de treinamento nos setores, formal e informal, elaborar-se-á um Calendário de Eventos e informar-se-á a comunidade, através de Boletins Trimestrais a serem divulgados na rede escolar de ensino dos município e no Centro de Visitantes, sobre as atividades do Parque e entorno. Além disso, dever-se-á fazer gestões junto à EMATER/ GO e à SUPES/ GO, para a difusão em conjunto, de técnicas e atividades preservacionistas, como auxílio ao produtor rural.

F.3- Elaborar um Boletim Trimestral em parceria com os demais participantes do Termo de Compromisso:

- F.3.1- Elaborar o programa editorial;
- F.3.2- Identificar mecanismos de apoio para financiamento, elaboração e divulgação;
- F.3.3- Elaborar e divulgar nos municípios do entorno e no Centro de Visitantes.

O Boletim informará acerca dos projetos desenvolvidos nas comunidades ou sobre aspectos da legislação ambiental e tecnologias ou atividades econômicas sustentáveis, devendo-se articular com as instituições envolvidas para captação dos recursos a serem aplicados neste projeto, assim como para sua realização e divulgação.

F.4- Contactar com o Informativo “Notícias do Paraíso”, periódicos e se possível canais de TV, para a divulgação das atividades em andamento na U.C. e entorno e aquelas a serem desenvolvidas;

Deve-se divulgar os objetivos da U.C., os esforços e procedimentos para integrá-la com as comunidades locais, além do Calendário de Eventos, o boletim trimestral, o Programa de Educação Ambiental e seus projetos como “Janela para o Mundo”,

tratando também dos resultados alcançados, enfatizando os aspectos referentes à educação ambiental, ecoturismo, legislação ambiental e pesquisas realizadas.

F.5- Apoiar as organizações locais que propiciem alternativas econômicas sustentáveis.

F.6- Fazer gestões junto à SUPES e EMATER para implantação do viveiro, no Posto de Fomento do IBAMA em Alto Paraíso, para plantio de espécies do Cerrado.

F.7- Fazer gestões junto às Prefeituras do entorno, proprietários de terras e ONG's visando a proteção dos mananciais e matas ciliares.

F.8- Participar ativamente nos vários programas de planejamento e ordenamento do território como o PED e as propostas da Reserva da Biosfera, Reserva Particular de Patrimônio Natural e Reserva Extrativista do Cerrado.

F.9- Apoiar institucionalmente a busca de recursos financeiros em projetos de interesse comum com o Parque.

F.10- Apoiar programas de saneamento básico das Prefeituras, que tenham impacto direto nos recursos hídricos do Parque, através de identificando de instituições e apresentação destas às comunidades.

G- AÇÕES DE USO PÚBLICO

PRIORIDADE 1

G.1- Elaborar um Programa de Uso Público:

G.1.1- Realizar pesquisa sobre o perfil dos visitantes da U.C.;

G.1.2- Elaborar material de divulgação e informação;

G.1.3- Realizar o Projeto de Exposições para o Centro de Visitantes;

G.1.4- Preparar arquivo de slides sobre o Parque;

G.1.5- Realizar Concurso fotográfico/ gráfico;

G.1.6- Preparar arquivo de slides sobre o Parque.

O Programa de Uso Público possibilitará aos visitantes o conhecimento e a apreciação de uma unidade de conservação de uso indireto, mostrando aspectos das atividades de lazer e das áreas de visitação e abordando temas relativos a proteção dos patrimônios natural e cultural. Contemplará também outras áreas de abrangência do desenvolvimento sustentado. Como parte do Programa constarão 5.000 cartazes, 10.000 "folders", 2.000 cartilhas e 5.000 folhetos de informação. Deve-se conhecer o perfil dos visitantes da U.C., para o alcance do público-alvo, quando da elaboração de material de divulgação e informação

O Projeto de Exposições constará de painéis fotográficos ou gráficos, apresentação de vídeos e outras técnicas, podendo-se dividir em exposições circulantes, as quais percorrerão as escolas dos municípios do entorno fazendo parte, algumas vezes, do Projeto "Janela para o Mundo" ficando a outra fixa, em termos, pois haverá

diversidade de mostruários, com acervo próprio ou não. A DIGER/ IBAMA planejou os mostruários de exposição, balcão de atendimento e “lay-out” da sala. Falta a complementação do programa, com as diretrizes programáticas e seus projetos de atividades de educação ambiental para o Centro de Visitantes, inclusas, em parte, no Programa de Educação Ambiental do Parque e seu entorno.

O Centro de Visitantes sediará eventos, articulando-se a vinda de palestrantes para apresentar assuntos diversos, abordando temas ambientais e os valores culturais locais e regionais, de acordo com os interesses e necessidades das populações do entorno. O público à sua entrada no Parque, será dirigido para o auditório, onde realizar-se-ão palestras educativas e apresentação de vídeos ou slides. Após os quais lhes serão entregues os sacos de lixo (coleta seletiva em dois sacos) e material de informação e só então partirão para os locais de recreação.

G.3- Implementar um Calendário de Eventos trimestral para o Centro de Visitantes:

- G.3.1- Agendar com os participantes e divulgar para as comunidades o Calendário;
- G.3.2- Promover palestras e exposições para o público visitante e comunidades locais.

O Calendário de Eventos e o Programa de Educação Ambiental devem ser elaborados em conjunto com as entidades envolvidas as quais, através do Termo de Compromisso, estabelecerão sua áreas de interesse.

G.3- Instituir um livro de registros no CV, possibilitando aos visitantes e a comunidade a apresentação de sugestões e/ ou queixas que porventura houverem.

G.4- Implantar Projeto de sinalização:

- G.4.1- Elaborar o Projeto;
- G.4.2- Localizar placas.

O Projeto de Sinalização estudará a localização, dimensão das placas, tamanho e família de letras, mensagem a ser lida a uma distância entre 20 a 30 metros e os temas a serem apresentados nas placas educativas, informativas e indicativas.

Tal Projeto demandará a confecção de trinta placas informativas da U.C. e órgão responsável, duas placas educativas de dimensão 2,00x 1,50 m contendo informações sobre a criação da unidade, ecossistemas, espécies representativas e mapa ilustrativo, a serem localizadas junto ao Centro de Visitantes e na área de uso administrativo. E mais dez placas indicativas, localizadas à entrada da área de uso público, ainda próxima ao CV, apontando a trilha que leva aos diversos locais de uso público, seus percursos e distâncias à sede. Tais placas indicativas serão colocadas nas áreas de uso administrativo e residencial e no Centro de Visitantes, na área anterior ao portão principal, separada do estacionamento atual de modo a possibilitar a separação do público por ordem de interesses. Com o auxílio dos condutores de visitantes e servidores da U.C., manter-se-iam organizadas as filas e a entrada dos visitantes, em dias de maior fluxo de visitação.

G.5- Realizar estudos sobre impactos nas trilhas/ estradas:

Com o aumento anual da visitação da U.C. são precisos estudos de impacto ambiental nas trilhas/ estradas, apresentando- se opções menos impactantes quando requeridas. Sugere-se que se as pesquisas estejam de acordo com o Plano de Manejo.

G.6- Realizar estudos da capacidade de carga das áreas de visitação pública e do perfil do visitante.

PRIORIDADE 2

G.7-Fazer concurso para projeto de lixeiras para VC,e Vila de São Jorge.:

G.7.1- Confeccionar 40 lixeiras;

G.7.2- Apresentá- las à Prefeitura, solicitando- lhe a coleta seletiva do lixo;

G.7.3- Abranger a Vila de São Jorge com o projeto de lixeiras seletivas.

O concurso servirá para manter um perfeito serviço de limpeza na U.C., promovendo- se junto aos visitantes a entrega de sacos plásticos confeccionados em cores diferentes para coleta seletiva do lixo. Sugere- se o emprego de cores contrastantes e de texto explicativo, que permita o conhecimento, visual e gráfico, da divisão do lixo em orgânico e inorgânico.

As lixeiras, confeccionadas com material resistente e identificadas em cores contrastantes e letreiros adequados, deverão ficar em locais estratégicos, próximos à passagem do público visitante no CV e na área de uso administrativa. Não serão instaladas nas trilhas ou locais de visitação. Pretende- se, com isso, orientar aos visitantes para que eles mesmos tragam o lixo produzido por eles, contribuindo para a limpeza do Parque pelo estímulo de um processo educativo e de efeito exemplar.

H- AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PRIORIDADE 1

H.1- Elaborar o Programa de Educação Ambiental junto com os cooperantes do Termo de Compromisso:

H.1.1- Estabelecer os objetivos, metas, metodologia e projetos com seus responsáveis;

H.1.2- Apoiar a elaboração de plano de cursos para treinamento nos setores formal e informal;

H.1.3- Treinar condutores de visitantes.

H.1.4- Realizar treinamento dos servidores e universitários na U.C. para recepção e condução dos visitantes:

Faz-se necessário levar a cabo um novo treinamento para os condutores de visitantes, reapresentando- se conhecimentos de reforço nos assuntos anteriormente abordados e abrindo- se novas possibilidades de saber.

O Programa de Educação Ambiental realizado em conjunto com a Associação Ecológica Alto Paraíso dirigirá-se aos agentes multiplicadores dos municípios do entorno, tais como professores, guias ou condutores de visitantes e lideranças comunitárias. O programa requer a abordagem das questões ambientais referentes a qualidade de vida, os objetivos da unidade e seu contexto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a legislação pertinente ao PNCV e seu entorno e as ações desenvolvidas no PARNA de acordo com o PAE. Apresentar-se-ão os benefícios econômico-ambientais de algumas atividades, na ótica do desenvolvimento sustentado, para as populações do entorno.

H.2- Incrementar o Programa “Janela para o Mundo”, aumentando-se o número de parceiros, acordes às idéias originais.

H.2.1- Rever junto com os demais participantes os objetivos, e a metodologia estabelecidos pelo IBAMA e a EMATER neste Programa.

H.3- Incentivar a realização de Campanhas Ambientais, como a do Verde, da Coleta Seletiva do Lixo, Semana do Meio Ambiente e outras.

A Campanha do Verde que será realizada pela EMATER com apoio do IBAMA, constará de distribuição de mudas de plantas do Cerrado, com folhetos explicativos e visa o aumento de área verde nas áreas urbanas das cidades do entorno. A Campanha da Coleta Seletiva do Lixo, vem sendo lançada pelo Grupo GAMA de adolescentes de Alto Paraíso de Goiás, merecendo o apoio do Parque.

H.4- Realizar atividades de educação ambiental no Centro de Visitantes, com a participação das associações de cunho ambientalista e Prefeituras.

H.5- Elaborar material fotográfico, audio-visual, constando de quatrocentas fotos e três vídeos, um informativo e os demais educativos sobre a U.C.

Para a elaboração deste material, buscar-se-ão patrocínio, além de se estimular a participação das comunidades do entorno e demais profissionais de outras partes do País, através da realização de concursos.

H.6- Elaborar o Programa de Intercâmbio junto com as universidades e o Projeto Ecocidadania

O desenvolvimento deste Programa será feito em conjunto com o Projeto ECOCIDADANIA, ora em fase de implantação no IBAMA, o qual oferece condições de pesquisas e de trabalho dos universitários nas unidades de conservação. Além disso, deve-se negociar as condições de execução de projetos específicos, por parte dos universitários, o repasse de um sistema de processamento de dados e os requisitos de treinamento do pessoal da U.C. e entorno, junto às instituições envolvidas.

Necessita-se para esta primeira fase do Programa de quinze estudantes: dois de Arquitetura, três de Pedagogia, dois de Letras, dois de Ecologia, um da Comunicação, um de Engenharia Florestal, um de Engenharia Agrônômica, um de Turismo e dois de Medicina.

O Programa pretende atingir dois objetivos: auxiliar as comunidades apresentando-lhes conhecimentos da área ambiental e qualidade de vida e sensibilizar as comunidades universitárias para um envolvimento com uma unidade de conservação.

R.5- IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA NO PARQUE

Para atingir-se tal resultado precisa-se divulgar a unidade para as instituições de pesquisas, incentivando-as a trabalharem na área, principalmente com o Plano de Manejo próximo. Para tal apresentar-se-ia um Programa de Pesquisas, priorizando-se os temas a serem abordados no Plano de Manejo. Neste serão apresentados diretrizes, coordenação, objetivos e metas a serem alcançados nos quatorze meses de sua duração. Podendo contemplar outros projetos e atividades previstas por instituições e pesquisadores envolvidos, com prazos e diretrizes de trabalho.

Paralelamente pode-se acompanhar a evolução dos processos naturais através de um Plano de Monitoria que apresente as alterações naturais ou induzidas dos recursos naturais da U.C., subsidiando o Plano de Manejo. Deve-se iniciar a implantação de um banco de dados sobre pesquisas realizadas na área, utilizando-se para tal de um computador. As pesquisas devem ser acompanhadas pelos técnicos do Parque, NUC e DIGER.

Os indicadores deste resultado são:

- Conhecimentos já produzidos coletados, iniciados e sistematizados em dezembro de 1995;
- Elementos para a estratégia de pesquisa a longo prazo formulados, considerando as prioridades de pesquisas complementares até o I semestre do Ano I;

Os pressupostos para o seu alcance são:

- Entraves burocráticos minimizados;
- Existência de intercâmbio com as Universidades.

I- AÇÕES DE PESQUISAS

PRIORIDADE 1

I.1- Estabelecer um Programa de Pesquisas para o Parque:

I.1.1- Estabelecer os objetivos, metas, linhas prioritárias de investigações e financiamentos, instituições de pesquisas e pesquisadores envolvidos nestas, assim como agências de financiamento, para a viabilização do Programa;

I.1.2- Implantar o Programa de Pesquisas, visando primeiramente subsidiar o Plano de Manejo;

- I.1.3- Designar um técnico para acompanhar as pesquisas no Parque, além de outros técnicos a serem designados na SUPES e na DAGER/ DIREC, para interlocução com os pesquisadores;
 - I.1.4- Realizar levantamento junto às Universidades e Instituições de Pesquisas para obtenção de trabalhos científicos ou literários existentes;
 - I.1.5- Catalogar e divulgar os trabalhos obtidos;
 - I.1.6- Contatar com as Universidades e instituições de pesquisas para o desenvolvimento da atividade.
- I.2- Estabelecer um sistema de processamento de dados voltados para a pesquisa:
- I.2.1- Implantar um banco de dados sobre pesquisas;
 - I.2.2- Procurar o apoio das universidades com pesquisas realizadas na área da U.C. e região.

J. AÇÕES DE MONITORAMENTO

PRIORIDADE 1

- J.1- Monitorar as alterações ambientais através da fiscalização da U.C.:
- J.1.1- Cobrar relatório- modelo de fiscalização e registro de ocorrência;
 - J.1.2- Consolidar e alimentar banco de dados da atividade.
- J.2- Elaborar Plano de Manejo para a U.C.:
- J.2.1- Firmar Convênio para elaboração do Plano;
 - J.2.2- Estabelecer Termo de Referência para projetos de pesquisas;
 - J.2.3- Contratar consultor para coordenar o Plano;
 - J.2.4- Contratar pesquisadores para elaboração de projetos dirigidos ao Plano de Manejo.

O Plano de Manejo da U.C. será elaborado com recursos do Convênio firmado com FURNAS Centrais Elétricas S/A. As ações aqui propostas subsidiarão tais pesquisas, considerando-se que as ações de manejo só serão especificadas no Plano de Manejo.

PRIORIDADE 2

- J.3- Monitorar as variáveis climáticas da U.C. mediante a estação meteorológica a ser instalada:
- J.3.1- Coletar diariamente os dados meteorológicos;
 - J.3.2- Analisar periodicamente os dados coletados pelo técnico treinado e processá-los junto ao banco de dados.
 - J.3.3- Avisar a população do entorno sobre os períodos de risco, para que se evitem queimadas.

V- CRONOGRAMA FÍSICO

ATIVIDADES/ SUB- ATIVIDADES	IMPLEMEN TAÇÃO	ANO I				ANO II			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
→ A. AÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO									
A.1- Elaborar o Plano de Monitoria e Avaliação do PAE: A.1- Fazer fichas de monitoria; A.2- Elaborar a matriz de monitoria.	Chefe da UC, NUC, DIGER	X							
A.2- Implementar o Plano de Ação Emergencial: A.2.1- Acompanhar as atividades do PAE na U.C.; A.2.2- Acompanhar a aplicação de recursos financeiros na U.C.; A.2.3- Fazer o controle das atividades executadas, caso haja algum desvio; A.2.4- Fazer vistoria periódica na U.C. por técnicos do NUC da SUPES/ GO e da DIGER/ DIREC; A.2.5- Fazer reuniões periódicas com os funcionários do Parque; A.2.6- Elaborar relatórios trimestrais; A.2.7- Buscar a participação direta dos técnicos responsáveis pela U.C. na SUPES/ GO e DIGER/ DIREC.	Chefe da UC, NUC, DIGER	X	X	X	X	X	X	X	X
A.3- Elaborar o Plano Operativo Anual: A.3.1- Fazer o levantamento das ações implementadas no PAE e a adequação dessas; A.3.2- Elaborar o POA de acordo com o Plano de Monitoria.	Chefe da UC, NUC, DIGER		X				X		
A.4- Implementar o Convênio com a Polícia Florestal de Goiás, através de aditivo: A.4.1- Fazer gestões junto a esta para a cessão de pessoal para serviços de fiscalização da U.C.; A.4.2- Elaborar relatórios diários de rotina, com fichas de fiscalização para a Chefia do Parque; A.4.3- Elaborar relatórios trimestrais das atividades de fiscalização policial para a Corporação.	SUPES/GO	X	X	X	X	X	X	X	X
A.5- Fazer aditivo ao contrato atual realizado com a empresa prestadora de serviços de limpeza e vigilância na U.C.	SUPES/GO	X							
A.6- Fazer Convênios com Universidades para um Programa de Intercâmbio: A.6.1- Firmar Convênios com Universidades para estabelecimento do Programa, repasse de um Sistema de Processamento de Dados e treinamento de pessoal da U.C. e do entorno; A.6.2- Definir o Programa junto com as Universidades; A.6.3- Divulgar-lo nas Universidades e comunidades do entorno; A.6.4- Elaborar relatórios de avaliação	SUPES/GO, DIGER, chefe da VC, NVC	X	X	X	X	X	X	X	X
A.7- Fazer Convênio com a Associação AMOR : A.7.1- Elaborar Convênio oferecendo Posto da Mutuca; A.7.2- Definir em conjunto com esta Associação, a Polícia Florestal e chefia da U.C. o Prog. de Proteção,	Associação AMOR, Chefia da UC, Polícia		X	X	X	X	X	X	X

ATIVIDADES/ SUB- ATIVIDADES	IMPLEMEN - TAÇÃO	ANO I				ANO II			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
para a área; A.7.2- Solicitar relatório mensal de atividades.	Florestal, Chefe de Serviço da UC								
A.8- Fazer Convênio com a Associação Ecológica de Alto Paraíso para colaborar com o Programa de Educação Ambiental A.8.1- Firmar Convênio e definir o Programa de atividades conjuntas.	Associação Ecológica Alto Paraíso, Chefia da UC, NEA, DIREC	X	X	X	X	X	X	X	X
A.9- Capacitar o pessoal da U.C.: A.9.1- Levantar as áreas temáticas para elaboração dos cursos de treinamento; A.9.2- Fazer gestões junto à escola- móvel/ DIREC e a DIDER/ IBAMA, para elaboração de cursos de treinamento nas áreas solicitadas pela direção do Parque; A.9.3- Incentivar a participação do pessoal da unidade nos cursos de treinamento; A.9.4- Promover quatro cursos de treinamento; A.9.5- Fazer gestões junto à Presidência do IBAMA e MMA, para melhoria na gratificação de interiorização e a assistência de um seguro ambiental.	DIDER, Escola Móvel, Chefe da UC, DIREC	X	X		X		X		X
A.10- Credenciar os Condutores de Visitantes: A.10.1- Requisitar, através da ACVVCV, os relatórios de atividades mensais dos condutores relativos à visitação na U.C; A.10.2- Realizar reuniões periódicas com os membros da ACVVCV, para conhecimento das atividades no Parque.	DIREC, Chefia da UC		X	X	X	X	X	X	X
A. 11- Aumentar o quadro de servidores da U.C.: A.11.1- Fazer gestões junto à direção do IBAMA, no sentido de divulgar a necessidade e as condições da unidade;	SUPES, Presidência do IBAMA		X			X		X	
B. AÇÕES DE INFRA- ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS									
B.1- Implementar a rede de distribuição elétrica : B.1.1- Aprovar o projeto; B.1.2- Contratar empresa especializada para implantá-la; B.1.3- Implementar o projeto.	Chefe da UC, SUPES	X							
B.2- Adquirir linha de telefonia rural junto à TELEBRASÉLIA: B.2.1- Instalar rede de telefonia rural por firma especializada.	Chefe da UC, SUPES		X						
B.3.- Projetar o sistema de rádio- comunicação B.3.1- Aprovar o projeto junto ao DENTEL; B.3.2- Contratar firma para implantá- lo; B.3.3- Comprar equipamentos de rádio- comunicação; B.3.4- Montar torres de emissão e recepção de sinais, se necessário;	Chefe da UC, SUPES	X							

ATIVIDADES/ SUB- ATIVIDADES	IMPLEMEN TAÇÃO	ANO I				ANO II			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
B.3.5- Implementar o sistema de comunicação; B.3.6- Treinar servidores da U.C. para o uso adequado dos aparelhos.									
B.4- Construir posto da Mutuca: B.4.1- Elaborar o projeto arquitetônico; B.4.2- Contratar empresa de construção civil para construí-lo; B.4.3- Equipá-lo com o "kit" mobiliário.	DIREC, SUPES, Associação AMOR e Chefia da UC		X	X					
B.5- Construir guarita de 42 m ² na entrada do Centro de Visitantes : B.5.1- Elaborar projeto arquitetônico; B.5.2- Contratar empresa de construção civil e construí-la; B.5.3- Adquirir "kit" mobiliário	DIREC, SUPES e Chefia da UC	X	X						
B.6- Forrar comodo da casa atual de servidor para abrigar a sede da U.C. com 12 m ² e adquirir aparelho de ar condicionado para esta sala de computadores B.6.1- Adquirir mobiliário suplementar ao existente, em uso na atual sede;	SUPES	X							
B.7- Fazer aceiros, no total de 38 km, nos limites do Parque com as rodovias GO- 118 e GO- 327:	SUPES, Chefia da UC		X						
B.8- Equipar o Parque com recursos de informática: B.8.1- Adquirir um computador 486- DX4 . B.8.2- Instalar equipamentos na sede.	Chefe da UC, SUPES-		X						
B.9- Adquirir três veiculos 4x4 diesel para a U.C.	SUPES e Chefe da UC	X							
B.10- Instalar a estação meteorológica já comprada: B.10.1- Elaborar o projeto do abrigo; B.10.2- Contratar empresa especializada e instalá-la; B.10.3- Treinar servidores para operar com a estação	Chefe da UC, SUPES		X	X					
B.11- Adquirir equipamentos de prevenção e combate a incêndio:	SUPES, PREVFOGO	X			X		X		
B.12- Adquirir equipamentos e mobiliários para o Centro de Visitantes:	Chefe da UC, e SUPES	X							
B.13- Adquirir conjunto de painéis solares para captação e transformação de energia solar em elétrica, para os Postos da Baleia e da Mutuca: B.13.1- Contratar firma especializada para elaborar o projeto; B.13.2- Contratar firma especializada para instalá-las e para examinar equipamento existente e se possível instalá-lo no Posto do Gavião	Chefe da UC e SUPES-	X	X						
B.14- Completar o cercamento da U.C.: B.14.1- Contratar firma especializada; B.14.2- Demarcar área e construir a cerca de 32 km, em sua maioria no lado sudeste, norte e noroeste do Parque.	SUPES, Chefe da UC		X						

ATIVIDADES/ SUB- ATIVIDADES	IMPLEMEN TAÇÃO	ANO I				ANO II			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
B.15- Construir um poço artesiano e caixa d'água para 3.000 l, para fornecimento de água para o Parque: B.15.1- Contratar firma para construí-lo; B.15.2- Adquirir moto- bomba e instalá-lo.	SUPES Chefe da UC,	X							
B.16- Construir 48m de guarda- corpo nos quatro mirantes do rio Preto: B.16.1- Contratar firma e construí-lo.	SUPES, Chefe UC		X						
B.17- Construir casa de 180 m ² para o Chefe da U.C.: B.17.1- Elaborar projeto arquitetônico, B.17.2- Contratar empresa de construção civil e construí-la; B.17.3- Equipar com "Kit" mobiliário.	SUPES, DIREC, Chefe da UC		X						
B.18.- Construir uma garagem/ oficina e almoxarifado com cerca de 130 m ² : B.18.1- Elaborar projeto arquitetônico; B.18.2- Contratar empresa especializada para implantá- los; B.18.3- Adquirir "kit"de ferramentas básico para a oficina;	SUPES, DIREC, Chefe UC		X						
B. 19- Adquirir oito semoventes:	Chefe da UC		X						
B. 20- Colocar placas de sinalização na U.C.: B.20.1- Elaborar projeto de sinalização com placas por profissional especializado; B.20.2- Contratar empresa para confecção e instalação	Chefe da UC, SUPES	X	X						
B.21- Construir estacionamento de 150 m ² para seis veículos, na zona de uso administrativo: B.21.1- Revestir o piso com piçarra e drenar com canaletas de escoamento das águas pluviais.	Chefe da UC, SUPES e DIREC							X	
B.22- Construir Posto do Pouso Alto com 42 m ² para fiscalização: B.22.1- Elaborar projeto de arquitetura; B.22.2- Contratar firma e construí-lo; B.22.3- Adquirir "kit"mobiliário	Chefe da UC, SUPES e DIREC		X						
B.22- Reformar, caso haja necessidade, as atuais edificações do Mutungu, para servirem de alojamento para o Corpo de Bombeiros e para posto de fiscalização: B.22.1- Elaborar projeto de reforma; B.22.2- Contratar empresa para execução; B.22.3- Equipar a edificação com "kit" mobiliário constando de 20 beliches.	Chefe da UC, SUPES e DIREC								X
C. AÇÕES DE MANUTENÇÃO									
C.1-Estabelecer um sistema de manutenção de instalações e equipamentos: C.1.1- Elaborar um plano sistemático de manutenção; C.1.2- Definir alternativas para a manutenção dos veículos; C.1.3- Treinar servidores para execução de serviços nos veículos do Parque; C.1.4- Contratar e efetuar serviços de manutenção dos veículos;	Chefe d e Serviço da UC, Chefe da UC e SUPES	X	X	X	X	X	X	X	X

ATIVIDADES/ SUB-ATIVIDADES	IMPLEMEN TAÇÃO	ANO I				ANO II				
		I	II	III	IV	I	II	III	IV	
<p>C.1.5- Adquirir e utilizar peças de manutenção de veículos;</p> <p>C.1.6- Contratar e executar serviços de manutenção de geradores e motores estacionários;</p> <p>C.1.7- Adquirir peças de manutenção de geradores e motores estacionários;</p> <p>C.1.8- Contratar e realizar serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos;</p> <p>C.1.9- Contratar e realizar serviços de manutenção de equipamentos óticos;</p>										
<p>C.2- Efetuar serviços de manutenção de 352 m² de edificações, 35 km de cercas e 18 km de trilhas;</p> <p>C.2.1- Contratar e executar serviços de manutenção das edificações;</p> <p>C.2.2- Contratar e executar serviços de manutenção das cercas;</p> <p>C.2.3- Contratar e executar serviços de manutenção das trilhas.</p>	SUPES Chefe da UC,, Chefe de Serviços	X	X			X			X	
<p>C.3- Efetuar serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos e estação metereológica;</p> <p>C.3.1- Contratar e executar serviços de manutenção dos computadores e acessórios;</p> <p>C.3.2- Contratar e executar serviços de manutenção da estação metereológica.</p>	Chefe de Serviços da UC, SUPES		X		X			X		
D. AÇÕES DE PROTEÇÃO										
<p>D.1-Melhorar o sistema de fiscalização da U.C.:</p> <p>D.1.1- Estabelecer junto com a Polícia Florestal as bases do sistema;</p> <p>D.1.2- Definir um plano de trabalho com fiscalização periódica em períodos de maiores possibilidades de agressão e sistemática em pontos estratégicos;</p> <p>D.1.3- Fazer fichas de fiscalização e elaborar relatório modelo para entrega diária e registro de ocorrências;</p> <p>D.1.4- Intensificar patrulhamento interno da U.C. nas áreas de uso público em dias de maior visitação e realizar rondas diárias nos pontos estratégicos e periódicas no perímetro do Parque;</p> <p>D.1.5- Escalar agente de defesa florestal para acompanhar o patrulhamento mensal e nos dias de maior demanda de visitação;</p> <p>D.1.6- Controlar acesso ao Parque nas áreas de maiores possibilidades de invasão;</p> <p>D.1.7- Apurar denúncias recebidas e registrar em formulário próprio a síntese da ocorrência, data, hora, local e assinatura do atuante com duas testemunhas de apuração;</p> <p>D.1.8- Elaborar relatório trimestral para entrega ao comando da Polícia Florestal para monitoramento e controle da atividade.</p>	Chefe da UC, Chefe de serviços da UC, Polícia Florestal	X	X	X	X	X	X	X	X	
<p>D.2.- Elaborar cadastro de propriedades ;</p> <p>D.2.1- Visitar proprietários e/ou administradores de propriedades periodicamente;</p> <p>D.2.2- Designar servidor para o controle do cadastro;</p>	Chefe de Serviços, Polícia Florestal e servidor da		X		X		X		X	

ATIVIDADES/ SUB- ATIVIDADES	IMPLEMEN TAÇÃO	ANO I				ANO II			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
	UC								
D.3- Implementar um Programa de Prevenção e Combate a Incêndios; D.3.1- Elaborar o programa em conjunto com o PREVFOGO e o Corpo de Bombeiros; D.3.2- Formar brigadas de combate a incêndios e treiná-las; D.3.3- Monitorar as condições climáticas, através da estação metereológica; D.3.4- Divulgar para as comunidades os dias de maior risco;	Chefe da UC, PREVFOGO, Corpo de Bombeiros	X	X	X	X	X	X	X	X
D.4- Realizar estudo de viabilização de torres de observação, conforme plano de manejo;	SUPES				X				
C. AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA									
C.1- Fazer gestões junto a DICRI/ DIREC e a SUPES/ GO para reeditar o Decreto de Desapropriação das terras do Parque.	Chefe da UC, DICRI, Presidência do IBAMA	X							
C.2- Fazer a avaliação das propriedades com titularidade garantida nos Cartórios de 1º Ofício de Cavalcante, Colinas do Sul, Teresina de Goiás e Alto Paraíso de Goiás, com cruzamento de dados.	servidor designado, SUPES	X	X						
F- AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM O ENTORNO									
F.1- Assinar um Termo de Compromisso com as Prefeituras e associações, para elaborar e implantar Programas de Educação Ambiental e de Comunicação : F.1.1- Identificar as ações conjuntas e as alternativas que viabilizem os Programa; F.1.2- Estabelecer as linhas de ação e viabilizá-las.	Chefe da UC, SUPES, Prefeituras, Associações, DIREC		X						
F.2- Elaborar um Programa de Comunicação com o entorno, constante do Termo de Compromisso: F.2.1- Realizar reuniões periódicas com as Prefeituras, Câmaras Municipais e setores organizados das comunidades dos municípios do entorno; F.2.2- Designar representante do Parque para ser o interlocutor junto às comunidades; F.2.3- Apoiar a orientação técnica para os proprietários do entorno; F.2.4- Divulgar para as comunidades a legislação ambiental, usos permitidos nas áreas de entorno e sobre o a importancia da U.C. no contexto local e nacional; F.2.5- Divulgar a realização deste Plano de Ação Emergencial, para as comunidades dos municípios do entorno; F.2.6- Apoiar e divulgar a realização do PED.	Chefe da UC, DIREC, NUC, Associações e Prefeituras	X	X	X	X	X	X	X	X
F.3- Elaborar um Boletim Trimestral em parceria com os demais participantes do Termo de Compromisso: F.3.1- Elaborar o programa editorial; F.3.2- Identificar mecanismos de apoio para financiamento, elaboração e divulgação; F.3.3- Elaborar e divulgar nos municípios do entorno	Chefe da UC, Associações, Universidade, Prefeituras	X		X		X		X	

ATIVIDADES/ SUB- ATIVIDADES	IMPLEMEN TAÇÃO	ANO I				ANO II			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
e no Centro de Visitantes.									
F.4- Contactar com o Informativo "Notícias do Paraíso", periódicos e TV, para divulgação da UC.	Chefe da VC, ASCOM, SUPES	X		X		X		X	
F.5- Apoiar as organizações locais que propiciem alternativas econômicas sustentáveis.	Chefe da VC, NVC, DIGER	X	X	X	X	X	X	X	X
F.6- Fazer gestões junto à SUPES e EMATER para implantação do viveiro, no Posto de Fomento do IBAMA em Alto Paraíso, para plantio de espécies do Cerrado.	Chefe da UC, NUC	X	X	X					
F.7- Fazer gestões junto às Prefeituras do entorno, proprietários de terras e ONG's visando a proteção dos mananciais e matas ciliares.	Chefe da UC, NUC, DIGER	X	X	X	X	X	X	X	X
F.8- Participar ativamente nos vários programas de planejamento e ordenamento do território como o PED e as propostas da Reserva da Biosfera, Reserva Particular de Patrimônio Natural e Reserva Extrativista do Cerrado.	Chefe da UC, Servidor designado	X	X	X	X	X	X	X	X
F.9- Apoiar institucionalmente a busca de recursos financeiros em projetos de interesse comum com o Parque.	Chefe da UC, NUC, DIGER		X		X		X		X
F.10- Apoiar programas de saneamento básico das Prefeituras, que tenham impacto direto nos recursos hídricos do Parque, através de identificando de instituições e apresentação destas às comunidades.	Chefe da UC, NUC, DIGER		X		X		X		X
G- AÇÕES DE USO PÚBLICO									
G.1- Elaborar um Programa de Uso Público: G.1.1- Realizar pesquisa sobre o perfil dos visitantes da U.C.; G.1.2- Elaborar material de divulgação e informação; G.1.3- Realizar o Projeto de Exposições para o CV.; G.1.4- Realizar concurso material fotográfico/ gráfico; G.1.5- Preparar material expositivo fotográfico e gráfico e um arquivo de fotos no CV; G.1.6 Preparar arquivo de slides sobre o Parque;	Chefe da UC, Associações, DIREC, NUC e Universidade	X	X	X	X	X	X	X	X
G.2- Implementar um Calendário de Eventos trimestral para o Centro de Visitantes: G.2.1- Agendar com os participantes e divulgar para as comunidades o Calendário; G.2.2- Promover palestras e exposições para o público visitante e comunidades locais.	Chefe da UC, ASCOM, NUC, Universidade, Prefeituras e Associações	X	X	X	X	X	X	X	X
G.3- Instituir um livro de registros no CV, possibilitando aos visitantes e a comunidade a apresentação de sugestões e/ ou queixas que porventura houverem.	Chefe da UC	X							
G.4- Fazer concurso para projeto de lixeiras para a U.C. e Vila de São Jorge: G.4.1- Arranjar patrocínio para confeccionar as lixeiras; G.4.2- Confeccionar 40 lixeiras; G.4.3- Apresentá-las à Prefeitura de Alto Paraíso.	Chefe da UC, Associações, Universidade, Prefeitura Alto Paraíso,			X	X				

ATIVIDADES/ SUB- ATIVIDADES	IMPLEMEN TAÇÃO	ANO I				ANO II			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
solicitando- lhe a coleta seletiva do lixo; G.4.4- Abranger a Vila de São Jorge com o projeto de lixeiras seletivas.	patrocinador								
G.5- Realizar estudos sobre impactos nas trilhas/ estradas:	Chefe da UC, pesquisador					X	X	X	
G.6- Implantar Projeto de sinalização: G.6.1- Elaborar o Projeto; G.6.2- Localizar placas.	DIREC, NUC e Chefe da	X	X						
G.7- Realizar estudo de capacidade de carga das áreas de visitação pública.	pesquisador, Chefe da UC		X	X					
H- AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL									
H.1- Elaborar o Programa de Educação Ambiental H.1.1- Estabelecer os objetivos, metas, metodologia e projetos com seus responsáveis; H.1.2- Apoiar a elaboração de plano de cursos para treinamento nos setores formal e informal; H.1.3- Treinar condutores de visitantes. H.1.4- Realizar treinamento dos servidores e estagiários universitários na U.C. para recepção e condução dos visitantes;	Chefe da UC, NEA, Escola Móvel, Associação Ecológica Alto Paraíso, WWF e Universidade.	X	X	X	X	X	X	X	X
H.2- Incrementar o Programa "Janela para o Mundo" realizado com a EMATER, aumentando- se o número de parceiros, acordos às idéias originais. H.2.1- Rever junto com os demais participantes os objetivos, e a metodologia estabelecidos pelo IBAMA e a EMATER no Programa.	Chefe da UC, EMATER, Associação Ecológica Alto Paraíso	X	X	X	X	X	X	X	X
H.3- Incentivar a realização de Campanhas Ambientais, como a do Verde, da Coleta Seletiva do Lixo, Semana do Meio Ambiente e outras.	Associações, EMATER, DIREC, NEA e Chefe da UC	X	X	X	X	X	X	X	X
H.4- Realizar atividades de educação ambiental no Centro de Visitantes, com a participação das associações de cunho ambientalista e Prefeituras.	Chefe da UC, Universitários Associações		X	X	X	X	X	X	X
H.5- Elaborar material audio- visual constando de três vídeos, um informativo e os outros educativos sobre a U.C. com patrocínio	DIRPED, NEA, Chefe da UC, Patrocinador		X		X				
I- AÇÕES DE PESQUISAS									
I.1- Estabelecer um Programa de Pesquisas para o Parque: I.1.1- Estabelecer os objetivos, metas, linhas prioritárias de investigações e financiamentos e instituições de pesquisas e pesquisadores envolvidos nestas, assim como agências de financiamento, para a viabilização do Programa; I.1.2- Implantar o Programa de Pesquisas, visando primeiramente subsidiar o Plano de Manejo; I.1.3- Designar um técnico para acompanhar as pesquisas no Parque, além de outros técnicos a serem designados na SUPES e na DIGER/ DIREC, para	Chefe da UC, DIREC, pesquisadores Universidade coordenados plano de manejo		X	X	X	X	X	X	X

ATIVIDADES/ SUB- ATIVIDADES	IMPLEMEN TAÇÃO	ANO I				ANO II			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
interlocução com os pesquisadores, L1.4- Realizar levantamento junto às Universidades e Instituições de Pesquisas para obtenção de trabalhos científicos ou literários existentes, L1.5- Catalogar e divulgar os trabalhos obtidos; L1.6- Contactar com as Universidades e instituições de pesquisas para o desenvolvimento da atividade.									
I.2- Estabelecer um sistema de processamento de dados voltados para a pesquisa: I.2.1- Implantar um banco de dados sobre pesquisas, I.2.2- Procurar o apoio das universidades com pesquisas realizadas na área da U.C. e região.	Analista de Sistema da UC, Univeridade		X	X	X	X	X	X	X
J. AÇÕES DE MONITORAMENTO									
J.1- Monitorar as alterações ambientais através da fiscalização da U.C.; J.1.1- Cobrar relatório- modelo de fiscalização e registro de ocorrência; J.1.2- Consolidar banco de dados	Analista de Sistema da UC, Chefe de Serviço, coordenador Plano de Manejo		X	X	X	X	X	X	X
J.2- Elaborar Plano de Manejo para a U.C.: J.2.1- Firmar Convênio com PROAVES para elaboração do Plano; J.2.2- Estabelecer Termo de Referência para o Plano; J.2.3- Contratar pesquisadores para elaboração de projetos dirigidos ao Plano de Manejo.	DIREC, FURNAS, coordenador Plano de Manejo, SUPES e Chefe da UC	X	X	X	X	X			
J.3- Monitorar as variáveis climáticas da U.C. mediante a estação metereológica : E.4.1- Treinar técnico do Parque para a tarefa de monitoramento; E.4.2- Coletar diariamente os dados metereológicos; E.4.3- Analisar periodicamente os dados coletados e processa- los junto ao banco de dados. E.4.4- Avisar a população do entorno dos periodos de risco, para que se evitem queimadas.	Chefe da UC, sevidores da UC		X	X	X	X	X	X	X

VI- CRONOGRAMA FINANCEIRO

ÍTEMS/ DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (US\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (US\$ 1,00)	QUANTIDADE TOTAL	ANO I		ANO II	
					1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM
I- SERVIÇOS DE TERCEIROS/ P. JURIDICA								
I.1- Contratar empresa p/ elaborar projeto rede elétrica (1.000m sist. bifásico e 2.000m sist. trifásico)	serviço	7,000.00	7,000.00	01	7,000.00			
I.2- Contratar empresa p/ construir rede elétrica	metro	1,250.00	30,000.00	2.400	30,000.00			
I.3- Contratar empresa p/ elaborar projeto de telefonia rural	serviço	2,000.00	2,000.00	01	2,000.00			
I.4- Contratar empresa p/ instalar rede telefônica	metro	190	19,000.00	1000	19,000.00			
I.5- Contratar empresa p/ elaborar projeto de comunicação	serviço	7,000.00	7,000.00	01	7,000.00			
I.6- Contratar empresa p/ implantar projeto de comunicação	serviço	10,000.00	10,000.00	01	10,000.00			
I.7- Contratar firma p/ construir cêrca	metro	500.00	16,000.00	32	16,000.00			
I.8- Confeção de placas informativas	unidade	500.00	1,000.00	02		1,000.00		
I.9- Confeção de placas de sinalização	unidade	100.00	2,000.00	20		2,000.00		
I.10- Confeção de placas indicativas	unidade	50.00	500.00	10		500.00		
I.11- Implementar Convênio com a Polícia Florestal	serviço	30,000.00	30,000.00	01	30,000.00			
I.12- Firmar Convênio com as Universidades	serviço	10,000.00	30,000.00	03	30,000.00			
I.13- Contratar e executar serviços de veículos	km	0,12	31,210.56	260,088	7,210.56	8,000.00	8,000.00	8,000.00
I.14- Contratar elaboração de áudio- visual	serviço	5,000.00	10,000.00	02	10,000.00			
I.15- Contratar elaboração de material de educação ambiental	serviço	2,000.00	4,000.00	diversos	2,000.00	2,000.00		
I.16- Contratar confeção de material de divulgação	unidade	0.50	10,000.00	10.000	5,000.00	5,000.00		
I.17- Contratar confeção do Boletim Informativo	milheiro	0.50	2,000.00	4.000	1,000.00		1,000.00	

ÍTEMS/ DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (US\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (US\$ 1,00)	QUANTIDADE TOTAL	ANO I		ANO II	
					1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM
I.18- Contratar empresa p/ avaliar painéis solares existentes e instalá-los no Posto do Bico do Gavião	serviço	3,000.00	3,000.00	01	3,000.00			
SUB-TOTAL			214,710.56		179,210.56	18,500.00	9,000.00	8,000.00
II- SERVIÇOS DE TERCEIROS P/ FÍSICA								
II.1- Contratar e executar serviços de manutenção equipamento eletrônico	unidade	50,00	1,000.00	20	250.00	250.00	250.00	250.00
II.2- Contratar e realizar serviço de manutenção p/ geradores e motores estacionários	hora	0,10	1,008,00	10,08	204.00	300.00	204.00	300.00
II.3- Contratar e executar manutenção das edificações	metro ²	50,00	7,500.00	650			7,500.00	
II.4- Contratar e manter trilhas e cercas	km	141,14	4,950.00	35	4,950.00			
II.5- Curso de gestão e manejo da UC (12p x 12 dias)	unidade	7,000.00	7,000.00	01			7,000.00	
II.6- Curso de treinamento p/ fiscalização(15p x12 dias)	unidade	7,000.00	7,000.00	01		7,000.00		
II.7- Curso de condutores de visitantes (90p x 8 dias)	unidade	10,000.00	10,000.00	01	10,000.00			
II.8- Curso de educação ambiental (40p x 12 dias)	unidade	10,000.00	10,000.00	01	10,000.00			
II.9- Curso de usos alternativos de plantas do Cerrado (40 p x 6 dias)	unidade	7,000.00	7,000.00		7,000.00			
II.9- Fazer aceiros	Km	300,00	10,500.00	35	10,500.00			
II.10- Realizar estudos para placas de sinalização	serviço	3,000.00	3,000.00	01	3,000.00			
II.11- Realizar estudos de impacto de trilhas e abertura novas trilhas	serviço	10,000.00	10,000.00	01	10,000.00			
II.12- Realizar estudos de capacidade de suporte das áreas de visitação	serviço	10,000.00	10,000.00	01	10,000.00			
II.13- Verificar condições e colocar painéis solares no posto do Bico do Gavião	serviço	3,000.00	3,000.00	01	3,000.00			
II.14- Serviço de vigilância e conservação	H/mês	1,500.00	18,000.00	12	4,500.00	4,500.00	4,500.00	4,500.00
SUB-TOTAL			109,958.00		73,404.00	12,050.00	19,454.00	5,050.00
III- OBRAS								
III.1- Construir abrigo estação meteorológica	serviço	1,900.00	1,900.00	01	1,900.00			
III.2- Construir guarita no Centro de Visitantes	metro ²	400,00	24,000.00	60	24,000.00			
III.3- Construir estacionamento área de uso	metro ²	200,00	3,000.00	150				3,000.00

ÍTEM/ DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (US\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (US\$ 1,00)	QUANTIDADE TOTAL	ANO I		ANO II	
					1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM
administrativo								
III.4- Construir posto de fiscalização da Mutuca	metro ²	400.00	16,800.00	42	16,800.00			
III.5- Construir oficina/ garagem e almoxarifado	metro ²	300.00	39,000.00	130	39,000.00			
III.6- Construir guarda-corpo para mirantes Rio Preto	metro	200.00	9,600.00	48	9,600.00			
III.7- Construir Posto do Pouso Alto	metro ²	400.00	16,800.00	42	16,800.00			
III.8- Construir casa da chefia da UC	metro ²	400.00	72,000.00	180	72,000.00			
III.9- Construir cercas da UC	metros	200.00	7,000.00	35	7,000.00			
III.10- Construir poço artesiano c/caixa d'água p/3.000l	unidade	15,500.00	15,500.00	01	15,500.00			
III.11- Contratar empresa p/ forrar um comodo da edificação que será a sede.	metro ²	9.8	117.60	12	117.60			
SUB-TOTAL			205,717.60		202,717.60			3,000.00
IV- MATERIAL DE CONSUMO								
IV.1- Adquirir peças de manutenção de veículos Toyota e Peugeot	km	0.08	10,413.52	130.044	5,413.52	5,000.00		
IV.2- Adquirir peças de manutenção de geradores	hora	0.06	301.40	5.040	150.00	151.40		
IV.3- Adquirir óleo lubrificante p/ geradores estacionários e portátil	litros	3.30	3,009.60	912	1,504.80	1,504.80		
IV.4- Adquirir óleo diesel	litros	0.30	7,200.00	24.000	3,600.00	3,600.00		
IV.5- Adquirir ração para semovente	sacas	15.00	700.00	60	350.00		350.00	
IV.6- Adquirir milho para semovente	sacas	10.00	200.00	40	100.00		100.00	
IV.7- Adquirir sal mineral p/semoventes	sacas	12.00	192.00	16	96.00		96.00	
IV.8- Adquirir sal grosso p/semoventes	sacas	10.00	80.00	08	40.00		40.00	
IV.9- Material de expediente	diversos	500.00	1,500.00	03	1,000.00		500.00	
IV.10- Material de limpeza	kit	100.00	1,200.00	12	600.00	400.00	200.00	
IV.11- Uniforme	conjunto	450.00	4500.00	10	4,500.00			
IV.12- Filmes fotográficos c/ revelação	unidade	10.00	300.00	30	150.00	150.00		
IV.13- Filmes para slides c/ revelação	unidade	12.00	240.00	10	120.00	60.00		60.00
IV.14- Adquirir fitchart	unidade	56.00	56.00	01	56.00			
IV.15- Adquirir munição p/ armas	caixa	35.00	70.00	02	35.00		35.00	
IV.16- Suprimento de fundo	unidade	700.00	2,800.00	04	700.00	700.00	700.00	700.00

ÍTEM/ DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (US\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (US\$ 1,00)	QUANTIDADE TOTAL	ANO I		ANO II	
					1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM
IV. 17- Medicamentos de primeiros socorros	conjunto	100.00	600.00	06	600,00		100,00	
IV. 18- Material de mesa p/ Posto Baleia, Mutuca e Bico do Gavião	conjunto	150.00	450.00	03	450.00			
IV. 19- Material de cozinha p/ Posto Baleia, Mutuca e Bico do Gavião	conjunto	220.00	660.00	03	660.00			
IV. 20- Material de cama p/ Posto Baleia, Mutuca e Bico do Gavião	conjunto	1,400.00	4,200.00	03	4,200.00			
IV. 21- Adquirir disquetes p/ computador	caixa	20.00	120.00	06	120.00			
IV. 22- Adquirir papel p/ impressora	caixa	50.00	500.00	10	250.00		250.00	
IV. 23- Adquirir fita p/ vídeo	unidade	5.00	50.00	10	50.00			
IV. 24- Adquirir peças e pneus p/ Toyota	unidade	120.00	8,800.32	08	8,800.32			
IV. 25- Adquirir material didático para os cursos	diversos	500.00	4,000.00	08	2,000.00	2,000.00		
SUB-TOTAL			53,442.84		35,545.32	13,566.20	2,371.00	760.00
V- MATERIAL PERMANENTE								
V.1- Adquirir semovente	unidade	300.00	2,400.00	08	2,400.00			
V.2- Adquirir "kit" mobiliário para postos fiscalização	unidade	4,100.00	12,300.00	03	12,300.00			
V.3- Adquirir "kit" escritório	unidade	2,710.00	2,710.00	01	2,710.00			
V.4- Adquirir máquina de escrever p/escritório	unidade	350.00	350.00	01	350.00			
V.5- Adquirir "kit" combate a incêndios	unidade	1,740.00	1,740.00	01			1,740.00	
V.6- Adquirir "kit" mobiliário para a guarita	unidade	1,600.00	1,600.00	01	1,600.00			
V.7- Balcão de recepção para o Centro de Visitantes	unidade	2,000.00	2,000.00	01	2,000.00			
V.8- Adquirir equipamentos de informática	conjunto	3,750.00	3,750.00	01	3,750.00			
V.9- Adquirir conjunto de (4) painéis solares para Postos da Baleia e da Mutuca	unidade	6,640.00	13,280.00	02	13,280.00			
V.10 Adquirir "kit" ferramenta para oficina	unidade	500.00	500.00	01	500.00			
V.11- Adquirir tanque/ reboque combustível aeronáutico	unidade	8,000.00	8,000.00	01	8,000.00			
V.12- Adquirir veículos 4x4	unidade	35,000.00	105,000.00	03	105,000.00			
V.13- Adquirir moto-bomba	unidade	4,117.00	4,117.00	01	4,117.00			
V.14- Equipamento para seleção de ingresso de visitantes CV (borboleta)	unidade	2,500.00	7,500.00	03	7,500.00			

ÍTEM/ DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (US\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (US\$ 1,00)	QUANTIDADE TOTAL	ANO I		ANO II	
					1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM
V.15- Adquirir máquina registradora p/ CV	unidade	4.000,00	4.000,00	01	4.000,00			
V.16- Adquirir estação fixa de rádio p/ sede	unidade	6.500,00	6.500,00	01	6.500,00			
V.17- Rádio transmissor-receptor fixo p/ sede, Postos da Mutuca, Bico do Gavião	unidade	4.500,00	13.500,00	03	13.500,00			
V.18- Rádio- transmissor- receptor móvel	unidade	3.500,00	14.000,00	04	14.000,00			
V.19- Rádio- transmissor- receptor portátil	unidade	1.000,00	10.000,00	10	10.000,00			
V.20- Adquirir painéis fotográficos	unidade	250,00	2.500,00	10	2.500,00			
V.21- Lixeiras	unidade	50,00	500,00	10	500,00			
V.22- Adquirir mesas p/ computador e impressora com cadeiras	conjunto	300,00	600,00		600,00			
V.23- Adquirir aparelho de ar condicionado	unidade	850,00	850,00	01	850,00			
SUB-TOTAL			217.697,00		215.957,00		1.740,00	
VI- DIÁRIAS								
VI.1- Diárias de campo	unidade	30,00	4.500,00	30	3.000,00	750,00	750,00	
VI.2- Gestão do PAE	unidade	50,00	2.000,00	40	1.000,00	500,00	250,00	250,00
VI.3- Diárias p/ Brasília	unidade	50,00	2.000,00	40	500,00	500,00	500,00	500,00
VI.4- Diárias p/ Goiânia-	unidade	50,00	2.000,00	40	500,00	500,00	500,00	500,00
SUB-TOTAL			10.500,00		5.000,00	2.250,00	2.000,00	1.250,00
VII- PASSAGENS								
VII.1- Passagem P/ Goiânia	unidade	15,00	360,00	24	90,00	90,00	90,00	90,00
VII.2- Passagem p/ Brasília		7,00	168,00	24	42,00	42,00	42,00	42,00
SUB-TOTAL			528,00		132,00	132,00	132,00	132,00

CONSOLIDAÇÃO DE CUSTOS

ÍTEM/DISCRIMINAÇÃO	ANO I		ANO II		TOTAL
	1ºSEM	2ºSEM	1ºSEM	2ºSEM	
I- SERVIÇOS DE TERCEIROS P/JURÍDICA	179,210.56	18,500.00	9,000.00	8,000.00	214,710.56
II- SERVIÇOS DE TERCEIROS P/FÍSICA	73,404.00	12,050.00	19,454.00	5,050.00	109,958.00
III- OBRAS	204,717.60			3,000.00	205,717.60
IV- MATERIAL DE CONSUMO	35,545.32	13,566.20	2,371.00	760.00	53,442.84
V- MATERIAL PERMANENTE	215,957.00		1,740.00		217,697.00
VI- DIÁRIAS	5,000.00	2,250.00	2,000.00	1,250.00	10,500.00
VII- PASSAGENS	132.00	132.00	132.00	132.00	528.00
TOTAL	713,966.48	46,498.20	34,697.00	18,192.00	800,753.68

110

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALHO, C. J. R.; Distribuição da fauna num gradiente de recursos em mosaico. In: Cerrado: Caracterização, ocupação e perspectivas. Pinto, M. N. (Org.). Brasília; Editora UnB, 1991. 657p.
- ALVES, Maria Salete, CARNEIRO, Celso Lopes, GORGONIO, Antonio de Souza et al. Mapeamento da organização do espaço do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e seu entorno: alterações antrópicas. Brasília: IBAMA. Centro de Sensoriamento Remoto, 1990. 1 v. Anexo 1: Relatório fotográfico.
- AMADO, Jorge. O cavaleiro da esperança; a vida de Luiz Carlos Prestes. 30.ed. Rio de Janeiro; Record, 1983. 1 v.
- BAIOCCHI, Mari de Nazaré. Relatório Técnico para demarcação do sítio histórico Kalunga. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1990. 20 f.
- _____. Kalunga: liberdade e cidadania. Revista do ICNL. 4(2): p 219-223, jul/dez 1984.
- BARBOSA, Altair S. A população indígena de Goiás (Idéias para uma História). Flash, Goiânia. Informativo da Universidade Católica de Goiás, Abril/92.
- BOSCO, Silvânia dal. Vale da Lua: o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em Goiás, tem corredeiras de água cristalina e formações que lembram a superfície lunar. Veja, São Paulo, A. 27, n. 49, p. 102, dez., 1994.
- BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Gestão Ambiental: instrumentos e práticas. Brasília: IBAMA, 1994, 175 p.
- BRASIL Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. (s.n.t.)p 41-56.
- _____. Decreto nº99.279, de 06 de junho de 1990. Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação as terras delimitadas na área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, n.109, p.10893, 06 junho 1990. Seção I.
- _____. Ministério de Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Folha SD. 23 Brasília, geologia, geomorfologia, vegetação. Rio de Janeiro, 1982. il. P.470- 476.
- CASTRO, Rodrigo Soares de. Perfil ecológico humano de um agro-ecossistema tradicional do Cerrado- região chapada dos Veadeiros- GO. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. 95 p. il. Dissertação (Mestrado em Ecologia).
- CHARITY, Sandra. Inventário da oferta turística da região do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; relatório final, apoio OB09. [Goiás]: WWF/ Grupo Nativa, [1995]. 63 p. il.
- CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 13, de 6 de dezembro de 1990. Regulamenta as atividades no Entorno das unidades de conservação.

Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, n. 248, p. 25.541, 28 dez 1990. Seção I.

DIAS, Inês de Fátima O. Efeitos da queimada no regime térmico do solo e na produção primária de um campo limpo de cerrado. Brasília : Universidade de Brasília, 1994. 69 p. il. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Bibliografia p. 62- 69.

EITEN, George. Vegetação do cerrado. In: Cerrado: Caracterização, ocupação e perspectivas. Pinto, M. N. (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 657 p. il.

FERREIRA, Lourdes Maria, GALANTE, Maria Luiza V. Relatório de viagem ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Brasília: IBDF, 1986. 17 p.

FIBGE. Censos Econômicos de 1980 / 1990

_____ Censo Demográfico: dados distritais - Goiás / Fundação Instituto de Geografia e Estatística. - Rio de Janeiro: IBGE, 1982. Nº 23. Goiás

_____ Censo Demográfico 1991 - resultados do universo relativo às características da população e aos domicílios - Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Nº 27. Goiás.

GALANTE, Maria Luiza V., PAES Maria Luiza N., CORREA, José E. et al. Orientações Básicas ao Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Brasília: IBAMA, novembro de 1991. 37 p.

GUIA RODOVIÁRIO QUATRO RODAS. São Paulo: Ed. Abril, 1993. 106 p.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Unidades de Conservação do Brasil. Brasília: parques nacionais e reservas biológicas. Brasília: IBAMA, 1989. 192 p.

LIMA E SILVA, Verônica F., UDRY, M. Consolación e SILVA, Hélio A. A Chapada dos Veadeiros no marco teórico do desenvolvimento sustentável. Alto Paraíso [de Goiás]. ITDS- WWF- CNPT/ IBAMA- PNUD. Projeto BRA 92- 043. 1994.

MELLO LEITÃO, Manuel. Zoogeografia do Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. Série 5, v. 77. Cia. ED. Nacional. 1937.

NASCIMENTO, Itaboraí V. Elementos para uma reconstituição climática no Planto Central do Brasil. Revista Contribuições. Goiânia. Inst. Trópico Subúmido. Universidade Católica de Goiás, set. 1992.

PAES, Maria Luiza N., NOBRE, Ismael. I Curso de Condutores de Visitantes para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Brasília: Doc. IBAMA, novembro de 1991. 10 p.

ORTENCIO, Waldomiro B. Medicina popular do Centro- Oeste. Brasília: Thesaurus, 1994. 376 p.

- PINTO, M. N. (org.). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990. 657 p. il. 1 mapa.
- _____. Residuais de Aplainamentos na Chapada dos Veadeiros -Goiás. Revista Brasileira Geográfica, Rio de Janeiro 48 (2) 187-197, abr/jun., 1986.
- Projeto Alto Paraíso: turismo, cooperativismo, ação social, minérios, fim do êxodo rural [s.n.t.]. 8 f. (xerox).
- Proposta para criação da Reserva da Biosfera do Cerrado, Distrito Federal (fase 1). Brasília: Governo do Distrito Federal, [s. d.]. 85 p. 1 mapa. Anexos, II e IV. Bibliografia p. 64- 80.
- Reserva da Biosfera do Cerrado: fase 1. [s.n.t.]. 4 p. (xerox).
- RIBEIRO, José Felipe (Coord.). Levantamento da biodiversidade do Bioma Cerrado: um estudo para promover sua conservação em Alto Paraíso de Goiás- GO; relatório Técnico final. [Brasília]: WWF, [1995]. 1v. il. inclui bibliografia.
- Roteiro Metodológico para a Elaboração de Planos de Ação Emergencial das Unidades de Conservação de Uso Indireto. Brasília: IBAMA, 1994. 2ª versão. Jul. 1994
- SAINT-HILAIRE, Pierre Auguste. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz. Rio de Janeiro: Ed. Brasileira, 1847. v.1. ('S(érie 5. Biblioteca Pedagógica Brasileira, v. 68).
- SILVEIRA, Alex R. M. Vila de São Jorge e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o impacto cultural de um projeto ecológico. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. Dissertação (Bacharel em Ciências Sociais- Antropologia).
- SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS- PREVFOGO [e suas atividades]. Brasília: IBAMA, 1994. 8 p.
- _____. Termos usuais relativos aos incêndios florestais. Brasília: IBAMA, 1994. 8 p.
- TURCATO, Márcia. A nação solitária: isolados no interior de Goiás, os negros calungas resistem como um dos maiores grupos remanescentes dos quilombos brasileiros. Os Caminhos da Terra, São Paulo. A.4, n.3, p. 56- 63, edição 35, mar., 1995.
- VELOSO, Henrique P., GÓES FILHO, Luiz. Fitogeografia brasileira; classificação fisionômico- ecológica da vegetação neotropical. Salvador: Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL, 1982. 85 p. il. (B. tec. Projeto RADAMBRASIL. Série Vegetação).
- YAMASHITA, Carlos, VALLE, Mauro de Paula. Ocorrências de duas aves raras no Brasil Central: *Mergus octocetaceus* e *Tigrisoma fasciatum fasciatum*. Ararajuba. São Paulo, p. 107- 109, 1990. Bibliografia p. 109.

ANEXO 1
DELIMITAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS
VEADEIROS

O perímetro é descrito conforme o último Decreto de delimitação com sendo o seguinte:

Norte: Partindo do Marco M-22 de coordenadas geográficas 12°53'38,563" S e 47°37'18,032" Wgr., localizado na encosta da Serra de Santana, segue pela referida encosta, passando por vários marcos, com as seguintes coordenadas geográficas: M-23- 13°53'32,527" S e 47°36'48,757" Wgr.; M-24- 13°54'39,939" S e 47°36'28,196" Wgr. e M-25- 13°57'15,665" S e 47°37'19,177" Wgr.; daí, prosseguindo pela encosta com azimute médio e distância aproximada de 163°05'32" e 601,98 metros, até o ponto 195-A, de coordenadas geográficas 13°57'34,453" S e 47°37'13,569" Wgr., localizado na margem esquerda de um córrego sem denominação; daí, segue por este a jusante, até a sua foz no Ribeirão Montes Claros; daí, segue uma linha reta, com azimute médio e distância aproximada de 51°23'10" e 3.386,48 metros, até o marco M-26, de coordenadas geográficas 13°56'26,001" S e 47°35'15,129" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância aproximada de 42°43'03" e 4.742,22 metros, até o Marco M-27, de coordenadas geográficas 13°54'33,826" S e 47°33'26,835" Wgr., localizado na encosta da Serra de Santana; daí, segue pela referida encosta, até o Marco M-28, de coordenadas geográficas 13°53'17,735" S e 47°31'45,065" Wgr.; daí, prosseguindo pela encosta, até o ponto 147-A, de coordenadas geográficas 13°53'11,423" S e 47°31'40,946" Wgr., localizado na margem esquerda do córrego São Domingos; daí, segue por este, a montante, até o Marco M-29, de coordenadas geográficas 13°53'20,310" S e 47°30'47,981" Wgr., localizado na margem direita; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 108°56'13,9" e 1.667,88 metros, até o Marco M-29/0, de coordenadas geográficas 13°53'38,449" S e 47°29'55,665" Wgr.; daí segue por uma linha reta com azimute médio e distância de 107°28'37,5" e 1.906,56 metros, até o Marco M-29/1, de coordenadas geográficas 13°53'57,685" S e 47°28'55,300" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 107°28'11,6" e 2.382,97 metros, até o Marco M-29/2, de coordenadas geográficas 13°54'21,724" S e 47°27'39,906" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 107°28'05" e 2.126,00 metros, até o Marco M-29/3, de coordenadas geográficas 13°54'43,153" S e 47°26'32,598" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 107°28'02,5" e 2.544,58 metros, até o Marco M-30, de coordenadas geográficas 13°55'08,804" S e 47°25'12,054" Wgr., localizado no bordo esquerdo da Rodovia que liga Alto Paraíso de Goiás a Teresina.

Leste: Do marco antes descrito, segue pelo citado bordo da rodovia, sentido Alto Paraíso de Goiás, passando por vários marcos com as seguintes coordenadas geográficas: M-30/0- 13°55'37,281" S e 47°25'56,648" Wgr.; M-30/1- 13°56'10,666" S e 47°26'40,800" Wgr.; M-30/2- 13°57'05,718" S e 47°27'34,909" Wgr.; M-30/3- 13°57'41,434" S e 47°28'30,848" Wgr.; M-30/4- 13°58'18,920" S e 47°29'20,303" Wgr.; M-30/5- 13°58'39,376" S e 47°30'06,820" Wgr.; M30/6- 13°59'32,006" S e 47°30'46,302" Wgr.; M-30/7- 14°00'22,287" S e 47°31'23,550" Wgr.; M-30/8- 14°01'28,021" S e 47°31'42,738" Wgr.; M-30/9- 14°02'28,586" S e 47°31'38,847" Wgr.; e M-01- 14°03'03,859" S e 47°30'45,310" Wgr., localizado na margem direita do Rio dos Couros; daí, segue por este, a jusante, até o Marco M-02, de coordenadas geográficas 14°09'24,663" S e 47°35'37,178" Wgr.

Sul: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 299°06'33" e 2.377,79 metros, até o Marco M-03, de coordenadas geográficas

14°08'46,290" S e 47°36'46,011" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio das Cobras; daí, segue por este a montante, até o Marco M-04, de coordenadas geográficas 14°07'11,622" S e 47°35'11,276 Wgr., localizado na margem direita; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 271°25'24" e 1.749,69 metros, até o Marco M-04/1, de coordenadas geográficas 14°07'09,571" S e 47°36'09,580" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 271°26'40" e 1.938,69 metros, até o Marco M-05, de coordenadas geográficas 14°07'07,283" S e 47°37'14,103" Wgr., localizado na confluência dos Córregos Mulungu e Capão do Boi; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 271°26'54" e 1.734,04 metros, até o Marco M-05/1, de coordenadas geográficas 14°07'05,223" S e 47°38'11,874" Wgr.; daí segue por uma linha reta com azimute médio e distância de 271°26'50" e 930.85 metros, até o Marco M-06, de coordenadas geográficas 14°07'04,126" S e 47°38'42,849" Wgr., localizado na encosta do Morro do Ferro de Engomar; daí segue pela referida encosta, até o Marco M-07, de coordenadas geográficas 14°08'02,774" S e 47°40'25,955" Wgr., localizado no bordo da Estrada Municipal que liga Alto Paraíso de Goiás e Colinas; daí segue pelo citado bordo da estrada, sentido Colinas, passando por vários marcos, com as seguintes coordenadas geográficas: M-07/1- 14°07'44,352" S e 47°41'33,033" Wgr.; M-07/2- 14°08'11,948" S e 47°43'08,013" Wgr.; M-07/3- 14°08'00,065" S e 47°43'46,923" Wgr.; M-07/4- 14°08'54,196" S e 47°44'52,323" Wgr.; M-07/5- 14°09'06,248" S e 47°45'48,454" Wgr.; M-07/8- 14°09'28,020" S e 47°46'12,655" Wgr.; e M-07/6- 14°09'50,098" S e 47°47'10,311" Wgr.; daí segue por linha reta, com azimute médio de 170°06'11" e 301,40 metros, até o Marco M-07/7, de coordenadas geográficas 14°09'59,777" S e 47°47'08,709" Wgr., localizado na margem de um córrego sem denominação; daí, segue por este, a montante, até a foz de outro córrego sem denominação; daí segue por este, a montante, até o Marco M-08, de coordenadas geográficas 14°09'57,765" S e 47°47'29,652" Wgr., localizado no bordo da Estrada Municipal; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 258°35'50" e 4.288,46 metros, até o Marco M-09, de coordenadas geográficas 14°10'23,683" S e 47°49'50,065" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 290°03'41" e 928,38 metros, até o Marco M-09/1, de coordenadas geográficas 14°10'12,983" S e 47°50'18,997" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute médio e distância de 267°47'30" e 2.550,84 metros, até o Marco M-10, de coordenadas geográficas 14°10'15,167" S e 47°51'43,928" Wgr., localizado na margem direita do Rio Preto; daí, segue por este, a jusante, até o Marco M-11, de coordenadas geográficas 14°09'56,326" S e 47°53'51,220" Wgr., localizado na margem direita.

Oeste: Do marco anterior descrito, segue pela encosta da Serra Santana, passando por vários marcos, com as seguintes coordenadas geográficas: M-12- 14°07'46,698" S e 47°51'25,083" Wgr.; M-13- 14°06'28,061" S e 47°50'28,915" Wgr.; M-14- 14°03'59,916" S e 47°47'48,229" Wgr.; M-16- 14°02'33,707" S e 47°44'59,953" Wgr.; M-19- 13°59'59,062" S e 47°41'14,990" Wgr.; M-20- 13°58'18,395" S e 47°40'55,442" Wgr.; M-21- 13°57'08,169" S e 47°40'05,279" Wgr.; e M-22-, início da descrição deste perímetro.

ANEXO 2
APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO
ENTORNO AO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS
VEADEIROS

QUADRO N° 1: Unidades de Conservação do entorno à UC- Bioma Cerrado

UNIDADES	LOCALIZAÇÃO	AREA (ha)	RESPONSÁVEL
PARQUE			
Nacional Grande Sertão Veredas	MG	84.000	IBAMA
Nacional da Emas	GO	131.868	IBAMA
Nacional de Brasília*	DF	28.000	IBAMA
Estadual da Serra de Caldas Novas	GO	12.315	FEMAGO
Ecológico Norte	DF	256	SEMATEC
AREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL			
Bacia do Descoberto*	DF	39.100	IBAMA
Bacia do São Bartolomeu*	DF	84.100	IBAMA
das Bacias Gama e Cabeça do Veado	DF	26.000	SEMATEC
Cafuringa*	DF	30.000	SEMATEC
do Lago Paranoá	DF	16.000	SEMATEC
ARIE- SANTUÁRIO DE VIDA SILVESTRE			
do Riacho Fundo*	DF	553	SEMATEC
do Paranoá Sul	DF	144	SEMATEC
Taguatinga/Cortado	DF	210	SEMATEC
Capetinga-Taquara; Fazenda Experimental	DF	2.100	IBAMA/UnB
Água Limpa; Estação Ecológica da UnB*			
ESTAÇÃO ECOLÓGICA			
de Pirapitinga	DF	1.090	IBAMA
de Águas Emendadas*	DF	10.547	SEMATEC
RESERVA ECOLÓGICA			
do Gama	DF	136	SEMATEC
do Guará	DF	147	SEMATEC
do Jardim Botânico*	DF	4.000	FZDF
do IBGE*	DF	1.263	IBGE
RESERVA DA BIOSFERA			
Todas as unidades acima com asterisco			

Fonte: IBAMA/SEMATEC/ FEMAGO/ UnB.

* Há uma proposta junto ao Congresso para a criação de uma Reserva Extrativista de Flores do Cerrado.

ANEXO 3
APRESENTAÇÃO DA LISTAGEM PRELIMINAR DAS AVES DO
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

LISTA PRELIMINAR DAS AVES DO
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Março - 1989

Em expedição realizada em março de 1989, ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, os Biólogos do Centro de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres/CEMAVE- IBAMA, *Paulo de Tarso Zuquim Antas, João Luiz Xavier do Nascimento e Inês de Lima Serrano do Nascimento*, observaram a avifauna local com o auxílio de binóculos e luneta, identificando-as à nível de espécie, e quando necessário, com o uso de Guias de Campo. As aves registradas encontram-se listadas à seguir, observando a ordem sistemática de classificação, das famílias as quais pertencem.

Espécie	Nome popular
TINAMIDAE	
<i>Crypturellus undulatus</i>	<i>javá do mato</i>
<i>Crypturellus parvirotris</i>	<i>inhambú</i>
CATHARTIDAE	
<i>Cathartes aura</i>	<i>urubú de cabeça vermelha</i>
<i>Coragyps atratus</i>	<i>urubú</i>
<i>Polyborus plancus</i>	
<i>Sarcorampus papa</i>	<i>urubú-rei</i>
FALCONIDAE	
<i>Herpethotes cachinans</i>	<i>acauã</i>
<i>Buteo albicaudatus</i>	
<i>Buteo magnirostris</i>	
<i>Leucopternis albicollis</i>	
<i>Falco sparverius</i>	<i>gavião quiri-quiri</i>
RALLIDAE	
<i>Aramides cajanea</i>	<i>saracuara</i>
CARIAMIDAE	
<i>Cariama cristata</i>	<i>seriema</i>
COLUMBIDAE	
<i>Columba picazuro</i>	<i>pomba asa branca</i>
<i>Columba speciosa</i>	<i>pomba divina</i>
<i>Columbina talpacoti</i>	<i>sangue de boi</i>
<i>Scardafella squamata</i>	<i>fogo-apagou</i>
<i>Leptotilla rufaxilla</i>	<i>jurití</i>
PSITACIDAE	
<i>Aratinga leucophthalmus</i>	<i>curica</i>
<i>Aratinga aurea</i>	<i>periquito estrela</i>
<i>Ara ararauna</i>	

<i>Brotogeris versicolorus</i>	<i>periquito verde</i>
CUCULIDAE	
<i>Coccyzus melacoryphus</i>	<i>papa-largata</i>
<i>Piaya cayana</i>	<i>alma de gato</i>
<i>Tapera naevia</i>	<i>saci</i>
<i>Crotophaga ani</i>	<i>anú preto</i>
<i>Guira guira</i>	<i>anú branco</i>
CAPRIMULGIDAE	
<i>Athene cucularia</i>	
<i>Nicyidromus albicollis</i>	
APODIDAE	
<i>Streptoprocne zonaris</i>	<i>andorinhão</i>
TROCHILIDAE	
<i>Phaethornis ruber</i>	<i>beija-flor</i>
<i>Thalurania furcata</i>	<i>beija-flor</i>
GALBULIDAE	
<i>Galbula ruficalda</i>	
BUCONIDAE	
<i>Nystalus chacuru</i>	<i>joão-bôbo</i>
<i>Monasa nigrifrons</i>	<i>bico-de-brasa</i>
RAMPHASTIDAE	
<i>Ramphastos toco</i>	<i>tucanucú</i>
<i>Ramphastos culminatus</i>	<i>tucano de bico preto</i>
PICIDAE	
<i>Campephilus melanoleucus</i>	<i>picapau da cabeça vermelha</i>
<i>Colaptes Campestris</i>	
<i>Chrysoptilus melanochloros</i>	<i>picapau do cerrado</i>
<i>Leucornerpes candidus</i>	<i>birro ou picapau branco</i>
<i>Veniliornis passerinus</i>	<i>picapau pequeno</i>
<i>Picumnus minutissimus</i>	<i>picapauzinho</i>
DENDROCOLAPTIDAE	
<i>Sittasomus griseicapilus</i>	<i>picapau cata-barata</i>
<i>Lepidocolaptes fuscus</i>	<i>arapacú</i>
FURNARIDAE	
<i>Furnarius rufus</i>	<i>joão de barro</i>
<i>Xenops rutilans</i>	<i>arapaçu pequeno</i>
FORMICARIDAE	
<i>Herpsilochmus longirostris</i>	
<i>Thamnophilus sp</i>	

COTINGIDAE

Pitypsaris rufus bico grosso
Tityra sp araponguinha

TYRANIDAE

Tyrannus savana
Colonia colonus viuvinha rabilonga
Myiozetetes similis bentivi pequeno
Tyrannus melacholicus siriri
Megarhynchus pitangua bentivi de bico-chato
Pitangus sulphuratus bentivi
Elaenia Flavogaster papa mosca
Syristes sibilator papa mosca

HIRUNDINIDAE

Notiochelidon cyanoleuca andorinha
Alopochelidon fucata andorinha

CORVIDAE

Cyanocorax cyanopogon cá-cá

TROGLODYTIDAE

Thryothorus leucotis garrinchão
Thryothorus genibarbis garrinchão
Troglodytes aedon cambaxirra

MIMIDAE

Mimus saturninus sabiá do campo

TURDIDAE

Turdus rufiventris sabiá laranjeira
Turdus lrucometas sabiá pardo

ICTERIDAE

Gnorimospar chopi
Icterus icterus

PARULIDAE

Basileuterus flaveolus mariquita
Basileuterus hypoleucus mariquita

COEREBIDAE

Dacnis cayana
Tersina viridis

THRAUPIDAE

Euphonia chlorotica gaturano
Thaupis sayaca sanhaço azul
Eucometis penicillata sanhaço amarelo mata

FRINGILLIDAE

Saltador maximus
Volatina jacarina
Sporophila sp.

trica ferro
tizú

PLOCEIDAE
Passer domesticus

pardal

ANEXO 4
APRESENTAÇÃO DO SEMINÁRIO PARTICIPATIVO DO PARQUE
NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

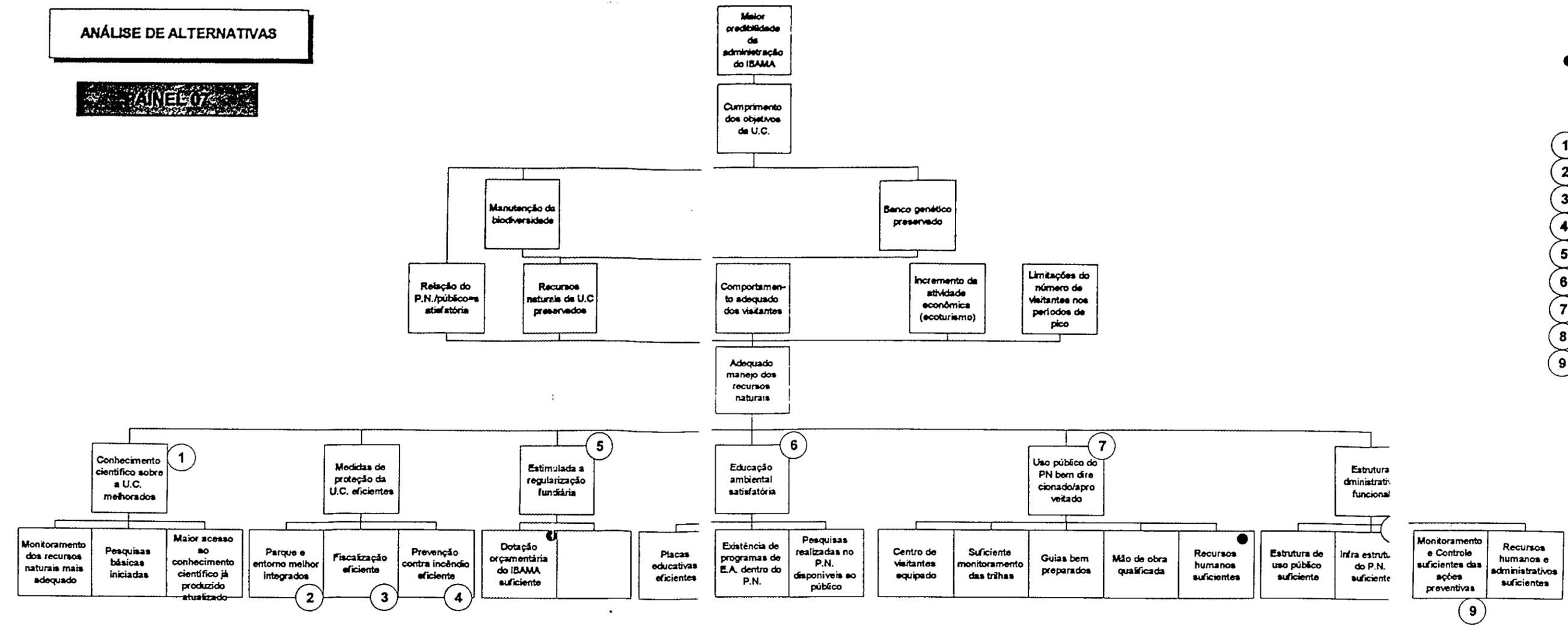
ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

ANEXO 7

● Objetivos fora da governabilidade do plano

ENFOQUES TOMADOS COMO ALTERNATIVAS

- 1 R1. Pesquisa científica
- 2 R2. Integração Parque-entorno
- 3 R3. Proteção da Unidade
- 4 R4. Prevenção e combate de incêndios na Unidade
- 5 R5. Regularização fundiária
- 6 R6. Educação ambiental
- 7 R7. Uso público da Unidade
- 8 R8. Estrutura administrativa da Unidade
- 9 R9. Monitoramento e Controle das ações



IPAMENBILIS

MATRIZ DE PLANEJAMENTO

128

DESCRIÇÃO SUMÁRIA	INDICADORES	FONTES	PRESSUPOSTOS
OS OBJETIVOS DA UC CUMPRIDOS SATISFATORIAMENTE			
OP. RECURSOS NATURAIS DA UC MANEJADOS ADEQUADAMENTE			-disposição favorável para a execução do PAE por parte da cúpula do IBAMA
R1- MELHORIA DOS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ALCANÇADA	-conhecimentos já produzidos coletados, iniciados e sistematizados em 12/95 - levantamento da vegetação, fauna e flora iniciados em 95	-relatórios de pesquisa disponíveis na UC	
R2- PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS EFETIVAMENTE INTEGRADO COM O ENTORNO	-diminuição do nº de ocorrências de atividades predatórias dentro do parque nacional CV/ano entre o início e o final do PAE - redução do nº de ocorrências de garimpo e roças/ano entre o início e o final do PAE - Redução do n. de ocorrências de incêndio no P.N.C.V por ano em 25% entre o início e o final do PAE -Redução do n. de ocorrências de invasão de gado/ano entre o início e o final do PAE	-ocorrências da Polícia e IBAMA	-situação eficiente dos órgãos competentes - criação da Unidade de Conservação de Pouso Alto - reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros implementada
R3-FISCALIZAÇÃO DA UC INCREMENTADA E EXECUTADA COM EFICIÊNCIA	- Redução em 50% ao final do 2. ano dos autos de infração com base nos dados do 1. ano	-Relatórios de autos de infração da PM F/O - GO IBAMA	
R4-PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS NA UC INCREMENTADA E EXECUTADA COM EFICIÊNCIA	-Redução da área queimada em 25% até o 2. semestre ano, tendo como base se o 1. ano	- Relatório do P.N.C.V	

R5-MEDIDAS DE INCENTIVO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA IMPLANTADAS		-Estímulos a regularização fundiária da UC promovidos até o final do 2º ano	- SUPES-GO/DEUC/DIGER e DICRI	
R6-PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLANTADO SATISFATORIAMENTE				
R7-USO PÚBLICO DO PARQUE NACIONAL APROVEITADO E DIRECIONADO				
R8-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO P.N.C.V. IMPLANTADA				
R9-MONITORAMENTO E CONTROLE DAS AÇÕES PREVENTIVAS NO PAE DEVIDAMENTE REALIZADOS				
A1.1- acompanhar a evolução dos processos naturais	A1.1.1- alojar adequadamente os RIF existentes A1.1.2- estabelecer plano de monitoramento dos Recursos Naturais	-plano de monitoramento dos recursos naturais estabelecido até 12/95 e implementado em 12/96	- relatórios meteorológicos e fichas de registros de dados preenchidas	
A.1.2-Iniciar pesquisas básicas na UC	A.1.2.1- Estabelecer um programa de pesquisas A.1.2.2-Definir alojamento para pesquisadores A.1.2.3-Contatar universidade para desenvolver pesquisas.	-Pesquisadores na UC desenvolvendo levantamentos básicos até dez /95	-Cadastro de pessoas da DIREC	-Estraves burocráticos minimizados
A.1.3-Implantar um banco de dados sobre pesquisas	A.1.3.1-Buscar junto às universidades resultados de pesquisas realizadas na área A.1.3.2-Adquirir um computador	-Computador adquirido até 12/95 e acervo sistematizado e disponível no parque até 12/96	-Catálogo com as pesquisas realizadas	

A.1.4- Acompanhar as pesquisas realizadas na UC	A.1.4.1- Definir 01 técnico para acompanhar as pesquisas na UC A.1.4.2- Capacitar 01 técnico na UC para acompanhar as pesquisas	-Técnico capacitado e disponível para acompanhar pesquisas a partir de 1996	-Boletins de acompanhamento de pesquisas	
--	--	---	--	--

<p>A.2.1-Implementar programa de r.h./comunicação do PARNA respeitando e valorizando as comunidades do entorno</p>	<p>A.2.1.1- Gerar mecanismos que permita a comunidade escolher interlocutores para contato permanente junto ao representante designado pelo IBAMA A.2.1.2-Elaborar boletim informativo do PARNA destinado a população do entorno A.2.1.3-Reforçar e oficializar apoio do IBAMA aos programas sociais e de e.a. em andamento A.2.1.4-Apolar novos programas sociais e de ed.amb.de acordo com interesse e necessidade da população local A.2.1.5-Intensificar a utilização do centro de visitantes A.2.1.6-Realizar pesquisas de opinião pública sobre o P.N.C.V.</p>	<p>-Aumento do índice de satisfação da população do entorno em relação ao P.N.C.V entre o início e o final do PAE</p> <p>-Aumento do número de comunidades atendidas com programa de educação ambiental entre o início e o final do PAE</p>	<p>-Resultado da pesquisa de opinião pública sobre o P.N.C.V</p> <p>-Relatório anuais de trabalho</p>	<p>-Situação fundiária encaminhada</p> <p>-Lei de uso e ocupação do solo regulamentado</p>
---	---	---	---	--

<p>A.2.2-Esclarecer e divulgar a legislação referente ao PARNA e seu entorno</p>	<p>A.2.2.1-Esclarecer hierarquias e competência entre as instituições evoluídas A.2.2.2-Fazer levantamento sistemático das leis existentes A.2.2.3-Informar e divulgar a população do entorno resultados do levantamento A.2.2.4-Promover assessoria jurídica permanente a população entorno relativo as questões ambientais A.2.2.5-Realizar uma pesquisa com questionários sobre o esclarecimento da legislação por parte da população A.2.2.6-Esclarecer e divulgar os limites do P.N.C.V</p>	<p>-Legislação divulgada à partir do 6.mês -Grau de esclarecimento incrementado após 1 ano de divulgação</p>	<p>-Boletim/palestras de esclarecimento -2 questionários: 1 artes da divulgação, 1 após 1 ano de divulgação</p>	<p>-Encaminhamento da elaboração do plano diretor municipal (isto só será pressuposto se não for executado pelo IBAMA ou se não for da responsabilidade do plano).</p>
<p>A.2.3-Fortalecer as entidades locais</p>	<p>A.2.3.1-Capacitar as entidades locais A.2.3.2-Estruturar as organizações internamente A.2.3.3-Apoiar com empréstimos e ou doações de equipamentos as entidades</p>	<p>-Número de cursos de capacitação realizados -Aumento do número entidades regularizadas juridicamente -Aumento do número de contratos/convênios realizados</p>	<p>-Levantamento das entidades -Relatórios de atividade do PAE/PARNA -Contratos de comodato -Relatórios do PARNA</p>	<p>-Cooperação com: SEBRAE, SENAC, SENAR, WWF e outros efetivados -Maior participação das ONG's e OG's em projetos onde haja financiamento disponíveis</p>

<p>A.2.4-Articular com as ONG's locais ações conjuntas para captar recursos a serem aplicados no entorno e OG's</p>	<p>A.2.4.1- Elaborar/implantar projetos visando a proteção dos mananciais A.2.4.2- Elaborar/implantar projetos visando promover atividades econômicas sustentáveis A.2.4.3- Elaborar/implantar projetos visando melhorar saneamento básico e saúde das populações do entorno A.2.4.4- Elaborar/implantar projetos visando a educação ambiental junto a população do entorno A.2.4.5- Articular/implantar projetos visando sensibilização ambiental dos produtores rurais e das comunidades tradicionais do entorno A.2.4.6- Elaborar/implantar projetos visando promover pesquisas prioritárias para a conservação e o desenvolvimento sustentável do entorno A.2.4.7- Apoiar tecnicamente a elaboração e implantação dos projetos</p>	<p>-Projeto implementados a partir de agosto 95</p> <p>- Educação ambiental crianças e adolescentes</p> <p>-Projeto alicerce, cidade da fraternidade, fazenda Bom Espero, associação ecologica Alto Paraiso, amor, projeto GAMA, ASJO,</p> <p>-Sensibilização: Associação calunga, Tele educação esc.rurais ITDS isolados, educ. amb. São Jorge -Guias ACVCV: Cursos reciclagem dos condutores de visitantes do P.N.C.V., Turista Guia Guia Turista -Alternativas econômicas : pesquisas de manejo de fogo e coleta de flores ASFLO, Elaboração banco de dados local de uso sustentável do cerrado, banco de sementes, melhoramento da produção pequenos produtores, autorização de colheita, comércio e transporte flores no entorno</p> <p>- Recuperação e proteção de mononcias: Criação RPPN, saneamento básico São Jorge e água, lavanderia pública São Jorge, e.a.São Jorge, recup.manancial água S.J.</p>	<p>-Levantamento dos projetos</p> <p>-Relatório P.N.C.V</p> <p>-Termos de convênios celebrados.</p> <p>- termos de convênio celebrados</p>	<p>-Maior participação das ONG's e OG's em projetos onde haja financiamento disponível</p> <p>-Implementação do PED</p> <p>-Redução dos conflitos de interesse</p>
---	--	--	--	--

	<p>A.2.4.8-Apoiar institucionalmente a busca de recursos para os projetos A.2.4.9-Promover EIA/RIMA povoado de São Jorge</p>			
<p>A.3.1-Implementar convênio com a PM/FLORESTA-GO, para fiscalização da UC A.3.2 Implantar estrutura de fiscalização da UC</p>	<p>A.3.2.1-Implantar postos de policiamento na UC A.3.2.2-Completar o cercamento da UC A.3.2.3-Adquirir autos e semoventes A.3.2.4-Adquirir aparelhos modernos de rádio transmissão (fixos/móveis) A.3.2.5-Criar vias de acesso facilitado aos limites do parque A.3.2.6-Implantar torres de observação na UC A.3.2.7-Completar o sistema de sinalização da UC A.3.2.8-Realizar estudo da via de circulação interna da UC A.3.2.9-Criar vias de circulação adequadas para controle e vigilância(entorno) A.3.2.10-Coletar, no 1. ano do PAE dados que revelem o No de atos agressivos à UC.</p>	<p>-Convênio implementado, até dezembro de 1995, com a PM/FLORESTAL-GO -Estrutura de fiscalização iniciada a partir de agosto/95 e concluídas até o final do 2. ano</p>	<p>- termos do convênio SUPES - GO IBAMA - relatório SUPES/GO</p>	<p>-Liberação da verba do PNMA em tempo hábil -Liberação da verba do PNMA, em tempo hábil.</p>

<p>A.3.3-Promover a educação ambiental abrangendo todo o entorno</p>	<p>A.3.3.1-Fomentar acordos de cooperação com OG's ou ONG's para apoiar e/recursos humanos na E.A. A.3.3.2-Capacitar e treinar pessoal envolvido com a proteção da UC, na área de E.A.</p>	<p>-Educação ambiental abrangendo todo o entorno a partir de nov./95 até o final do 2. ano</p>	<p>-Relatórios do P.N.C.V.</p>	<p>- Disposição favorável das comunidades do entorno e segmentos organizados.</p>
<p>A.4.1-Construir almoxarifado para guarda de equipamentos de prevenção e combate a incêndio.</p>		<p>-Almoxarifado construído até mar/96</p>	<p>-Relatórios PNCV/SUPES-GO</p>	<p>-Liberação de verba do PNMA</p>
<p>A.4.2-Adquirir equipamentos de prevenção e comb. a incêndio florestal</p>		<p>-Equipamentos de prevenção e combate a incêndio florestal adquiridos a partir de jul/95 até dez/95</p>	<p>-SUPES-GO/PREVFOGO</p>	<p>-Liberação de verba do PNMA</p>
<p>A.4.3-Implantar sistema de comunicação na UC</p>		<p>-Sistema de comunicação implantado na UC a partir de ago/95 até abr/96</p>	<p>-SUPES-GO/PNCV</p>	<p>-Liberação de verba do PNMA</p>
<p>A.4.4-Implantar postos de observação para prev. contra incêndios</p>		<p>-Postos de observação para prev. contra incêndios implantados a partir de ago/95 até ago/96</p>	<p>-SUPES-GO/PNCV</p>	<p>-Liberação de verba do PNMA</p>
<p>A.4.5-Construir instalações para prontidões de bombeiros</p>		<p>-Instalações para prontidões de bombeiros construídas a partir de jul/95 até mar/96</p>	<p>-SUPES-GO/PNCV</p>	<p>-Liberação de verba do PNMA</p>
<p>A.4.6-Construir aceiros na UC (entorno)</p>		<p>-Aceiros na UC construídos a partir de jun/95 até o final do 2. ano</p>	<p>-Relatórios PNCV</p>	<p>-Liberação de verba do PNMA</p>
<p>A.4.7-Colocar placas indicativas na UC e entorno</p>		<p>-Placas indicativas colocadas na UC e entorno a partir de jul/96 até dez/96</p>	<p>-SUPES-GO/PNCV</p>	<p>-Liberação de verba do PNMA</p>
<p>A.4.8-Formar brigada de incêndio com funcionários e parceiros</p>		<p>-Brigadas de incêndio formadas a partir de ago/95 até o final do 2. ano</p>	<p>-PREVFOGO/SUPES-GO/PNCV</p>	<p>-Disposição favorável de comunidade e parceiros</p>
<p>A.4.9-Celebrar convênios com corpo de bombeiros</p>		<p>-Convênios celebrado com o corpo de bombeiros a partir de jan/96 a fev/96</p>	<p>-PREVFOGO/IBAMA</p>	<p>-Liberação de verba do PNMA</p>

<p>A.5.1-Mobilizar DIREC para articulação dos órgãos competentes para reg. fundiária</p>		<p>-DIREC mobilizada a partir de jun/95 até o final do 2. ano</p>	<p>-IBAMA</p>	
<p>A.5.2-Sensibilizar o poder executivo</p>	<p>A.5.2.1- Consientizar a classe política municipal e estadual da necessidade da regularização fundiária A.5.2.2-Gestionar junto ao MMA, inclusão de recursos para região fund. da UC no orçamento A.5.2.3-Sugerir a presidência da rep. através da SEPLAN, crédito suplementar para regularização fundiária</p>	<p>-Poder executivo estimulado a partir de jun/95 até o final do 2. ano</p>	<p>-IBAMA/SUPES-GO</p>	<p>-Disposição favorável do poder executivo</p>
<p>A.5.3-Sensibilizar o poder legislativo federal para aprovar orçamento destinado à região fundiária</p>		<p>-Poder legislativo federal estimulado a aprovar orçamento para região fundiária a partir de jun/95 até final 2. ano</p>	<p>-IBAMA/SUPES-GO</p>	<p>-Disposição favorável do poder legislativo federal</p>
<p>A.5.4-Estimular agilização das ações no poder judiciário</p>	<p>A.5.4.1-Solicitar ao poder judiciário est. a agilização das ações discriminatórias A.5.4.2-Solicitar ao poder judiciário federal agilização das ações de desapropriação</p>	<p>-Poder judiciário estimulado a partir de jun/95 até o final do 2. ano</p>	<p>-IBAMA/SUPES-GO</p>	<p>-Disposição favorável do poder judiciário</p>

<p>A.6.1-Implantar e dar seguimento ao programa de educação ambiental</p>	<p>A.6.1.1-Treinar professores e líderes das comunidades do entorno do parque nacional A.6.1.2-Promover palestras, exposições e debates A.6.1.3-Promover mostras audio visuais A.6.1.4-Promover visitas de alunos da rede escolar ao parque nacional A.6.1.5-Promover atividades específicas em datas comemorativas A.6.1.6-Promover concursos artísticos em temas sobre o PN. A.6.1.7-Realizar a semana do meio ambiente</p>	<p>-Implantado o p.de educação amb. em 2 anos em parceria com AEAP e EMATER, atendendo o entorno</p> <p>-Promovidas 10 palestras, exposições e debates em 2 anos, no centro de visitantes</p> <p>-Promovidas mostras audiovisuais e visitas de alunos da rede escolar ao PN, mensalmente no centro de visitantes</p>	<p>-Relatório técnico</p>	<p>-Celebração de convênios</p>
<p>A.6.2-Instalar placas educativas no PN</p>	<p>A.6.2.1-Estudar definir a quantidade locais de instalação mensagens das placas A.6.2.2-Adequar as placas ao ambiente onde serão instaladas</p>	<p>-Placas de advertência nos canions 1 e 2, cariocas. Placas educativas na estrada, área externada do C.visitantes, locais de visitaçao até 12/95 instaladas</p>	<p>-Verificação in loco</p>	
<p>A.6.3-Colocar à disposição do público as pesquisas no PN</p>	<p>A.6.3.1-Contactar pesquisadores e órgãos de pesquisas A.6.3.2-Selecionar e catalogar as pesquisas relacionadas com o parque e seu entorno</p>	<p>-Resgatadas prazo de 6 meses as pesquisas</p>	<p>-Relatório técnico</p>	

<p>A.7.1-Equipar o centro de visitantes</p>	<p>A.7.1.1-Adquirir equipamento audiovisual A.7.1.2- Confeccionar vídeos sobre recursos naturais do PN A.7.1.3- Confeccionar painéis para exposições fixas e itinerantes A.7.1.4-Adquirir kit mobiliário A.7.1.5-Montar acervo fotográfico através de concursos abertos ao público A.7.1.6-Adquirir equipamentos de segurança</p>	<p>-Centro de visitantes equipado em 6 meses -Adquiridos: 1 TV, 1 vídeo, 1 remo, 1 projetor de slides, 1 tela, 10 walk talk, uma maca rígida, 3 estantes, 5 painéis, 1 terminal de computador. Prazo 6 meses -Elaborado: 1 vídeo institucional, e vídeos técnicos, 400 fotos. Prazo de 2 anos</p>	<p>-Verificação in loco</p>	
<p>A.7.2-Realizar estudos de impacto nas trilhas/estradas</p>	<p>A.7.2.1-Contactar profissionais para iniciar estudos de impacto de trilhas/estradas A.7.2.2- Estudar a possibilidade de abertura de novas trilhas/estradas</p>	<p>-Trilhas/estradas mapeadas e estudadas em um ano</p>	<p>-Relatório técnico</p>	<p>-Convênio com ITS para estudo de trilhas/estradas</p>
<p>A.7.3-Capacitar guias</p>	<p>A.7.3.1-Realizar cursos de reciclagem e especialização</p>	<p>-700 condutores capacitados em 10 cursos de reciclagem, em 18 meses</p>	<p>-Programa, relatório técnico e certificado de conclusão</p>	<p>Interesse e disposição favorável dos condutores</p>
<p>A.7.4-Qualificar mão de obra</p>	<p>A.7.4.1-Realizar cursos de reciclagem e especialização</p>	<p>-10 funcionários do PN capacitados em 6 cursos em 2 anos</p>	<p>-Programa, relatório técnico e certificado de conclusão</p>	
<p>A.8.1-Gerenciar a visitação da UC</p>	<p>A.8.1.1-Criar mecanismo ágil e eficiente de cobranças A.8.1.2-Treinar servidores e guias para receber visitantes</p>	<p>- 80% dos visitantes controlados na área da UC no ano base</p>	<p>- talonário recibos/relatórios do PNCV</p>	

<p>A.8.2-Implantar instalações para receber o visitante</p>	<p>A.8.2.1-Projetar instalações sanitárias, de segurança e descanso A.8.2.2- Construir instalações sanitárias de segurança e descanso A.8.2.3-Adquirir equipamento de observação</p>	<p>-instalação 100% implantadas na UC em 2 anos</p>	<p>- SUPES-GO</p>	
<p>A.8.3-Fazer o zoneamento da sede do PNCV</p>		<p>- zoneamento realizado em 6 meses</p>	<p>- DEUC/DIGER/SUPES-GO</p>	
<p>A.8.4-Consertar gerador fixo</p>		<p>-gerador fixo constado em 2 meses do início do ano base</p>	<p>- PNCV/DIGER/SUPES-GO/PNCV</p>	
<p>A.8.5-Implantar um sistema de abastecimento de água na sede do PNCV suficientemente seguro</p>	<p>A.8.5.1-Projetar instalação para semoventes A.8.5.2- Construir instalações para semoventes</p>	<p>- instalação 100% implantada no ano base</p>	<p>- DEUC/DIGER/SUPES-GO/PNCV</p>	
<p>A.8.6-Implantar um sistema de abastecimento de água na sede do PNCV suficientemente seguro</p>	<p>A.8.6.1-Projetar o sistema de abastecimento A.8.6.2- Construir um novo sistema de abastecimento</p>	<p>- sistema 100% implantado em 2 anos</p>	<p>- SUPES-GO/PNCV</p>	
<p>A.8.7-Implantar um sistema de PD para a UC</p>	<p>A.8.7.1-Desenvolver o sistema de proc. dados para a UC A.8.7.2-Implantar o sistema de PD para a UC A.8.7.3-Instalar equipamentos de proc. de dados</p>	<p>- sistema 100% implantado em 2 anos</p>	<p>- PNCV e SUPES-GO</p>	<p>- firmado convênio com ITDS</p>
<p>A.8.8-Projetar a rede de distribuição de energia elétrica para UC</p>	<p>A.8.8.1-Implantar rede elétrica subterrânea no parque</p>	<p>- rede 100% projetada e implantada em 6 meses do início do ano base</p>	<p>- contrato de consultoria/SUPES-GO</p>	<p>- licitação/concorrência em tempo hábil</p>

<p>A.8.9-Projetar o sistema de comunicação para a UC</p>	<p>A.8.9.1-Implantar torres de emissão e recepção de sinais A.8.9.2-Comprar equipamento de rádio comunicação externo A.8.9.3-Comprar equipamento de rádio comunicação na UC A.8.9.4-Adquirir linha telefônica rural para a UC A.8.9.5-Implantar rede telefônica subterrânea</p>	<p>- sistema de rádio com.int./ext., projeto e implantado no ano base. Linha telefônica instalada em 3 meses do ano base</p>	<p>- contrato de empresa especializada/SUPES-GO</p>	
<p>A.8.10-Projetar a sede e residência do chefe da UC</p>	<p>A.8.10.1-Implantar sede e residência da chefia da UC</p>	<p>- sede 100% implantada no ano base. Residência do chefe 100% implantada em 2 anos</p>	<p>-DEUC/DIGER e SUPES-GO</p>	
<p>A.8.11-Projetar garagem e oficina de veículos</p>	<p>A.8.11.1-Adquirir equipamentos e kits de ferramentas para veículos A.8.11.2-Adquirir veículos: 2 veículos 4x4 diesel, 1 caminhão 3/4, 1 trator 4x4 rodas p/PNCV</p>	<p>-SUPES-GO</p>		
<p>A.8.12-Projetar a reforma da sede antiga para almoxarifado/residência de servidor</p>	<p>A.8.12.1-Implantar almoxarifado e residência para servidor</p>	<p>- 100% do projeto de reforma da sede antiga realizado no ano base e 100% do projeto construído no ano II</p>	<p>-DEUC/DIGER e SUPES-GO PNVC-Relatório</p>	
<p>A.8.13-Buscar parceria com prefeitura de Alto Paraíso Para coleta seletiva de lixo</p>		<p>- 100% de viabilização de coleta seletiva de lixo ao final do ano II</p>	<p>-PNCV/Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, relatórios trimestrais</p>	<p>-Vontade política favorável a coleta seletiva (tirar convênio)</p>

<p>A.8.14-Capacitar servidores em legislação e atividades pertinentes</p>	<p>A.8.14.1-Elaborar curso de treinamento A.8.14.2-Treinar servidores da UC</p>	<p>- 25% dos cursos previstos para 50% servidores no 1º semestre, 25% nos demais semestres completando 100%</p>	<p>-DIRECESCOLA MOVEL e DIDER/DIRAF/IBAMA</p>	
<p>A.8.15-Ajustar jornada de trabalho dos servidores</p>		<p>- reduzido o grau de insatisfeitos com jornada de trabalho</p>	<p>-PNCV</p>	<p>-Vontade política favorável p/compatibilizar o quadro funcional com necessidades (firmar convênios)</p>
<p>A.8.16-Estimular interiorização dos servidores do IBAMA</p>		<p>- ações permanentes de estímulo a interiorização dos servidores</p>	<p>-Carta circular/SUPES-GO Ofício solicitação do PNCV a SUPES-GO</p>	<p>-Vontade política favorável em adequar a estrutura organizacional</p>
<p>A.9.1-Elaborar/implementar o plano operacional das atividades na UC</p>	<p>A.9.1.1-Fazer cumprir os prazos de monitoria de construção das edificações da UC A.9.1.2-Monitorar os cursos de treinamento A.9.1.3-Fazer cumprir as datas de monitorias</p>	<p>- 100% plano monitoria elaborado no 2º mês do ano base e implementado até o ano II (final)</p>	<p>-Plano de monitoria entregue, relatórios trimestrais PNCV/SUPES-GO</p>	<p>-Vontade institucional mantida favorável</p>
<p>A.9.2-Elaborar/implementar o plano operacional das atividades na UC.</p>	<p>A.9.2.1-Fazer cumprir os prazos de monitoria de construção das edificações da UC A.9.2.2-Monitorar os cursos de treinamento A.9.2.3-Fazer cumprir as datas de monitoria</p>	<p>- 100% do plano operacional realizado em 30 dias e implementado até o final do ano II</p>	<p>-Relatórios trimestrais PNCV, plano operacional entregue</p>	

ANÁLISE DE ENVOLVIMENTO

142

GRUPOS INSTITUICIONAIS PESSOAS	FINANÇAS ATIVIDADES	INTERESSES	ESPECIALIDADES	TIMORES	LIMITAÇÕES	POTENCIAIS	POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES	RELAÇÃO COM O PROJETO
EMATER -GO	- Assistência técnica e expansão rural	- Melhoria da qualidade de vida das populações rurais	- Integração com entidades de interesses afins.	- Ausência de continuidade nas ações propostas	- Estrutura organizacional burocratizada e sujeita a interferências	- Recursos Humanos/materiais - Rede de atuação	- Apoio aos trabalhos de educação ambiental e repasse de informações às populações do entorno	- A.2.3.1 (E) - A.3.3.1 (P) - A.2.2.3 (E) - A.6.1.1 (PE) - A.2.1.2 (P) - A.6.1.2 (PECF) - A.2.1.4 (P) - A.6.1.3 (PECF) - A.2.4.1 (P) - A.6.1.4 (P) - A.2.4.2 (P) - A.6.1.5 (PECF) - A.2.4.3 (P) - A.6.1.6 (P) - A.2.4.4 (P) - A.6.1.7 (PECF) - A.6.3 (P) - A.7.3.1 (P)
Associação dos PE. pró-rural, região da posse	- Organiza os produtores em busca de recursos	- Produzir, facilitar a vida dos produtores	- Busca de recursos para complementar ações	- Ausência de recursos financeiros	- Não encontra recursos na hora certa para trabalhar	- Associação tem gente	- Transmitir e divulgar assunto associação	- A.2.4.2 (P)
Núcleo de Micro-Bacias (TIDS)	- Busca/produção/repasse de conhecimentos em res. sost. para as populações da região	- Ampliar as bases de sustentabilidade das populações rurais da região	- Integração com entidades de interesses afins.	- Ausência de bases financeiras para encaminhar projetos já existentes	- Infraestrutura (pessoal e financeiro) precária	- Recursos Humanos - Alguns recursos materiais (Equip. p/ base de dados) - Capacidade / agilidade de articulação de ONGs - Ogs-Comunidades	- Apoio técnico à elaboração e implantação de projetos. - Apoio institucional na busca de recursos para projetos - Promover a articulação entre ONGs e Ent. governamentais	A.2.1.2 (P) A.2.1.4 (CP) A.2.4.1 (CP) A.2.4.2 (PCE) A.2.4.3 (P) A.2.4.4 (PCE) A.2.4.5 (PCE) A.2.4.6 (PCE) A.2.4.7 (PCE) A.2.4.8 (PCE) A.3.3 (P) A.6.1.1 (PE) A.6.1.2 (PEf) A.6.1.3 (PE) A.6.1.5 (P) A.6.1.6 (P) A.6.1.7 (P) A.6.3.1 (P) A.6.3.2 (P) A.7.4.1 (PCE)

<p>Corpo de Bombeiros DF/GO</p>	<p>- Prevenção e combate a incêndios</p>	<p>- Apoio ao IBAMA e CBGO/DF. Crescimento pela experiência Contrapartidas</p>	<p>- Celeração de convênios nas áreas de prevenção e combate</p>	<p>Não cumprimento de acordos firmados Contrapartidas não equivalentes ao apoio dado</p>	<p>Meios materiais (veículos, equipamentos, comunicação e E.P.I)</p>	<p>- Recursos humanos capacitados na área de prev. e comb. a incêndio florestal</p>	<p>- Formação de brigadas; - Palestras de prev. / comb. ; - Campanhas educativas; - Combate a incêndios</p>	<p>-(P) R4</p>
<p>Instituto do Trópico Subúmido / Universidade Católica de Goiás</p>	<p>- Produção de conhecimento sobre o bioma cerrado</p>	<p>- Permuta constante de informações científicas/empíricas</p>	<p>- Encontrar a solução ideal para atendimento imediato à U.C.</p>	<p>- Resultados da oficina caíam no vazio ou esquecimento</p>	<p>- Burocracia</p>	<p>- Recursos humanos - Recursos materiais</p>	<p>- Capacitação - Pesquisa - Educação ambiental</p>	<p>-A.3.3 -A.8.3 -A.2.1 -A.7.2 -A.7.3 -A.7.4 (E/A) -A.4.6 -A.6.1 -A.4.7 (A)</p>
<p>Polícia Militar Florestal</p>						<p>- Recursos humanos</p>	<p>- Fiscalização, atuação e educação ambiental no PARNA e toda região</p>	<p>- C/E - R.3</p>
<p>IBAMA - DIREC/DEUC</p>	<p>- Estabelecer o sistema de U.C. a nível nacional e viabilizar a sua implantação</p>	<p>- Implantação e consolidação das Unidades de Conservação</p>	<p>- Garantir maior proteção ao P. N. da Chapada dos Veadeiros</p>	<p>- Não dispor das condições exigidas para a devida implantação do plano</p>	<p>- Recursos financeiros e humanos</p>	<p>- Recursos financeiros - Orientação técnica - Articulação política</p>	<p>- Acompanhamento e orientação em todas as atividades</p>	<p>A e C</p>
<p>Fundação Ordem Santo Grazi Associação Cav. de Maltreya</p>	<p>- Difusão de ensinamentos</p>	<p>- Melhoria da qualidade de vida do homem</p>	<p>- Implantar nossas atividades em conjunto com grupos afins</p>	<p>- Nenhum</p>	<p>- Pouco recursos humanos/financeiros</p>	<p>- Recursos humanos e materiais</p>	<p>- Local para hospedagem e alimentação em AP - Gerador de recursos - Apoio na área educacional e de divulgação</p>	<p>- A e P</p>
<p>Departamento de Engenharia Florestal - UNB</p>	<p>- Ensino, pesquisa e extensão</p>	<p>- Estudar a vegetação e flora do PARNA</p>	<p>- Maior intercâmbio com IBAMA e comunidade local</p>	<p>- Degradação ambiental</p>	<p>- Apoio logístico</p>	<p>- Recursos humanos e materiais</p>	<p>- Pesquisar a vegetação e flora do PARNA</p>	<p>-(A/P) - A.1.2.</p>

<p>ACVCV (Condutores de visita)</p>	<p>- Conduzir visitantes (turistas, pesquisadores, profissionais de foto/vídeo) na natureza</p>	<p>- Melhoria de renda, educação ambiental dos sócios através de auxílio na vigilância e conservação do Parque ou fora dele</p>	<p>- Produzir, auxiliar na produção e divulgar conhecimentos científicos e tradições culturais da Chapada dos Veadeiros e Nordeste Goiano</p>	<p>- Fechamento do Parque, poluição dos córregos, poluição visual no Parque com placas ou construções, abertura de estradas e possibilidades de acidentes com visitantes</p>	<p>- Baixa instrução da maioria dos sócios; recursos limitados; falta de uma sede e equipamentos profissionais adequados à atividade</p>	<p>- Recursos humanos (70 moradores da região da Chapada)</p>	<p>- Auxílio em pesquisas, divulgação; - Auxílio em vigilância; - Voluntários para combate a fogo - promoção de treinamento</p>	<p>- A.1.1.2 - A8-3 -A8-13 -A4-8 - A2.3.1 -A2.1.1 - A2.1.2 - A2.1.3 - A2.1.4 -A2.3.2 -A2.3.3 -A2.4.1 -A2.4.2 -A2.4.3 -A2.4.4 -A2.4.5 -A2.4.6 -A2.4.8</p>
<p>Associação Ecológica Alto Paraíso (ONG)</p>	<p>- Preservação da Chapada dos Veadeiros/ RPPN Fazenda Campo Alegre</p>	<p>- Melhoria da qualidade de vida, através da Educação ambiental</p>	<p>- Buscar recursos em parceria para a Chapada dos Veadeiros</p>	<p>- Destruição e poluição das nascentes</p>	<p>- Recursos financeiros escassos</p>	<p>- Educação ambiental</p>	<p>- Treinamento RH - Pesquisa - Ed. Ambiental</p>	<p>- Tudo o que se relaciona com preservação e ed. ambiental A e P</p>
<p>WWF</p>	<p>- Conservação e desenvolvimento</p>	<p>- Conservação do PNCV e entorno e melhoria da qualidade de vida da população através do uso sustentável dos recursos</p>	<p>- Desenvolver um trabalho participativo de longo prazo que tenha resultado / impacto e possa servir de exemplo para outras U.C.s</p>	<p>- Dispersão das ações sem a preocupação com a qualidade de vida e conservação a longo prazo</p>	<p>- Envolvimento da comunidade</p>	<p>- Material informativo (publicações) - Recursos humanos/ financeiros (restrito) - Escritório em AP aparelhado</p>	<p>- Capacitação (cursos de treinamento) - Proteção do PARNA (possível aquisição de um ultra-leve)</p>	<p>- R4: A.6.1, A.7.3 - R2: A.2.1.2 - A.2.3.1 - A.2.3.3 - A.2.4.2 - A.2.4.8</p>
<p>ASJOR Associação Comunitária da Vila São Jorge</p>	<p>- Congregar os moradores de São Jorge e ser seu porta voz.</p>	<p>- Melhoria da qualidade de vida dos moradores, promover festas tradicionais e eventos desportivos e culturais</p>	<p>- Conseguir integrar os moradores, visando o crescimento econômico e a conservação do Parque</p>	<p>- Pobreza material da comunidade, isolamento das decisões do IBAMA sobre o Parque</p>	<p>Baixa instrução dos moradores, inexistência de uma sede e recursos materiais</p>	<p>Recursos humanos</p>	<p>- Apoio a projetos de Ed. Ambiental - Divulgação</p>	<p>A.6.1.5 A.2.3.1 A.6.1.6 A.2.4.8 A.6.1.7 A.2.2.3 A.6.1.1 A.2.1.1</p>
<p>PREVFOGO Sede</p>	<p>- Controle - Prevenção - Combate</p>	<p>- Preservação da unidade</p>	<p>- Sistema de prevenção e combate eficientes</p>	<p>- Não implementação do P.A.E.</p>	<p>- Recursos humanos e orçamentários</p>	<p>- Coordenar ações de prevenção e combate aos incêndios florestais</p>	<p>- Treinamento e capacitação, monitoramento e articulações</p>	

34

IBAMA/PNCV	- Administrar e gerenciar a UCCV para dar cumprimento aos seus objetivos	- Ter diretrizes para o exercício das atividades do PARNA	- U.C. funcionando para o adequado	- Contingências políticas dificultem o processo	- Não cumprimento dos acordos estabelecidos	
IBAMA/SUPES/GO	- Execução	- Implantação dos programas	- Implantar o P.A.E. satisfatoriamente	- Falta de recursos financeiros	- Entraves burocráticos - Execução a nível de SUPES	- Apoio - E/ A/ 23 - 05 - 7 - 14 - 15 - 33 - 34 - 35 - 39
FEMAGO	- Preservação ambiental	- Maior intercâmbio para a preservação ambiental	- Implantação do P.A.E. no prazo aprazado	- Interferências políticas na implantação do PAE	- Reduzida capacidade orçamentária e humana - Preservação / controle / educação ambiental	- Fiscalizar/ controlar a degradação ambiental /EA - (P) - A.1.1 / A.2.4 A.3.3 / A.6.1
GAMA	- Lideranças infanto-juvenil nas atividades ecológicas. Educação ambiental prática	- Intensificar e viabilizar os serviços de educação ambiental nas escolas e comunidades em geral	- Colaboração de todos	- Turismo sem coordenação e política não construtiva	- Recursos financeiros	
UNESCO	- Agência executora do sistema das Nações Unidas. - Assistência técnica e institucional	- Ciência, educação, cultura, meio ambiente, e direitos humanos	- Interação harmoniosa do PNCV/ a população do entorno no âmbito da reserva da biosfera	- Divisão dos esforços e pulverização dos recursos	- Órgão governamental sem recursos específicos para financiamento de projetos/programas - Chancela internacional - Orientação técnica	- Apoio institucional - Execução de projetos - Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros - A.2.4 - A.3.3 - A1.2.3 - A.1.3.1 Entidades: 43 - 20 - 21 - 24 - 27 - 34 - 3 - 7 - 10 - 12 - 13 - 15 - 18
ASSOCIAÇÃO CALUNGA	- Quilombo, ecoturismo, roça, artesanato, venda de produtos e pequenos animais			- Perda das terras e aculturação	- Isolados - Terras não demarcadas	

35

<p>Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto integrado: conservação do meio ambiente - Bem estar e participação ativa das comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar esforços institucionais e divulgar internacionalmente experiências concretas de desenvolvimento sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> - PNCV co seu P.A.E. sirvam co mo núcleo da reserva da biosfera da Capada dos Veadeiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Reserva da Biosfera não ser implantada concretamente 	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência total do empenho e da articulação das articulações locais 	
<p>Policia Federal</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - Combate ao crime 			<ul style="list-style-type: none"> - Efetivo de pessoal 	
<p>Universidade Federal de Goiás UFG</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino superior - Pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - População de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> - U.C. como gerador de conhecimento sobre a natureza 		<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos - Recursos materiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação - Pesquisas - Ed. Ambiental <p>-A.3.3 -A.8.3 -A.2.1 -A.7.2 -A.7.3 -A.7.4 (E/A) -A.4.6 -A.6.1 (C) -A.4.7 (A)</p>
<p>Programa de Execução Descentralizada (PED)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a economia e de forma sustentável as populações locais 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer as ONG's e as municipalidades como executores da política rest. do meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação correta dos recursos e estímulos às atividades ambientalistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Desvio político dos recursos 	<ul style="list-style-type: none"> - Complexidade administrativa pelo volume dos recursos liberados. - Prazos curtos - simos 	
<p>FUNATURA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação da natureza , basicamente do cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a conservação e o desenvolvimento sustentado do cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprimento da execução do P.A.E. 	<ul style="list-style-type: none"> - O PNCV não cumpra com seus objetivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros 	
<p>Prefeitura de Teresina de Goiás</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Governo municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Bem estar da população local 		<ul style="list-style-type: none"> - Baixa infraestrutura para o turismo 	

<p>ASFLO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação das nascentes (Gran-de região Pouso Alto) - Conservação da valorização da biodiversidade - Melhoria da qualidade de vida. - Educação ambiental. - Pesquisas do uso tradicional do cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização da vegetação da região das nascentes, mostrando alternativas econômicas sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o melhor manejo e o desenvolvimento sustentável da região do entorno, promovendo alternativas econômicas 	<ul style="list-style-type: none"> - A não conservação da paisagem e das nascentes do entorno e do conhecimento tradicional 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo nível de educação - ONG incipiente - Sede em construção - Dificil acesso aos campos de flores - Falta acompanhamento, monitoramento e orientação 	<ul style="list-style-type: none"> - Educação ambiental - Evitar degradação das nascentes do rio Preto e dos Couros (UC Resex) - Manejo da atividade extrativista de flores - Conservação da paisagem e biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Educação ambiental - Evitar degradação das nascentes do rio Preto e dos Couros (UC Resex) - Manejo da atividade extrativista de flores - Conservação da paisagem e biodiversidade
<p>Prefeitura de São João da Alliança</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Governo Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração de turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Captação de renda para o bem-estar social da população 		<ul style="list-style-type: none"> - Baixa infraestrutura para o turismo 		
<p>EMBRATUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento das atividades turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de condições favoráveis ao turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - P.A.E. implementado 	<ul style="list-style-type: none"> - Não ocorrência das condições favoráveis ao turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Escassez de recursos financeiros e humanos 		
<p>Prefeitura de Cavalcante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Governo Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Captação de renda para o bem-estar da população 		<ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura precária para o turismo 		
<p>Prefeitura de Colinas do Sul</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Governo Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração de turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Captação de renda e geração de empregos 		<ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura precária para o turismo 		
<p>Proprietários rurais do entorno da U.C.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades agropecuárias de sustentação 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação da PAE 	<ul style="list-style-type: none"> - Vinda de recursos para a região; melhoria da qualidade de vida 	<ul style="list-style-type: none"> - Má distribuição na aplicação dos recursos 	<ul style="list-style-type: none"> - Despreparo na aplicação dos recursos 		
<p>Prefeitura de Alto Paraíso de Golias</p>							

36

Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás	- Diretrizes para a elaboração da política ambiental do estado	- Preservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida	- A execução do PAE e que este sirva como parâmetro para as Ucs estaduais	- Não implantação do PAE	
Furnas Centrais Elétricas S/A	- Produção, geração e distribuição de energia elétrica	- Aprovar a hidrelétrica Serra da Mesa	- Obtenção de inst. plan. que subsidie o plano de manejo do PARNA	- Não ser executor direto do projeto	
Conselho Estadual de Meio Ambiente	- Analisar, apoiar e elaborar a execução da política ambiental	- A implantação do PAE	- A destruição da biodiversidade com redução da qualidade de vida	- Órgão normativo e não executivo	
AMOR	- Terapias alternativas e preservação do meio ambiente	- Somar esforços para a preservação do PN e de toda a CV	- PAE e convênios com IBAMA implementados	- A burocracia retarde a aplicação dos recursos	
Sindicato Rural					
Ministério Público Federal	- Curador do Meio Ambiente	- Cumprimento das leis ambientais pertinentes	- Proteção efetiva dos interesses dos cidadãos do PARNA	- Vencimento da Lei de desapropriação e não cumprimento do PAE	- Quadro legal
Embrapa CPAC	- Desenvolver pesquisa agrícola pura e aplicada para a região dos cerrados	- Desenvolvimento da agricultura no cerrado			- Ausência de uma política de pesquisas e desenvolvimento agrícola a nível nacional
Ministério Público de Goiás	- Curadoria do meio ambiente do estado	- Cumprimento das leis ambientais pertinentes	- Proteção efetiva dos interesses dos cidadãos	- Não efetivação das leis ambientais no Estado	- Quadro legal

<p>Banco do Brasil Cart. Agrícola</p>	<p>- Agente financeiro</p>	<p>- Diretrizes para financiamento de produção agrícola</p>	<p>- Crescimento da produção agrícola</p>	<p>- Mudança na política agrária</p>	<p>- Insuficientes recursos financeiros e engenharia política nas alocações destes</p>	
<p>RPPN</p>	<p>- Preservar amostras representativas do ecossistema</p>	<p>- Garantir preservação da biodiversidade, paisagens e nascentes no entorno do PARNA</p>	<p>- Ajuda direta do PAE às suas atividades</p>	<p>- Não serem contemplados pelo PAE e PED</p>	<p>- Recursos financeiros, aprovação de moradia, inabilidade técnica</p>	
<p>Elias Martins</p>	<p>- Produtor de vídeos e fotos (empresa), condutor de visitantes, colaborador voluntário do PARNA, conhecedor das trilhas do PN</p>	<p>- Produzir materiais audiovisuais para o centro de visitantes, avaliar, do ponto de vista do turismo, trilhas e locais</p>	<p>- Participar da implementação do plano no PN</p>		<p>- Recursos insuficientes para colaborar gratuitamente</p> <p>- Possui empresa de prestação de serviços em produção de fotos e vídeos / consultoria (PALE PALAN Ecologia)</p>	<p>- Municiamneto do centro de visitantes com fotos e vídeos de todas as áreas do PN</p> <p>- A.7.1.2 - A.7.2.1 - A.7.1.5 - A.7.2.2 - A.4.6</p>

LISTA DE PARTICIPANTES		
NOME	ENDEREÇO	TELEFONE
Margarene Lima Bezerra	IBAMA/DIREC/DEUC - Av. L4 Norte SAIN Edf. Sede Brasília-DF.	316 1181
Margarida Antunes	Associação Ecológica Alto Paraíso Av. Ary Ribeiro Valadão, s/n - Alto Paraíso - 73.770.00	
Alvaro Vargas Lombardi	Rua das nascentes s/n Alto Paraíso-Go - Cep 73.373-230 Goiania GO	(061) 646 1106
Ivaldo Moreira de Carvalho	Rua CP-25 No 244 Celina Park - Cep 74.373-230 - Goiania GO	(062) 256 1235
Maria Luiza Nogueira Paes	415 Norte Bloco I Apt. 201 Cep 70.000-898 Brasília DF.	(061) 347 1427
Major José Mauro de Oliveira	Rua Dr. Augusto Jungmann, Q.21 L.22 No 644, Setor Criméia Oeste - Goiania GO Cep 74.563140	(062) 271 6094 224 6937
José Carlos Mendes de Moraes	DIRCOP/DEAMB/PREVFOGO Av. L4 Norte - SAIN Bloco C Sub Solo Brasília DF.	(061) 316 1285 316 1088
Francisco Marshall	Av. João B.Rabelo s/n 646 1255	(061) 646 1249 646 1255
Dianary Ribeiro de Queiroz	Rua Ozorio de Oliveira Q.15 L 21 Solange/ Park I Goiania GO	(062) 296 2210
Capitão QOBM Epaminondas Figueiredo de Matos	1o CPCInF-CBMDF - SRL A.E. No 09 Planaltina DF	(061) 389 2476 389 4548
Itaborai Velasco Nascimento	Instituto do Trópico subúmido/Universidade Católica de GO - Praça Universitária, 1440 Setor Universitário - Goiania - GO	(062) 227 1077 251 4037 973 8444
Roberto Gerosa	Rodovia GO 118 Km 160 Alto Paraíso - GO - 73.770 000	(061)343 1168
Paulo Go-Go-Go	Alto Paraíso- Hotel Central	(061) 464 1245
Peter C. Midkiff	Povoado Moinho-Alto Paraíso-GO	(061) 646 1215
Aristéia Avelino do Nascimento	Povoado de São Jorge - Município de Alto Paraíso/GO Cep 73.770 000	(061) 646 1109
Sandro Enio Junqueira	Rua 118-B No 61 Setor Sul - Goiania/GO - Cep 74.085 410	(062) 241 6547 261 2780 227 1251
Márcia Cota	W W F - SHIS EQ/QL 6/8 Conj. E 2o Andar Cep 71.620 430 Brasília DF	(061) 248 2899 (061) 248 7176 FAX
Flávia Cristina V. Lacerda	W W F SHIS EQ/QL 6/8 Conj. E 2o Andar Cep 71.620 430 Brasília DF.	(061) 646 1215
Jean François Timmers	c/o UNESCO SOS Quadra 5 Bloco H Lote 6 Cep 70.070 914 Brasília DF.	(061) 223 8684 322 4261 FAX
Jorge Wiz V. Silva	P. Balbine Paulino Q. 74 L.04 Paraizinho - AltoParaíso-GO Cep 73.770 000	(061) 646 1160
Paulo Ernane	Universidade de Brasília -	(061) 273 6026

	Dep.Engenharia Florestal Campus Univers. Asa Norte Brasília DF.- Cep 70.910 900	
José Esmeraldino de O. Corrêa	SQN 105 Bloco I 201	(061) 273 8736
Elias Martins	Vila de São Jorge, s/n Alto Paraiso GO Cep 73.770 000	(061) 646 1109
Adílio A. Valadão de Miranda	Rua Joaquim Costa s/n - Alto Paraiso GO Cep 73.770 000	(061) 646 1240
Walkyria B.C. Moraes Moderadora	Rua Sampaio Viana 391 Apt. 31 Cep 04.004 001 São Pulo SP	(011) 885 2509 Tel/FAX
Antonio Carlo B.Brandão Digitador	CSA 01 lote 06 apt. 202 Taguatinga-DF.	(061) 351 7122

PAINEL 09

152



Alunos de 5ª e 6ª séries, componentes do GAMA-GRUPO de apoio ao meio ambiente, se pronunciando aos participantes do seminário.

LYGIA VIEIRA - 11 ANOS

"TENHO VISTO MUITAS MÁQUINAS NA ESTRADA PARA SÃO JORGE COM O OBJETIVO DE ARRUMÁ-LA, PORÉM A ESTRADA NUNCA FICA PRONTA OU PELO MENOS EM BOAS CONDIÇÕES. EU ACREDITO QUE TEMOS QUE COLOCAR EM PRÁTICA AS COISAS PLANEJADAS PARA O BEM ESTAR DE TODOS OS TURISTAS, OS FUNCIONÁRIOS DO IBAMA, OS GUIAS... ENFIM, TODOS QUE TRABALHAM NAQUELA REGIÃO."

FERNANDO DA SILVA - 11 ANOS

"VOCÊS QUE SÃO REPRESENTANTES DO MEIO AMBIENTE, DEVEM LEMBRAR SEMPRE DA RESPONSABILIDADE QUE TÊM COM TODA A REGIÃO DA CHAPADA. É LEGAL SABER QUE VÁRIAS PESSOAS ESTÃO REUNIDAS EM NOME DA NATUREZA DAQUÍ, QUE EXISTEM REPRESENTANTES DE GRUPOS, EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES BUSCANDO SOLUÇÕES PARA MELHORAR O PARQUE. MAS NÃO ESQUEÇAM DA AÇÃO."

THIAGO COIMBRA M. CORREIA - 11 ANOS

"PARA PRESERVAÇÃO DO PARQUE DEVERIAM COLOCAR LIXEIRAS EM VÁRIOS PONTOS E GUIAS PROFESSORES, QUE QUANDO GUIASSEM ENSINARIAM AO MESMO TEMPO. O IMPORTANTE É FAZER E NÃO FALAR SOMENTE."

CARLOS AUGUSTO INDA - 11 ANOS

"SE REUNIR PARA DISCUTIR OS PROBLEMAS QUE DEVEM SER RESOLVIDOS É MUITO BOM, MAS SERÁ QUE HAVERÁ AÇÃO? ACHO QUE O PARQUE DEVERIA TER EQUIPAMENTO PARA COMBATE DE FOGO."

ROSA MARIA DE SOUZA - 12 ANOS

"SÃO BOAS ESSAS REUNIÕES QUE SE PREOCUPAM COM O NOSSO PARQUE. SÓ ACHO QUE DEVE TER MAIS AÇÃO E ARRANJAR GENTE QUE APRENDA E PASSE AS INFORMAÇÕES PARA OUTROS. OS COLÉGIOS DEVERIAM SER INFORMADOS SOBRE ESTES ACONTECIMENTOS E QUE RESULTADOS SURTIRIAM APÓS O ENCONTRO."

VITOR HUGO - 13 ANOS

"O PARQUE ESTÁ PASSANDO POR UMA EXPLORAÇÃO POR PARTE DOS TURISTAS E PESSOAS DAQUÍ. É MUITO LIXO ESPALHADO. PRECISAM SER FEITAS PLACAS INDICANDO ONDE JOGAR O LIXO E COLOCAR LIXEIRAS EM VÁRIOS LUGARES."

GABRIELA INDA PIANTA - 12 ANOS

"COLOQUEM PLACAS NA ENTRADA DO PARQUE PARA ORIENTAR A TODOS O QUE DEVE SE LEVAR PARA DENTRO DO PARQUE, COMO DEVEMOS NOS COMPORTAR E A IMPORTÂNCIA DO GUIA. FOLHETOS INFORMATIVOS TAMBÉM SÃO IMPORTANTES. VOCÊS ESTÃO PENSANDO NESTAS COISAS NO SEMINÁRIO ?"

LUCAS NOGUEIRA CUNHA - 13 ANOS

"MENOS TEORIA E MAIS AÇÃO. O SEMINÁRIO É UMA COISA BOA, MAS TAMBÉM DEVERIA HAVER PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E JÓVENS. POR QUE NÃO CHAMAM OS ADOLESCENTES PARA PARTICIPAR DE ATIVIDADES COMO ESTA ? QUEREMOS SABER ONDE VÃO PARAR AS VERBAS QUE SÃO ENVIADAS PARA A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA DAQUÍ."

AGNES ARANTES DE CARVALHO - 14 ANOS

"ONDE ESTÁ O ESPAÇO DAS CRIANÇAS QUE SE PREOCUPAM COM A CHAPADA? POR QUE SÓ OS ADULTOS QUEREM RESOLVER OS PROBLEMAS AMBIENTAIS ? JÓVENS E CRIANÇAS TÊM IDÉIAS ÓTIMAS."

JANUÁRIO RODRIGUES GAIARSA - 14 ANOS

"DEVEMOS NOS UNIR NAS CAUSAS AMBIENTAIS, ADULTOS, CRIANÇAS, VELHOS, TODOS... POR QUE SE FALA TANTO E AGE TÃO POUCO? OS GRUPOS E ORGANIZAÇÕES NÃO DEVERIAM BRIGAR TANTO E PRESTAR MAIS ATENÇÃO NAS SOLUÇÕES QUE PODEMOS ENCONTRAR PARA OS PROBLEMAS."

RENATO DINIZ ROSA - 11 ANOS

"VAMOS COLOCAR MAIS PLACAS PARA ORIENTAÇÃO SOBRE LIXOS E BEBIDAS. É LEGAL HAVER UM SEMINÁRIO PARA AJUDAR O PARQUE, MAS PODERIAM FALAR MENOS E FAZER MAIS. SOLUÇÕES SIMPLES TAMBÉM RESOLVEM PROBLEMAS."

FÁBIO BANDEIRA FREITAS - 11 ANOS

"DEVEMOS PENSAR BEM ANTES DE USAR AS VERBAS QUE CHEGAM PARA AJUDAR O PARQUE. DINHEIRO SEMPRE CAUSA MUITA DISCUSSÃO E MUITAS VEZES NÃO RESOLVE NADA. O AMOR À NATUREZA É QUE RESOLVE PROBLEMAS."

ADRIANA REIS HONORATO - 12 ANOS

"EU ACHO BOM QUE SE REÚNAM VÁRIAS PESSOAS PARA SE CONVERSAR SOBRE PRESERVAÇÃO, MAS EM GERAL SE FALA MUITO E NÃO SE FAZ MUITA COISA. POR FAVOR SEJAM PRÁTICOS."

GISELLI AMÉRICA DOS REIS - 13 ANOS

"ESTÁ EM NOSSAS MÃOS UMA RESPONSABILIDADE MUITO GRANDE: O MEIO AMBIENTE. VAMOS PARAR DE BLÁ-BLÁ-BLÁ PARA SERMOS MAIS OBJETIVOS E REALIZADORES DE ATIVIDADES QUE AJUDEM A PRESERVAR NOSSO BONITO PLANETA."

DANIELLE ROEDEL BELLOLTO - 12 ANOS

"ACHO QUE DEVE HAVER UM ESPAÇO PARA CRIANÇAS E JOVENS SE REUNIR, PARA DISCUTIR E ESTUDAR O MEIO AMBIENTE COMO FAZEM VOCÊS. CADÊ A ORGANIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO AOS TURISTAS?"

GEORG RAPHAEL DE BRITO - 12 ANOS

"SEMPRE OUÇO FALAR DE VERBAS QUE VÊM PARA SER USADA EM AJUDAS AOS TRABALHOS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA DESSA REGIÃO MAS NUNCA VEJO NADA ACONTECER. MUITA TEORIA, POUCA PRÁTICA. COLOQUEM LATAS DE LIXO POR TODO CANTO. VAMOS FAZER UM TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL."